

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

JOÃO BATISTA DA SILVA

**A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA  
COMUNIDADE - CNEC NO PIAUÍ: 1952-1997**

Teresina – PI  
2010

JOÃO BATISTA DA SILVA

**A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA  
COMUNIDADE - CNEC NO PIAUÍ: 1952-1997**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho  
Lopes

Teresina – PI  
2010

FICHA CATALOGRÁFICA

Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

S586t Silva, João Batista da.

A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da  
Comunidade - CNEC no Piauí [manuscrito]: 1952-1997 / Joao Batista  
da Silva. – 2010.

149 f.

Impresso por computador (printout).

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro  
de Ciências da Educação, Mestrado em Educação, 2010.

“Orientador: Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes”.

1. Educação – História – Piauí. 2. Educação Comunitária –  
História. 3. Educação – História – Memória. I. Título.

JOÃO BATISTA DA SILVA

**A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DA CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA  
COMUNIDADE - CNEC NO PIAUÍ: 1952-1997**

Dissertação aprovada como requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em Educação, no  
Programa de Pós-Graduação em Educação do  
Centro de Ciências da Educação da Universidade  
Federal do Piauí.

**Aprovada em** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dr. Luís Carlos Sales  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof. Dra. Salânia Maria Barbosa Melo  
Universidade Estadual do Piauí

Aos meus pais, Luiz Conrado da Silva e Maria do Carmo Vieira da Silva, minha esposa, Cátia Araújo e Alighieri Conrado, meu único filho, pela paciência que me reservaram ao longo dessa jornada.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes, pela orientação.

Aos professores Roberto Gonçalves de Freitas, ex-administrador e ex-presidente da Diretoria Estadual da CNEC-PI; Cecílio Batista dos Santos, presidente da Diretoria Estadual da CNEC-PI e Manoel Carvalho de Oliveira, ex-administrador da CNEC-PI, pela concessão de entrevistas.

Ao Prof. Edson Sansão e Silva Filho, Coordenador Pedagógico da CNEC-PI, pela amizade e por ter sido meu guia no arquivo da CNEC-PI.

Ao Dr. Francisco Amorim de Carvalho, ex-superintendente da CNEC-PI; e, José Lopes Vieira, Coordenador Operacional da CNEC-PI.

A Joaquim dos Santos Tenório e Wellington Pinheiro de Pádua e Silva, pela busca de documentos no arquivo da CNEC-PI.

A Jesuelina da Silva Castro e Jorge Luiz Moraes Castro pela colaboração durante a digitação e diagramação do texto final.

O meu povo padece por falta de conhecimento.

Oséias, 4: 6

SILVA, João Batista da. A trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí: 1952 – 1997. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Propaganda da Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Piauí, 2010.

## RESUMO

Este estudo, realizado entre os anos 2007 e 2009, no âmbito da investigação em instituições educacionais no Piauí, tem como objetivo, analisar e compreender o processo histórico e social que permitiu o surgimento da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC, enquanto uma entidade educacional no Piauí, analisando a sua posição na sociedade piauiense. A investigação inicia-se em 1952, ano em que foi fundada a primeira escola de CNEC em terras piauienses: o ginásio "Padre Marcos", na cidade Jaicós, época em que a maioria das cidades era desassistida do então ensino ginasial, e termina em 1997, ano em que foi instalada a última escola cenequista no Piauí, na cidade de Vera Mendes, a escola "José de Andrade Maia", numa época em que a CNEC-PI já estava reduzindo o número de escolas devido à expansão da ação do Estado no mesmo nível do ensino ministrado pela CNEC no Piauí. A pesquisa se coloca no campo da história das instituições educacionais, baseada na concepção de Justino Pereira de Magalhães e as discussões teóricas foram fundamentadas em Norbert Elias e Pierre Bordieu. O estudo foi realizado a partir de fontes documentais, priorizando análise de documentos como relatórios, atas, ofícios, circulares dentre outros, encontrados nos arquivos da CNEC-PI, assim com outros, referente à educação, no Arquivo Público do Piauí – APEP. Nesta investigação, buscou-se valorizar a memória dos sujeitos históricos que participaram ativamente no processo de formação dessa entidade educacional no Piauí. Para isso, recorreremos a história oral, onde foram realizadas três entrevistas despadronizada e não dirigida, para melhor analisar os conflitos sociais, assim como preencher as lacunas que ora surgiram. A CNEC-PI foi organizada e estruturada de acordo com a CNEC nacional. A chegada da CNEC no Piauí coincidiu com a expansão dos municípios piauienses, nos quais foram instaladas 117 escolas num espaço de 45 anos. As escolas da CNEC-PI não pertenciam ao setor público e nem totalmente ao setor privado, mas que caracterizou e se autodenominou como comunitária de serviço pelo custo. No Piauí, a CNEC ofertou ensino desde a educação infantil até o ensino médio. Em 1997, a CNEC-PI contava com 52 escolas.

**Palavras-chave:** Educação. História. Piauí. Educação Comunitária. Memória.



SILVA, João Batista da. La trayectoria de las escuelas de la Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC no Piauí: 1952 – 1997. 149 h. Dissertación (maestría en Educación). Propaganda da Post-Grado en Educación, Universidade Federal do Piauí, 2010.

## RESUMEN

Este estudio realizado entre los años 2007 y 2009, en el ámbito de investigación sobre instituciones educacionales en Piauí, tiene como objetivo, analizar y comprender el proceso histórico y social que posibilitó el surgimiento de la Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC, como entidad educacional en Piauí, analizando su posición en la sociedad piauiense. La investigación comenzó en el año 1952, y en el que fue fundada la primera escuela de CNEC en tierras piauienses: la educación media “Padre Marcos”, en la ciudad Jaicós, época en que la mayoría de las ciudades piauienses se hallaban sin amparo de ese tipo de enseñanza, el 1997, año en que fue instalada la última escuela cenecista en Piauí, en la ciudad Vera Mendes, la escuela “José de Andrade Maia”, época en que la CNEC-PI ya seguía reduciendo el número de sus escuelas debido a la expansión de la acción del estado en el mismo nivel de enseñanza ministrada por la CNEC en Piauí. La pesquisa se halla en el campo de la historia de las instituciones educacionales, basada en la concepción de Justino Pereira de Magalhães y discusiones teóricas fueron fundamentos en Norbert Elias y Pierre Bourdieu. El estudio fue realizado a partir de fuentes documentales, privilegiando análisis de documentos como relatos, atas, oficios, circulares así como otros, hallados en el archivo de CNEC-PI, además de otros, referentes a la educación, en el Archivo Público de Piauí – APEP. En esta pesquisa, se buscó valorar la memoria de los sujetos históricos que participaron activamente en el proceso de formación de esa entidad educacional en Piauí. Para eso, recurrimos a la historia oral, donde fueron realizadas tres entrevistas sin padrón y no direccionadas, para mejor analizar los conflictos sociales, así como llenar los huecos que otrora surgieron. La CNEC-PI fue organizada y estructurada de acuerdo con la CNEC nacional. La llegada de la CNEC-PI, coincidió con la expansión de los municipios piauienses, en los cuales fueron instalados 117 escuelas en 45 años. Las escuelas de la CNEC-PI no pertenecían al sector público y no totalmente al privado, pero se caracterizó y se denominó como de la comunidad de servicio por el costo. En Piauí, la CNEC ofreció la enseñanza de la educación de niños hasta la enseñanza media. En 1997, la CNEC-PI sumaba con 52 escuelas.

**Palabras clave:** Educación. Historia. Piauí. Educación de la Comunidad. Memoria.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Foto 1: Felipe Tiago Gomes – Fundador da CNEC.....</b>	<b>21</b>
<b>Foto 2: Logomarca da CNEC que prevaleceu até 1993.....</b>	<b>24</b>
<b>Foto 3: Nova logomarca da CNEC .....</b>	<b>25</b>
<b>Foto 4: Bandeira da CNEC.....</b>	<b>25</b>
<b>Foto 5: Nova bandeira da CNEC.....</b>	<b>26</b>
<b>Foto 6: Alberto Bessa Luz – responsável pela implantação da CNEC-PI .....</b>	<b>39</b>
<b>Foto 7: Prédio onde funcionou a primeira escola da CNEC no Piauí, na época este prédio era sede da Prefeitura Municipal de Jaicós.....</b>	<b>40</b>
<b>Foto 8: Pe. Marcos – autoridade que emprestou o nome ao 1º ginásio da CNEC no Piauí.....</b>	<b>41</b>
<b>Foto 9: Pe. Mariano da Silva Neto 1º Diretor do 1º Ginásio Cenecista do Piauí .....</b>	<b>42</b>
<b>Foto 10: Sede própria da CNEC-PI, situada em Teresina-PI, na rua Barroso, 569/S ....</b>	<b>61</b>
<b>Foto 11: Sede própria do Ginásio Padre Marcos em Jaicós-PI .....</b>	<b>104</b>
<b>Foto 12: Sede própria do Ginásio Popular de Teresina, situada no bairro Vermelha, Teresina-PI.....</b>	<b>105</b>
<b>Foto 13: Sede própria do Ginásio Manoel Afonso Pereira em Jerumenha-PI .....</b>	<b>106</b>
<b>Foto 14: Sede própria do Ginásio Dom Severino em Água Branca – PI.....</b>	<b>112</b>
<b>Foto 15: Reforma e ampliação do Ginásio Dom Severino em Água Branca – PI.....</b>	<b>113</b>

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1 - Cidades e povoados distribuídos por regiões – CNEC- PI .....</b>	<b>76</b>
<b>Quadro 2 - Escolas da CNEC-PI existentes em dezembro de 1997 .....</b>	<b>93</b>
<b>Quadro 3 - Presidentes da Diretoria Estadual da CNEC-PI de 1952-1997.....</b>	<b>97</b>
<b>Quadro 4 - Superintendentes Estaduais da CNEC-PI de 1952-1997 .....</b>	<b>97</b>
<b>Quadro 5 - Quadro geral das escolas cenevistas no Piauí – 1952-1997.....</b>	<b>98</b>
<b>Quadro 6 - Escolas com prédios próprios em 1978.....</b>	<b>108</b>
<b>Quadro 7 - Professores do ginásio cenevista Padre Marcos: 1953-1957 .....</b>	<b>114</b>
<b>Quadro 8 - CNEC: Cursos em nível de Ensino Médio – 1977-1997 .....</b>	<b>124</b>
<b>Quadro 9 - Locais onde foram ministrados o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série .....</b>	<b>128</b>
<b>Quadro 10 - Currículo que vigorou na CNEC-PI antes da Lei nº 4024/61 .....</b>	<b>131</b>
<b>Quadro 11 - Currículo dos ginásios cenevistas que vigorou antes da Lei nº 5692/71 ....</b>	<b>133</b>
<b>Quadro 12 - Currículo do 1º grau (5ª a 8ª série), da CNEC que vigorou antes da Lei nº 9394/96.....</b>	<b>134</b>
<b>Quadro 13 - Quadro de Currículos do Ensino Médio e da Formação Técnico-Profissional.....</b>	<b>135</b>
<b>Quadro 14 - Quadro de Currículos da Educação Infantil.....</b>	<b>137</b>

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1 - Evolução e desenvolvimento das escolas CNEC no Brasil .....</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 2 - Recursos recebidos pela CNEC-PI entre 1972 e 1990 .....</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 3 - Demonstrativo do patrimônio mobiliário e imobiliário da CNEC-PI - 1982 .</b>	<b>79</b>
<b>Tabela 4 - Níveis de ensino, corpo docente e do corpo administrativo da CNEC - PI - 1997.....</b>	<b>96</b>
<b>Tabela 5 - Evolução dos setores locais da CNEC nos anos 1979, 1980 e 1981 .....</b>	<b>109</b>
<b>Tabela 6 - Evolução dos prédios próprios da CNEC em funcionamento e em construção nos anos 1979, 1980 e 1981.....</b>	<b>109</b>
<b>Tabela 7 - Prédios escolares - CNEC 1983-1987 .....</b>	<b>111</b>
<b>Tabela 8 - Professores cenecistas de acordo com a qualificação – 1987.....</b>	<b>121</b>
<b>Tabela 9 - Escolas existentes entre 1983 e 1987 com a Educação Infantil .....</b>	<b>127</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA CNEC</b> .....	19
1.1 Os nomes da CNEC.....	22
1.2 Os símbolos da CNEC.....	23
1.3 A organização da CNEC.....	27
1.3.1 A organização nacional.....	28
1.3.2 A Secção Estadual.....	30
1.3.3 O Setor Local.....	31
<b>2 A TRAJETÓRIA DA CNEC NO PIAUÍ</b> .....	34
2.1 O Piauí quando da chegada da CNEC: aspectos sócio-político-educacionais.....	34
2.2 A primeira escola cenecista em Jaicós: a gestação (1952-1957).....	38
2.3 A presença de Dom Avelar e a origem das administrações estaduais da CNEC (1957-1971).....	44
2.4 A CNEC na administração e presidência de Roberto Gonçalves de Freitas (1971-1977).....	47
2.4.1 Crise na CNEC.....	53
2.4.2 A saída de Roberto Freitas da CNEC-PI.....	62
2.5 A administração de Valmir Cruz e a expansão da CNEC no Piauí (1972-1982).....	64
2.6 A administração de Manoel Carvalho e o aparente momento da estabilização (1982-1990).....	72
2.7 De Dimas a Amorim: momento de tensão – a instalação da última escola cenecista no Piauí (1990-1997).....	82
<b>3 ASPECTOS DA CNEC NO PIAUÍ</b> .....	103
3.1 Os prédios escolares da CNEC no Piauí.....	103
3.2 Os professores da CNEC – PI.....	113
3.3 Cursos e currículos da CNEC – PI.....	122
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	138
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	142
<b>ANEXO</b> .....	148

## INTRODUÇÃO

Sendo objeto de nosso estudo a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC no Piauí, o presente texto vem apresentar a pesquisa realizada entre os anos de 2007 a 2009, no âmbito da pesquisa sobre as instituições educacionais no Piauí e objetiva a reconstituição da trajetória das escolas da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade no Piauí que se fez presente em mais de oitenta municípios, num universo de um pouco mais de cem, entre as décadas de 1950 e 1990. Trata-se de um assunto pouco explorado no âmbito da pesquisa educacional piauiense, a qual fornecerá subsídios e possíveis indagações que possibilitarão novas pesquisas.

Conforme Buffa<sup>1</sup> não faz muito tempo que o estudo histórico das instituições escolares se desenvolveu, como campo de pesquisa, no Brasil. Isso se deu mais especificamente a partir dos anos de 1990, embora alguns trabalhos tenham sido feitos antes dessa época. A partir de então, a pesquisa sobre as instituições escolares tem-se intensificado muito, com muitos historiadores lançando-se “a tarefa de historiar a educação escolar brasileira, por meio da construção de interpretações acerca das principais instituições educativas espalhadas pelas diversas regiões brasileiras.”<sup>2</sup>

Fui aluno de 1980 a 1984 e professor no ano de 1992, em uma de suas escolas no interior do Piauí, Barro Duro. Foi quando, a partir dessa época entrei em contato com a CNEC e percebi a necessidade de conhecer o funcionamento e a estrutura dessa entidade, isso, levou-me a investigar e reconstruir sua história no Piauí.

No início dessa pesquisa, a idéia era de estudar apenas uma das 117 escolas. No entanto, percebemos que seria necessário conhecermos primeiro a trajetória da CNEC no Piauí, sendo o nosso objetivo principal compreender o processo histórico e social que possibilitou o surgimento da CNEC enquanto entidade educacional, assim como sua chegada no Piauí, analisando a sua posição na sociedade piauiense.

A história existe quando transformamos vivências em problemas, inquietações e perguntas com as quais é possível construir leituras de espaços e tempos compostos por sujeitos historicamente determinados. Como afirma Pierre Nora: “a história é a reconstrução

---

<sup>1</sup> BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. et al (orgs.) **Instituição escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados. 2007. (Coleção Memória da Educação).

<sup>2</sup> GATTI JÚNIOR, Décio. Estudos sobre as tendências atuais da pesquisa em história da educação: a temática da história das instituições escolares. In: **IV encontro de pesquisa em educação da UFPI**. Teresina: EdUFPI, 10 a 12 de dezembro de 2006, p. 46.

sempre problemática e incompleta de que não existe mais [...]. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso.”<sup>3</sup>

Essa investigação inicia-se do ano de 1952, ano este em que foi fundada a primeira escola da CNEC em terras piauienses: o ginásio “Padre Marcos”, na cidade de Jaicós, época em que a maioria das cidades piauienses eram desassistidas do então ensino ginasial, a 1997, ano em que foi instalada a última escola cenecista no Piauí, na cidade de Vera Mendes, a escola “José de Andrade Maia”, época em que a CNEC já vinha reduzindo o número de suas escolas face a expansão da ação do Estado no mesmo nível de ensino ministrado pela CNEC no Piauí.

Dentro desse recorte histórico, reunimos uma vasta documentação, algumas salvas do descarte realizado pela entidade: fotografias, relatórios, atas, ofícios, circulares, dentre outras. A bibliografia sobre o tema é praticamente inexistente. Veio então, aquela força frente aos espectros de uma lembrança histórica que se esvaia como uma névoa, alimentada pelo desejo de nossas lembranças. Começamos, então, a reconstruir uma história como quem confecciona uma toalha de retalhos que pouco a pouco vai tomando sua forma. E assim fomos pegando papel a papel e dentro dos aspectos históricos a serem investigados fomos ordenando e separando o que era necessário para a reconstrução da histórica que nos propomos. Esse trabalho nos fez lembrar Nietzische quando afirma:

o homem só se torna homem quando chega pensando, repensando, comparando, separando e reunindo a restringir esse elemento não-histórico. Na névoa que o envolve, surge então um raio de luz intensa e adquire as forças de utilizar o que é passado, em função da vida, para transformar os acontecimentos em história. Mas quando as lembranças históricas se tornam esmagadoras de mais, o homem cessa novamente de ser e, se não tivesse possuído essa ambientação não histórica, jamais teria começado a ser, jamais teria ousado começar.<sup>4</sup>

Assim é que olhamos as escolas da CNEC, dispersas por esse Piauí a fora, presa às lembranças da coletividade que outrora se relacionava com suas escolas num universo de 117 escolas. Íamos olhando cada escola com os seus sujeitos, seus lugares, na tentativa de compreender sua história. Reconhecendo como afirma Elias<sup>5</sup>, se reportando a Aristóteles, que as pedras talhadas encaixadas para compor uma casa não passavam de um meio, porque a casa seria o fim. Assim também Durkheim concorda ao dizer que

<sup>3</sup> NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ nº 10, 1991, p. 09.

<sup>4</sup> NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e do inconveniente da história para a vida. São Paulo: Escala, s.d. p. 24.

<sup>5</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994, p. 17.

O todo se forma somente pelo agrupamento das partes, e o agrupamento não é feito num instante, por um brusco milagre; existe uma série infinita de intermediários entre o estado de isolamento puro e o estado de associação caracterizada. Mas, à medida que a associação se constitui, ela dá origem a fenômenos que não derivam diretamente da natureza dos elementos associados; e, quanto mais essa independência parcial é marcada, mais numerosos e mais poderosamente sintetizados são seus elementos. É daí, sem dúvida, que vêm a elasticidade, a flexibilidade, a contingência que as formas superiores do real manifestam em relação às formas inferiores, no interior das quais, todavia, mergulham suas raízes.<sup>6</sup>

Nosso propósito é compreender a CNEC no Piauí, constituída de inúmeras escolas. O que buscávamos contemplar não fora planejado para ser o que hoje é, aconteceu como numa relação dialética entre os sujeitos e a sociedade. Assim, evitamos fazer o que afirma Elias “parte das pessoas aborda as formações sócio-históricas como se tivessem sido concebidas, planejadas e criadas, tal como agora se apresentam ao observador retrospectivo, por diversos indivíduos ou organismos.”<sup>7</sup>

Contemplamos a CNEC, entidade formada por várias escolas que iniciando suas atividades a partir de uma escola no interior do Piauí foi superando dificuldades e atingindo seus fins que era o de ministrar à sociedade a educação escolar, na medida em que ia se fortalecendo e se expandindo, ora recuando, ora avançando num contínuo relacionamento com a sociedade.

A pesquisa parte das seguintes questões norteadoras: como definir a CNEC entre o público e o privado no Piauí? Como foi organizada a CNEC no Piauí? Qual o papel da CNEC no estado do Piauí? Como a CNEC se relacionou com o estado para a manutenção da educação que era oferecida no Piauí? Que cursos foram oferecidos pela CNEC onde havia escolas de ensino médio?

Sendo assim, especificamente, o nosso objetivo é identificar no contexto histórico as várias etapas da história da CNEC no Piauí, ou seja, as configurações por ela tomadas nesse período; descrever a organização da CNEC no Piauí; identificar os fatores que contribuíram para a redução do número de escolas cenevistas no estado do Piauí a partir de 1983; identificar as relações entre a CNEC e o Estado.

Percebemos que a pesquisa em história tem relação com outras disciplinas, principalmente a sociologia que mantém com a história uma “relação de boa vizinhança” no dizer do Robert Danton<sup>8</sup> e assim pensamos também, essa relação. Como afirma Wright Mills

<sup>6</sup> DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009, p. 43.

<sup>7</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994, p. 13.

<sup>8</sup> SCHARWITZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 11.



“a imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termo de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de números indivíduos”<sup>9</sup>. Ter a CNEC como objeto de nossa pesquisa requer uma interdisciplinariedade porque a “história da educação erige por esta via um objeto de conhecimento, amplo, complexo, interdisciplinar, aprofundando um quadro de reflexão e de ação, focalizado na projeção e na reversibilidade entre teorias e práticas.”<sup>10</sup>

A “imaginação sociológica” nos leva a tratar o objeto de pesquisa inserido num contexto histórico com suas múltiplas relações sociais, que é característica das sociedades complexas, e não somente descrever o objeto de forma isolada como algo deslocado da realidade social. A “imaginação sociológica” nos leva a “uma melhor compreensão do que consiste um documento depende da adoção de alguns procedimentos básicos que tornam mais seguro o trabalho do historiador”<sup>11</sup>.

Considerando isso, buscou-se pontos antes não explorado sobre a trajetória das escolas da CNEC no Piauí, valorizando a memória de sujeitos históricos que participaram ativamente no processo de formação dessa entidade educacional no Piauí, na tentativa de melhor analisar os conflitos sociais que permearam aquele momento e eliminando assim as dicotomias que por vezes tomavam força, bem como preencher as lacunas pelas quais nem a documentação, nem a bibliografia puderam preencher. Assim sendo, a pesquisa oral proporcionou-nos informações ímpares e significativas na elucidação do objeto e que nos levou a refletir sobre a consciência individual e coletiva e nos deu maior percepção nas ligações entre as mudanças de configuração na organização estrutural da entidade formada pelo conjunto das escolas da CNEC, pois para dar continuidade a essa corrente do tempo é que os sujeitos históricos se fizeram necessário, pois como bem disse William James “A corrente do tempo só pode ser remontada verbalmente, ou verificada indiretamente, pelos prolongamentos ou efeitos presentes do que o passado abrigou. Se, todavia, concordam com os fatos orais e efeitos, podemos saber que nossas idéias do passado são verdadeiras”.<sup>12</sup>

E é com esse pensamento que lançamos mão da história oral como um elo de elucidação frente às lacunas deixadas pela pesquisa documental através de entrevista

<sup>9</sup> MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 11.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária. São Francisco, 2004, p. 130.

<sup>11</sup> SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spinola Silveira Truzzi. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 70.

<sup>12</sup> JAMES, William. **Pragmatismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 119.

despadronizada, não dirigida, na tentativa de captar do nosso entrevistado, maiores informações para melhor atingirmos nossos objetivos.

Através de pesquisa documental analisamos documentos tais como atas de aberturas e ou fechamento de escolas, ofícios, circulares, relatórios, fotografias, esta última apenas para dar suporte elucidativo.

Analisando a documentação, percebemos a importância da CNEC para o estado no Piauí, como numa forma de parceria, numa época em que a maioria das cidades piauienses, onde a CNEC esteve presente, num primeiro momento, implantando escolas com o apoio da sociedade, dando a entidade o caráter de comunitária, não permitindo que a comunidade sucumbisse por falta de educação, porque naquele momento “o trabalho comunitário tem sido a base para o desenvolvimento de várias propostas de ação social”,<sup>13</sup> percebemos que a quase totalidade das cidades em que a CNEC atuou no Piauí, a população sem recursos para continuar com os estudos em centros urbanos mais avançados, encerravam suas atividades educacionais com a conclusão do então ensino primário e mais tarde nas quatro primeiras séries do 1º grau, hoje, ensino fundamental.

E dessa forma construímos a nossa pesquisa na medida em que concordamos com Magalhães ao dizer que

as instituições educacionais são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e normativismo burocrático e político ideológico estruturante.<sup>14</sup>

Para compreendermos a trajetória das escolas da CNEC no Piauí, procuramos fazer um estudo historiográfico da CNEC no Brasil tendo localizado obras como *CNEC: um estudo histórico (1981)*, de Ivanildo Coelho de Holanda; *Educação comunitária; além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC (1985-1998)*, (2003) de Ronalda Barreto Silva; *História da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (1980)*, de Felipe Tiago Gomes; da *Coletânea Cenecista (1994)*, em quatro volumes, dentre outras, forneceram-nos subsídios para compreender as escolas da CNEC dentro do contexto histórico-social piauiense na segunda metade do século XX.

---

<sup>13</sup> SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, p.20.

<sup>14</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária. São Francisco, 2004, p. 124.

Para compreender a trajetória das escolas da CNEC no Piauí, recorreremos a alguns autores, dentre eles Norbert Elias (1994) com o conceito de configuração, ajudando-nos a compreender que uma configuração social não pode ser reduzida ao estudo de um elemento isoladamente, porque não basta a compreensão de aspectos do comportamento ou das ações das pessoas, individualmente considerados, é preciso buscar essa interdependência junto as configurações que as pessoas estabelecem umas com as outras. Essa postura ajuda a dinamizar a narrativa, na medida em que enriquecem as interpretações da empiria. É preciso observar a ação dos sujeitos para que se enxergue o que há no intervalo de espaço entre uma e outra configuração, na tentativa de amenizar a rigidez das estruturas, tirando-as de seu isolamento.

Assim pudemos examinar as condições sociais, econômicas e políticas que contribuem para o surgimento da CNEC em 1943, assim como as contribuições que esta entidade deu para a educação brasileira, num período em que o Estado pregava uma educação básica para todos sem, no entanto, ter condições de suprir as necessidades da demanda cada vez mais crescente de alunos, assim como mais especificamente no Estado do Piauí, bem precário em seus aspectos sociais e econômicos, onde a CNEC se fez presente, principalmente nas cidades interioranas, que eram menos favorecidas pelo Estado e que deu visibilidade à contribuição da CNEC.

Recorreremos também, na análise, a Pierre Bourdieu que nos fornecem o conceito de campo definindo como “uma esfera da vida social que se autonomizou progressivamente através da história, em torno de relações sociais, de conteúdos e de recursos próprios”.<sup>15</sup> Esse conceito ajudou-nos a compreender, entre outros aspectos, a CNEC enquanto entidade educacional entre o público e o privado. Procuramos analisar como esses campos ou configurações são socialmente distribuídos, assim como os tipos de capitais que são inseridos, que por sua vez, configura o poder simbólico, onde determinados agentes que se impõe na integração dos diferentes campos que podem definir a CNEC na sua constituição como entidade educacional, assim como identificar os agentes que participam de cada campo, o desempenho de suas funções e definindo-os em cada momento da ação histórica.

Por sua vez, o conceito de “poder simbólico” de Bordieau, o qual define como “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmos que exercem”<sup>16</sup> nos fornece subsídios para analisar a relação política/ educação ante o poder que fora representado pela CNEC no Piauí.

---

<sup>15</sup> CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias**: construções da realidade social. Bauru, SP: EDUSC, 2001, p. 53.

<sup>16</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 7- 8.

Dividimos o trabalho em três capítulos, nas quais procuramos descrever e entender a trajetória das escolas da CNEC no Piauí, desde a sua chegada em 1952 até o ano de 1997.

No primeiro capítulo, narramos os aspectos históricos da CNEC enquanto entidade no Brasil; a sua gênese e dificuldades pelas quais passou para se firmar como entidade educacional não-governamental, o seu relacionamento com o Estado e a sociedade, principalmente enquanto organização administrativa. Ao demonstrarmos a estrutura de poder adquirida pela CNEC, percebemos-lhe um caráter de um Estado Federativo, na medida em que ela mantinha uma Administração Central, uma estadual e uma local, para manter a organização e a sobrevivência dentro do aparato burocrático educacional e político brasileiro.

No segundo capítulo, descrevemos a trajetória das escolas da CNEC no Piauí desde a sua chegada, em 1952 até o ano de 1997 quando foi instalada a última escola da CNEC, analisando os seus aspectos sócio-políticos educacionais. A primeira escola da CNEC Piauí foi instalada em uma cidade do interior, Jaicós, por intermédio de um deputado estadual. Em seguida, analisamos o desempenho de Dom Avelar Brandão Vilela que iniciou a expansão das escolas cenevistas pelo Piauí. Analisamos também, os principais conflitos pelas quais a CNEC-PI passou em sua trajetória histórica, e por último analisamos o desempenho dos administradores da CNEC, frente à entidade educacional que esteve presente com 117 escolas no Piauí, que passaram a ocupar este cargo a partir de 1961, cujo cargo, foi criado através de um Congresso em Fortaleza, por idealização de Dom Avelar Brandão Vilela, então, Presidente da CNEC-PI e que mais tarde teve o seu nome alterado de administração para superintendência.

No terceiro capítulo, analisamos alguns aspectos peculiares a uma entidade educacional tais como: os prédios escolares, o perfil dos professores da CNEC, os cursos que a CNEC manteve nesse trajeto de 45 anos, assim como os currículos que foram adotados por suas escolas.

Assim, de forma integrada, a pesquisa como um todo buscou analisar a história da CNEC no Piauí que, a partir de uma escola se disseminou por quase todos os municípios de então, num misto de público e privado enquanto relação com o poder público, mas comunitária enquanto relação com as comunidades comprometidas em manter suas escolas especialmente onde o Estado não oferecia educação nos seus variados níveis de ensino.

## 1 HISTÓRIA E ORGANIZAÇÃO DA CNEC

O objetivo deste capítulo é apresentar a história e a organização da CNEC em nível nacional, inclusive com suas respectivas subdivisões estaduais e municipais, para facilitar a compreensão da história da CNEC no Piauí. Buscou-se também identificar os nomes que a entidade utilizou e o porquê de suas mudanças em sua trajetória histórica, assim como os símbolos que a entidade instituiu e que se tornou conhecidos em todo território nacional.

A CNEC foi criada em Recife, em 1943, quando o mundo se encontrava a quatro anos em guerra. Nesse período, o Brasil passava por um momento de forte agitação política e social. Encontrava-se sob a égide de um regime autoritário denominado Estado Novo. Há um ano, o Brasil havia declarado guerra ao Eixo Berlim-Roma-Tóquio.

Na época, o ensino secundário, era dividido em duas partes: curso ginasial de quatro anos e curso colegial de três anos. Havia certo incentivo para o crescimento da rede privada, que ministrava ensino pago para mais de 80% dos alunos<sup>1</sup>, o que, por sua vez, explicitava ainda mais a dicotomia entre o ensino da elite e o ensino popular. Como afirma Hilsdorf sobre a educação da Era Vargas:

Eleva-se o técnico profissional na estrutura vertical do ensino, preparando-o com nível do ginásio e do colégio, para preservar-se o elitismo do acadêmico. Pode-se dizer que essa medida era destinada a promover o desenvolvimento econômico sem modificar a ordem social<sup>2</sup>.

Essa entidade, como já dissemos, foi fundada em Recife no dia 29 de julho de 1943 com o nome de Campanha dos Ginasianos Pobres - CGP. Partiu da idealização de um Felipe Tiago Gomes que, quando estudante "sofreu na própria pele, o problema financeiro da escola do lucro e sua vida de estudante, carente e sem recurso"<sup>3</sup>.

Convicto dos seus objetivos, ciente do sonho realizado, mas cômico dos obstáculos que haviam de surgir, um ano depois de fundada a entidade Felipe Tiago Gomes assim se expressou:

O nosso pensamento de um ano atrás é o mesmo de hoje. Não variou. O nosso ideal é o mesmo: servir à Pátria desinteressadamente. Esse ideal que há um ano se concretizava e tomava forma nacionalista, nascido de um pequeno grupo de moços

---

<sup>1</sup> HILDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 101.

<sup>2</sup> HILDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003, p. 102

<sup>3</sup> MEDEIROS, João Calisto. **O aluno cenecista: soldado da CNEC**. Brasília: CNEC edições, 1994.

que em julho do ano passado se reuniu pela primeira vez, pensando no Brasil, está hoje vitorioso, está hoje mais exuberante. [...] Mas não é de admirar que mesmo aqui também haja exceções. É natural. Num país como o nosso, tão pobre de idealistas e de gente interessada nos verdadeiros problemas nacionais, onde a indiferença e o gracejo com as coisas mais sérias são virtudes, é natural que não deixem de aparecer “quintas colunas” do nosso ideal, com a finalidade única de sabotá-lo. Eles não vêem o filho do homem pobre que deseja estudar e não pode.<sup>4</sup>

Isso nos dá uma idéia de que embora o Brasil fosse um país que necessitasse de escolas, principalmente para atender aos desprovidos de recursos, houve sempre obstáculos para impedir que propósitos de uma educação popular, por parte de voluntários assim se consumasse.

O objetivo dessa entidade era o de ministrar o ensino secundário a estudantes carentes que queriam estudar e que não tinham condições de arcar com os estudos. Esse problema assolava o Brasil, haja vista que o Estado como instituição provedora, não atendia as necessidades educacionais nesses brasis a fora, limitando a ação nesse nível de ensino, quase somente as capitais dos Estados da federação, deixando assim, a população das cidades menores e interioranas sem escolas que ministrassem esse grau de escolaridade.

Como afirma Nunes:

A filosofia da CNEC consistia acima de tudo em popularizar a educação. Era uma campanha que visava fornecer ao alunado pobre os instrumentos básicos com os quais ele poderia educar-se, e atingir a sua plena maturidade espiritual e intelectual. A campanha foi, portanto o ponto de partida da chamada educação popular no Brasil. Ela representa o marco dessa conquista de todo país civilizado, ou seja, a extensão da educação básica às camadas mais representativas da sociedade brasileira.<sup>5</sup>

A idéia de se fundar escolas para estudantes pobres se deu quando Felipe Tiago Gomes, trabalhando na Biblioteca da Casa dos Estudantes de Pernambuco, certo dia, lendo *O drama da America Latina*, de John Günter, soube da experiência do líder peruano Haya de la Torre. Este peruano havia criado escolas de alfabetização para os índios, cujos professores eram estudantes que lecionavam gratuitamente. Entusiasmado e refletindo sobre a dificuldade que jovens pobres tinham para estudar no Brasil, resolveu partilhar com amigos a idéia de criar ginásios para estudantes pobres.

---

<sup>4</sup> GOMES, Felipe. **Nosso pensamento**. Boletim da CGP, Recife, ano 1, n. 4, jul., 1994, p. 1-2.

<sup>5</sup> NUNES, M. Paulo. **O discurso imperfeito**: notas para a história da educação brasileira. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988, p. 32.

Eis a problemática de Felipe Tiago Gomes<sup>6</sup> quando da fundação da CNEC em 1943:

Everardo, se os peruanos fizeram escolas primárias gratuitas, é porque é possível realizar o ensino gratuito no curso secundário. Veja a dureza que tivemos para fazer o curso ginásial. Porque só os ricos podem estudar? Vamos falar com o Carlos Luis que è bastante entusiasmado para boas causas.<sup>7</sup>

Assim ele foi propagando a idéia entre os amigos na medida em que propunha objetivos e analisava a situação educacional de Pernambuco, convocando a primeira reunião da Campanha dos Ginásianos Pobre - CGP.



**Foto 1: Felipe Tiago Gomes – Fundador da CNEC.**

Para difundir a idéia da criação de um ginásio gratuito, no mês seguinte ao da criação do ginásio, foi lançado o boletim da CGP. À medida que pessoas mais diversas liam o boletim, que foi bem recebido, os estudantes iam recebendo apoio para execução da idéia. A notícia aos poucos, através de panfletos e da imprensa, ia transpondo a fronteira de Pernambuco.<sup>8</sup> Não tardou para que o presidente da República João Café Filho, através do Decreto nº 36505, de 30 de novembro de 1954, declarasse a então CNEG, de utilidade pública<sup>9</sup>.

<sup>6</sup> Felipe Tiago Gomes nasceu no dia 1º de maio de 1921, em Picuí, Paraíba. Em 1943, fundou a Campanha do Ginásiano Pobre – CGP, hoje Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC; formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. **Felipe Tiago Gomes: vida e obra.** Brasília: CNEC Edições, 1991.

<sup>7</sup> GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade.** Brasília: CNEC Edições, 1994, p. 38.

<sup>8</sup> COLETÂNEA CENECISTA. Brasília: CNEC Edições, v. 1, 1994.

<sup>9</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**, 1982. Brasília, 1982

## 1.1 Os nomes da CNEC

Como já foi falado anteriormente, a CNEC nasceu em 29 de junho de 1943, com o nome de Campanha do Ginásio Pobre - CGP e sua primeira escola foi o Ginásio Castro Alves. Pouco tempo depois, os promotores da CGP, durante o ano de 1945, cogitaram em mudar o nome da entidade para Campanha dos Ginásios Populares. Isso porque eles achavam que Campanha de Ginásios Pobres dava a idéia de um trabalho de auxílio indigencial, como se fosse um trabalho feito de cima para baixo, em termos políticos educacionais, enquanto, na verdade, era um trabalho de estudantes pobres que dava incentivo diferente, solidário, não sentimental. Com isso, no ano de 1946, a entidade passou a chamar-se Campanha dos Ginásios Populares - CGP.

Essa denominação teve duração efêmera. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o Partido Comunista Brasileiro - PCB, embora não tenha eleito o seu candidato a presidente da república, elegeu um considerável número de deputados federais, quatorze deputados.<sup>10</sup> O PCB estava no apogeu. Com isso, a denominação Campanha dos Ginásios Populares, naquela época, para alguns, parecia que se tratava de atividade comunista, era como se a palavra "popular" fosse propriedade do Partido Comunista, portanto, os diretores do CGP, para evitar problemas no meio político já que esses consideravam esse trabalho uma obra apartidária, em 1946, resolveram mais uma vez mudar o nome para Campanha dos Educandários Gratuito - CEG.<sup>11</sup>

Essa denominação perdurou até dezembro de 1948, quando se realizou o I Congresso Nacional da Campanha de Educandário Gratuito, nessa ocasião, por recomendação do diretor do Departamento Nacional de Educação, Lourenço Filho, foi elaborado um estatuto de âmbito nacional. Durante esse congresso foi aprovado o estatuto da campanha que passou a se chamar Campanha Nacional de Educandários Gratuitos - CNEG, passando a ser constituída dos seguintes órgãos: Congresso Nacional, Diretoria Nacional e Conselho Fiscal Nacional.<sup>12</sup>

Em julho de 1969, ocorreu o XVII Congresso Ordinário da CNEG, na cidade de Miguel Pereira – RJ. Nesse congresso foram revistos os princípios da campanha, pois a expressão "Educandários Gratuitos" já não correspondia mais a realidade. Buscou-se imprimir

---

<sup>10</sup> SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: 1945-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 22, 23.

<sup>11</sup> GOMES, Felipe Tiago. **História da Campanha de Nacional de Escolas da Comunidade**. 5. ed. Brasília: CNEC, 1980, p. 56.

<sup>12</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **Um estado histórico**. Brasília: CNEC Edições, 1994, p. 70-71.



nas comunidades, uma nova significação para o trabalho educacional de "auto-ajuda", mas assegurando que não havia finalidade lucrativa que seria mantida a prioridade de matrícula aos estudantes sem recursos, independente de qualquer contribuição porque embora a CNEC não objetivasse lucros, a entidade não suportava mais o peso da gratuidade, portanto, o aluno ou a comunidade era responsável por uma contribuição para atender as necessidades de manutenção da escola e permitir o regular funcionamento. Portanto, durante esse congresso a CNEC passou a denominar-se Campanha Nacional de Escolas da Comunidade - CNEC. Denominação essa que permanece até hoje.<sup>13</sup>

Ao iniciar suas atividades no Recife, tendo como primeira escola o Ginásio "Castro Alves", a CNEC, do Recife, em pouco tempo, espalhou sua ação pelo Brasil. Em setembro de 1948, já como delegado da então CNEC, Felipe Tiago Gomes iniciou suas viagens pelo Brasil para melhor divulgar e expandir as finalidades da CNEC.<sup>14</sup>

Em suas viagens, Felipe Tiago Gomes esteve no Pará, Amazonas, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraná, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal. Os primeiros ginásios, fora de Recife, foram instalados em 1949. Dentre eles, o Ginásio Felisberto de Carvalho, em Niterói, o Ginásio Castro Pinto, na Paraíba; o Ginásio João Candido, no Paraná; o Ginásio Coari, no Amazonas. Depois outros ginásios foram instalados no Mato Grosso, Goiás e demais estados da federação.<sup>15</sup>

## 1.2 Os símbolos da CNEC

Durante a trajetória histórica da CNEC, essa entidade tem utilizado três símbolos comuns a todas as escolas cenevistas: o hino, a logomarca e a bandeira. O hino da CNEC foi instituído quando das comemorações do 16º aniversário da entidade, em 1959, sendo que a letra é de autoria da Profª Dulce de Oliveira Vermelho e a música de Juca Chagas.<sup>16</sup>

### HINO DA CNEC

Tu que tens mais riso e menos pranto.  
 Tu que tens mais paz e menos luta.  
 Fica em silêncio um minuto só;  
 Pára e escuta:  
 --"Como a luz que da Escola irradia.

<sup>13</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **Um estado histórico**. Brasília: CNEC Edições, 1994, p. 502.

<sup>14</sup> VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. **CNEC: o abc da história**. Brasília: CNEC edições, 1994, p. 170.

<sup>15</sup> COLETÂNEA CENECISTA. Brasília: CNEC Edições, v. 1, 1994.

<sup>16</sup> VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. **CNEC: o abc da história**. Brasília: CNEC edições, 1984, 57.

E afugenta da treva o pavor.  
 Há-de o povo lutar e vencer  
 Sem temor! Sem temor!"  
*Estrilho*

Amigo, avante!  
 Na falange Cenegista  
 Ocupa o teu lugar  
 Pelo Brasil,  
 Com fervor de idealista:  
**TRABALHAR! TRABALHAR!**

Tu que tens mais riso e menos pranto.  
 Tu que tens mais paz e menos luta.  
 Fica em silêncio um minuto só;  
 Pára e escuta:  
 -- "Uma escola aberta em qualquer parte,  
 Com as sobras do teu riso, de teus cantos,  
 Há-de transformar teu gesto em luz  
 Para tantos! Para tantos!"<sup>17</sup>

Quanto a bandeira e a logomarca, não foi possível identificar a época que foram instituídas. A logomarca era constituída por quatro anéis, um dentro do outro, sendo o primeiro verde, o segundo branco, o terceiro verde e o quarto amarelo. No centro desses anéis uma esfera azul-celeste e sobre a esfera um livro branco aberto contendo as quatro letras, em negrito, da sigla da entidade: CNEC. Em cada lado do livro uma pena posta de forma diagonal dividindo a letra superior da inferior.



**Foto 2: Logomarca da CNEC que prevaleceu até 1993**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI**

A logomarca da CNEC foi substituída em 1993 durante as comemorações dos 50 da entidade. Esta mudança se deu através de concurso entre os alunos de todas as escolas da CNEC. Sobre esse concurso, eis o que diz a Circular nº 003/92 da Administração Estadual aos diretores das escolas cenecistas.

<sup>17</sup> Ressaltamos que, quando em 1969 a entidade teve se nome modificado de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos para Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, a expressão *cenegista*, no segundo verso do estrilho do Hino da CNEC, foi alterado para a expressão *cenecista*.

Sr(a) Diretor(a)

Tendo em vista as comemorações do Cinquentenário da CNEC em julho de 1993, apresentamos como primeira etapa dessas comemorações o lançamento do Concurso a nível Nacional para escolha do Logotipo (emblema) alusivo ao evento.

Poderão participar aluno de todas as Escolas Cenecistas do 1º e 2º graus, onde será enviado para esta Administração Estadual o melhor TRABALHO de cada Escola, até dia 15 de JUNHO DE 1992, ficando desclassificados os que chegarem após a data acima citada. [...]¹⁸

Eis a logomarca instituída em 1993:



**Foto 3: Nova logomarca da CNEC**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Quanto a bandeira, esta era constituída de um retângulo branco e ao centro a logomarca da CNEC.



**Foto 4: Bandeira da CNEC**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Na mesma época em que foi instituída a nova logomarca da CNEC, a bandeira foi também substituída por uma bandeira constituída de um retângulo branco, onde no canto superior esquerdo vê-se um quadrante que termina na metade inferior do retângulo. O referido quadrante é composto de três partes: a externa é azul, a seguinte é branca e a interna um

¹⁸ CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 003**, de 28 de maio de 1992, Teresina, 28 maio, 1992

quadrante amarelo. Do lado superior direito do retângulo, vê-se a nova logomarca da CNEC, cujo tamanho atinge um pouco mais da horizontal do retângulo.



**Foto 5: Nova bandeira da CNEC**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Esses símbolos tornaram-se conhecidos por todos os alunos e funcionários das escolas cenecistas. O hino era diariamente executado antes que os alunos entrassem em sala de aula, juntamente com o hino nacional brasileiro e outros hinos de acordo com a festividade. A logomarca era utilizada nas fardas dos alunos, nos certificados e demais documentos da entidade. A bandeira era constantemente hasteada em frente às escolas cenecistas, juntamente com a bandeira brasileira, a estadual e a municipal, estas últimas, de acordo com o estado e o município onde se localizava a escola.

Ressaltamos que a logomarca e a expressão cenecista era estatutariamente de uso obrigatório e privativo das unidades cenecistas, como reza no artigo 56 do seu estatuto: “É obrigatório e privativo das Unidades Cenecistas a utilização da logomarca da Instituição e, em sua denominação a expressão *cenecista*”.<sup>19</sup>

Além dos símbolos que citamos anteriormente, lembramos que havia duas datas comemorativas exclusivas da entidade: 29 de julho, comemorativo da fundação e o 1º de agosto, comemorativo da primeira aula ministrada na entidade.<sup>20</sup>

Observamos que a CNEC, na medida em que ia se expandindo e se consolidando, enquanto entidade educacional, ela buscou construir e manter uma simbologia como uma representação da unidade da entidade no Brasil, firmando, assim, sua própria identidade.

<sup>19</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1995, Brasília: CNEC, 1995.

<sup>20</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1982, Brasília: CNEC, 1982.

### 1.3 A organização da CNEC

Ao falar da organização da CNEC, Holanda<sup>21</sup> diz que procurou estudar a entidade como um organismo vivo que com o tempo se verificava modificação nos seus objetivos de origem pela força propulsora de sua evolução, ocasionando mudança na sua estrutura para que tudo contribuísse para a sua evolução, de acordo com o programa de expansão da idéia criadora do movimento cenequista. Isso nos faz lembrar Magalhães quando diz que

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e automização dos atores e o normativismo burocrático e político-ideológico estruturante.<sup>22</sup>

Isso nos faz perceber que a organização da estrutura de poder da CNEC se modificou ao longo do tempo. Por isso, descrevemos a sua organização de acordo com o Estatuto da CNEC aprovado pelo XVII Congresso Ordinário da CNEC, realizado aos 26 de julho de 1969, na cidade de Miguel Pereira, no Rio de Janeiro. Assim, durante a escrita, enfatizaremos as principais mudanças que ocorreram ao longo do tempo em que está incluída a nossa pesquisa.

Segundo Vermelho, a CNEC foi criada no propósito de:

1. Instituir uma rede de educandários gratuitos para o ensino médio em todo o território nacional, para que haja, para todos a mesma oportunidade de instrução.
2. Ministrando conhecimentos dentro da realidade brasileira para que seus educandários saiam cidadãos dignos e prestantes.
3. Criar e manter, em seus educandários, instituições extra-programas que concorram para a formação social de seus educandos e sua integração na comunidade.<sup>23</sup>

Para tanto, como uma força de sustentação de sua estrutura de poder, havia três tipos de sócios:

- a) mantenedores – os que contribuem com quantia mensal definida pela Assembléia local, conforme normas específicas fixadas pela Diretoria Nacional.
- b) remidos os que adquirem o “Título de Remissão” valor a ser fixado pela Diretoria Nacional;
- c) beneméritos – os que, a juízo da Diretoria Nacional, tiverem prestado relevantes serviços à instituição ou que para ela tenham contribuído com quantia apreciável.<sup>24</sup>

<sup>21</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **Um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 97.

<sup>22</sup> MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária. São Francisco, 2004, p. 124.

<sup>23</sup> VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. **CNEC: o abc da história**. Brasília: CNEC edições, 1984, p. 36.

<sup>24</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1995, Rio de Janeiro: CNEC, 1969, p. 6.

Ressaltamos que a nomenclatura referente aos sócios mudava constantemente de acordo com os estatutos.

Aos sócios mantenedores cabia o direito de tomar parte nas reuniões das Assembléias Locais, Convenções Estaduais e Congresso Nacional da entidade, podendo votar e ser votado, na conformidade do Estatuto vigente; representar nos órgãos competentes sobre os fatos prejudiciais à CNEC, guardando a devida hierarquia; ter assegurado a sua matrícula, ou a de seus dependentes, em estabelecimentos de ensino da instituição; colaborar no campo das idéias, com qualquer dos órgãos da entidade. Estes sócios, por sua vez, deviam pagar pontualmente suas contribuições; trabalhar com dedicação, para o progresso da CNEC; aceitar, salvo motivo justificado, cargo de direção, fiscalização ou consulta, bem como participar de comissão para as quais tenha sido eleito ou nomeado, cumprindo os deveres que lhe forem atribuídos.

De forma geral, a CNEC está organizada da seguinte forma: Setores Locais, Secções Estaduais e Organização Nacional.

A seguir descrevemos suas estruturas, através de uma leitura das atividades que compreendem cada parte e subparte, procurando “descobrir entre elas os elos que a conduzem à sua meta de criar um tipo de escola que, se situando entre a escola pública e a particular, quer consolidar a Escola da Comunidade”.<sup>25</sup>

### **1.3.1 A organização nacional**

Para falarmos da Organização Nacional da CNEC, utilizamos o estatuto da entidade aprovado em 1969. Sendo assim, a Organização Nacional é constituída de todas as secções Estaduais e do Distrito Federal e é dirigida por uma Diretoria Nacional composta de 7 membros: Presidente, 1º e 2º vice-presidentes e 4 Diretores, e é fiscalizada por um Conselho Fiscal Nacional, integrado por 5 membros. Compõem, ainda, a Organização Nacional os seguintes órgãos:

#### **1. Diretoria Nacional:**

São suas as seguintes atribuições:

- a) dirigir a CNEC em todo o País, sem prejuízo das atribuições dos demais órgãos de direção estabelecidos pelo estatuto;
- b) votar o orçamento Nacional da CNEC;
- c) autorizar despesas suplementares e extra-orçamentárias;

<sup>25</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **Um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 99.

- d) aprovar a nomeação do Superintendente, e destituí-lo pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros;
  - e) intervir, ocorrendo graves irregularidades, nas Secções Estaduais, por iniciativa própria ou por proposta do Superintendente. A intervenção pode ser decretada tanto na Diretoria Estadual, como por omissão desta, no Setor Local;
  - f) aprovar o quadro do pessoal das Administrações Central e Estaduais e fixar os respectivos vencimentos;
  - g) homologar os orçamentos estaduais;
  - h) aprovar os planos gerais de obras e equipamentos elaborados pela Superintendência.
- Parágrafo único – os componentes da Diretoria Nacional são considerados membros natos do Congresso Nacional.<sup>26</sup>

Deve a Diretoria Nacional reunir-se pelo menos uma vez por mês, e, sempre que convocada, pelo Presidente ou 3 de seus membros e deliberar com a presença da maioria absoluta de seus componentes. Ao Presidente da Diretoria Nacional ou ao seu substituto compete:

- a) representar a CNEC, em juízo ou fora dele, sem prejuízo da competência dos Presidentes das Diretorias Estaduais;
- b) constituir mandatário em nome da CNEC;
- c) nomear o Superintendente;
- d) propor à Diretoria Nacional a fixação de salário do Superintendente;
- e) propor à Diretoria Nacional a destituição do Superintendente;
- f) convocar e presidir o Conselho Consultivo.<sup>27</sup>

Para compreendermos a política administrativa da CNEC e suas implicações em todo território nacional citaremos na íntegra o que reza o estatuto da CNEC de 1969 sobre as eleições da entidade.

Art. 40 – A eleição da Diretoria Local e do Conselho Fiscal, da qual poderão participar todos os sócios quites maiores de 18 (dezoito) anos, inscritos até 60 (sessenta) dias antes do pleito, realizar-se-á por escrutínio secreto no primeiro quadrimestre dos anos pares. A ata da eleição será enviada em duas vias, à Administração Estadual.

§ 1º . Das eleições de que trata este artigo, caberá recurso para a Diretoria Estadual, no prazo de 8 (oito) dias.

§ 2º . A posse dos membros da Diretoria Local e do Conselho Fiscal se verificará logo após proclamado o resultado do pleito.

Art. 41 – As Diretorias Estaduais e os Conselhos Fiscais Estaduais serão eleitos em Convenção Estadual, no mês de setembro dos anos pares, na sede de cada Seção.

§ 1º . Os representantes de cada Setor, à Convenção Estadual, em número de 2 (dois), serão escolhidos pela Diretoria Local pelo menos 30 (trinta) dias antes da eleição.

§ 2º . A posse das Diretorias e dos Conselhos Fiscais realizar-se-á logo após as eleições.

§ 3º . Da pauta da reunião, prevista neste artigo, constarão estudos e debates sobre assuntos de interesse da CNEC e apreciações do relatório da Diretoria Estadual referente ao biênio.

<sup>26</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1969, Rio de Janeiro: CNEC, 1969, p. 14-15.

<sup>27</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1969, Rio de Janeiro: CNEC, 1969, p. 15-16.

Art. 42 – O Conselho Consultivo, a Diretoria Nacional e o Conselho Fiscal Nacional serão eleitos em Congresso da CNEC realizando-se a posse logo após a proclamação dos resultados.

Art. 43 – A Diretoria Nacional baixará normas sobre o processo eleitoral, os quais somente poderão ser alterados, pelo menos, 90 (noventa) dias antes de cada pleito.<sup>28</sup>

### 1.3.2 A Secção Estadual

A Secção Estadual compreende ao conjunto dos Setores Locais de uma mesma Unidade da Federação. Para a sua existência devia haver no mínimo 6 setores<sup>29</sup>. Para falarmos da estrutura organizacional das Secções Estaduais da CNEC, utilizamos o Estatuto da entidade aprovado em 1961. A Secção Estadual é orientada e dirigida por um Conselho Estadual composto de onze membros, eleitos bienalmente, sendo um Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário, um Tesoureiro e 4 Diretores, com a cooperação da respectiva Administração, e, por um Conselho Fiscal que é Constituído de três membros titulares e três suplentes. Cabe a este Conselho fiscalizar a execução orçamentária e a movimentação das finanças cenevistas, bem como emitir pareceres sobre os balanços e balancetes. É função do Conselho Estadual: reunir-se pelo menos de dois em dois meses; autorizar a criação de cursos pelos Setores Locais; intervir nos Setores Locais quando estes transgredirem às normas, regulamentares e estatutos; estabelecer as condições necessárias à criação do Conselho Nacional; orientar e estimular a ação dos Conselhos Locais; acompanhar a ação do Administrador Estadual e fornecer para este, elementos necessários à boa execução de suas tarefas e em caso de falta grave ou desídia no cumprimento de suas funções, propor ao Superintendente a sua dispensa; apreciar a proposta orçamentária elaborada pela Administração Estadual e remetê-la com seu parecer à Administração Geral; e, fixar anualmente o limite além do qual não poderá a Administração Estadual construir obrigação sem autorização da administração Geral.

A Administração Estadual é integrada por um Administrador Estadual e por pessoal auxiliar, nomeados pelo Conselho Nacional, mediante proposta da Administração Geral, tendo em vista as necessidades e os interesses da CNEC. Ela obedecerá a um Regulamento elaborado pela Administração Geral e aprovado pelo Conselho Nacional encarregado da execução das atividades administrativas e técnicas da CNEC na Secção Estadual.

Ressaltamos que o pessoal da Administração Estadual era remunerado, enquanto o da Diretoria Estadual e o do Conselho Fiscal exercia gratuitamente as suas funções.

<sup>28</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. *Estatuto*. 1969, Rio de Janeiro: CNEC, 1969, p. 17-18.

<sup>29</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. *Estatuto*. 1969, Rio de Janeiro: CNEC, 1969, p. 7.



São competências da Administração Estadual:

- a) Praticar todos os atos que lhe foram atribuídos tanto pelo Estatuto, quando pelo Regulamento e das Instruções Expedidas pela Administração Geral;
- b) Elaborar a proposta orçamentária estadual, com base nas propostas orçamentárias Locais, para a sua apresentação ao Conselho Estadual e remessa à Administração Geral;
- c) Chefiar os serviços a cargo da Administração Estadual, proposto ao Conselho Estadual e à Administração Geral as providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da CNEC;
- d) Elaborar o Regimento Interno a ser adotado em cada estabelecimento de ensino;
- e) Encaminhar à autoridade competente a prestação de contas dos auxílios recebidos do Governo do Estado;
- f) Promover os estudos e levantamentos das condições locais para efeito da criação de unidade educacional;
- g) Apreciar o quadro de pessoal docente e administrativo de cada educandário e encaminhá-lo ao Presidente do Conselho Estadual para as respectivas admissões.<sup>30</sup>

### 1.3.3 O Setor Local

O Setor Local representa a unidade básica da organização da CNEC no qual os sócios da CNEC se agruparam. Pretendendo implantar uma escola, seja numa cidade, num bairro, numa vila, é condição essencial, após ter sido feito um levantamento das condições locais, fazendo um levantamento socioeconômico e cultural, assim como uma reunião com a comunidade. Assim, a secção Estadual autoriza a constituição de um núcleo dentro da comunidade do qual façam parte, no mínimo, cem pessoas que se obriguem a uma contribuição financeira mensal, assim como a se disporem a qualquer outro tipo de atuação, visando ao desenvolvimento do referido núcleo comunitário que por sua vez se chamará Setor Local. Sendo assim, cabe à diretoria a responsabilidade da existência e manutenção da escola, que vir a criar, como também a captação de recursos da Comunidade e do Estado a fim de manter a escola.

Dulce de Oliveira Vermelho esclarece que o Setor:

[...] é a mobilização dos líderes locais; é a convocação de todos as que, de uma ou outra maneira, se sentem responsáveis pelo equilíbrio social, qualquer que seja o seu campo de atividade – comércio, indústria, magistério, magistratura, ou o homem da humanidade comum, que sente na carne ou na alma, o tormento sem nome que é o espetáculo da instrução estratificada na personalidade daqueles que lutam contra obstáculos inamovíveis.<sup>31</sup>

<sup>30</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1969, Rio de Janeiro: CNEC, 1969, p. 10-11.

<sup>31</sup> VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. **CNEC: o abc da história**. Brasília: CNEC edições, 1994, p. 166.

Percebemos nessa citação, que a CNEC procurou envolver toda a comunidade, transcendendo as limitações ou barreiras existentes, como se estivesse nas suas entrelinhas que se o governo não consegue oferecer educação para todos, cabe a comunidade ir a busca desse bem que é a educação, para que, principalmente os que não têm acesso à escola possam ter acesso a ela. Os membros locais, independentes das condições financeiras, contribuem de alguma forma, na medida em que a CNEC oferecia a escola, a instrução. Aqueles que moram numa determinada localidade devem reconhecer que unidos podem oferecer instrução aos seus descendentes na medida em que reconhecem que é necessária essa união, já que o Estado não pode oferecer a escola. Portanto,

Assim, passará a existir na localidade o setor da CNEC, podendo, então, existir o Educandário Gratuito desse Movimento, desde que passam ser preenchidas as condições mínimas que a CNEC estabelece e as exigências do Ministério da Educação e Cultura.<sup>32</sup>

A organização do Setor Local da CNEC é exigida para o desempenho dessa finalidade. Esses sócios se reúnem em Assembléia Geral, na qual se efetua a eleição de um Conselho Local e de um Conselho Fiscal os quais dirigirão e fiscalizarão a escola. Esses, conforme as normas estatutárias terão mandatos de dois anos.

O Conselho Local é Composto de Presidente, Vice-Presidente, secretário e Tesoureiro, as quais cabem orientar e dirigir as atividades do Setor Local: de fixar com seus respectivos sócios a contribuição mínima de cada um e, na medida em que foi criada a escola, submeter à apreciação do Administrador Estadual os quadros do pessoal docente e administrativo do educandário e do Setor Local e respectivos salários mediante proposta. No primeiro caso, o do diretor do estabelecimento, bem como do quadro de funcionários administrativo do Setor.

Segundo Dulce Oliveira Vermelho, para que a Diretoria da Secção Estadual pudesse criar uma escola da CNEC numa determinada localidade, seria necessário que ficasse assegurado:

- a) A regularização do Setor.
- b) Mínimo de 100 sócios e arrecadação mensal do quadro social não inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros).
- c) Lei Municipal reconhecendo de utilidade pública a CNEC.
- d) A existência de Lei Municipal destinando Cr\$ 20.000,00 (vinte mil cruzeiros), no mínimo, por turma de estabelecimento
- e) Prédio em condições.
- f) Corpo docente regularizado.
- g) Recursos para a aquisição de material das salas especiais.

---

<sup>32</sup> VERMELHO, Dulce Oliveira. **Abc do cenegismo**. Brasília: CNEC edições, 1994, p. 167.

- h) Relação de, no mínimo, 60 candidatos em condições de frequentarem o curso de admissão.
- i) Plano de construção, pelo setor local da CNEC, do prédio próprio, dentro de 5 anos.<sup>33</sup>

Observamos na citação, que a estipulação do número de sócios, implicava na participação de uma classe média local, que por sua vez representava a contribuição da comunidade para a manutenção das escolas, e que a existência de uma lei municipal, destinando valores específicos, tendo como amparo uma lei municipal, reconhecendo a CNEC como de utilidade pública, ressalta o porquê de a CNEC ter se autodenominado de comunitária, tornando se um elo entre o público e o privado. Ressaltamos que os valores supracitados oscilaram conforme a época.

Cabia ainda ao Conselho Local, elaborar a proposta de orçamento local, como também os balanços patrimonial e financeiro que deverão ser encaminhados à Administração Estadual, conforme as instruções da Organização Nacional da CNEC. Ao Conselho Local, cabia criar comissões com fins específicos de supervisionar e fiscalizar a ação dos serviços administrativos locais, acompanharem dentro de suas atribuições as atividades dos estabelecimentos da CNEC, remeter à Administração Estadual a relação nominal dos alunos matriculados nos educandários a seu cargo, distribuídos por séries e turmas; propor sugestões ao Conselho e à Administração Estadual sobre todos os assuntos de interesse no âmbito local; e, exercer todas as atividades que visarem aos objetivos da CNEC não previstas nem vedadas pelos seus estatutos. Além do mais, quando ocorrerem irregularidades no cumprimento das obrigações funcionais, nos estabelecimentos de ensino, o Conselho Local reclamaria dos diretores as providências saneadoras. Pelo menos de dois em dois meses, o Setor Local deveria reunir-se, o qual será dirigido e fiscalizado respectivamente, por um Conselho Local e por um Conselho Fiscal. Estes, eleitos pelos seus sócios quites maiores de 18 anos, inscritos até 60 dias antes do pleito, com mandato de 2 anos e, cuja ata da eleição será enviada em duas vias à Administração Estadual.

O Conselho Fiscal, constituído de três membros titulares e três suplentes, teria como presidente o titular mais idoso que estiver presente na reunião, o qual teria a incumbência de emitir parecer sobre os balanços e prestação de contas do Conselho Local.

Devemos ressaltar que, tanto o Conselho Local quanto o Conselho Fiscal são órgãos cujas funções são exercidas gratuitamente.

---

<sup>33</sup> VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. CNEC: o abc da história. Brasília: CNEC edições, 1994, p. 167.

## 2 A TRAJETÓRIA DA CNEC NO PIAUÍ

No próximo capítulo, buscamos evidenciar as faces da história da CNEC no Piauí desde a sua primeira escola, em 1952, até a instalação da última escola em 1997.

Este capítulo tem por objetivo a reconstituição do cenário histórico da CNEC no Piauí, dando ênfase aos principais acontecimentos que marcaram a trajetória dessa entidade, desde a instalação de sua primeira escola, em 1952, até a instalação de sua última escola, em 1997.

### 2.1 O Piauí quando da chegada da CNEC: aspectos sócio-político-educacional

Neste tópico o objetivo é descrever a história do Piauí, na época em que a CNEC chegou ao Piauí, enfatizando o aspecto social, político e educacional para que dentro deste contexto possamos perceber a contribuição da CNEC no desenvolvimento educacional do Piauí.

No ano em que a CNEC chegou ao Piauí, na época com o nome de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, havia no Piauí apenas 49 municípios<sup>1</sup>. O Estado se encontrava em fase de apaziguamento político, no dizer do ex-governador Pedro de Almeida Freitas<sup>2</sup>. A população era predominantemente rural, sendo a vida social e econômica predominantemente rural de onde as famílias tiravam seu sustento e ajudavam a fomentar o comércio das poucas vilas e cidades existentes. Como afirma Martins:

A vida social do Piauí até pouco tempo, sempre girou em torno do campo. Não só a maioria da população habitava a zona rural e retirava seu sustento da agricultura, como também os próprios núcleos urbanos eram postos avançados da comercialização agrícola e pecuária.<sup>3</sup>

Nessa época, as empresas que poderiam absorver mão-de-obra assalariada eram por demais incipientes e se concentravam nos principais centros urbanos do Estado. Como afirma Martins: “Das 100 maiores empresas, 80% foram constituídas depois de 1960. Mesmo que tenha havido a reestruturação de algumas empresas mais antigas e por isso aparecem como novas, essa reestruturação [...] é também significativa”<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> FRANCO, José Patrício. **O município no Piauí: 1761-1961**. Teresina: Prelo, 1977.

<sup>2</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. (org.) **Governadores do Piauí: uma perspectiva história**. Teresina: CEPRO, 1993.

<sup>3</sup> MARTINS, Agenor de Sousa. et. al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003, p. 191.

<sup>4</sup> MARTINS, Agenor de Sousa. et. al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003, p. 203.

Isso mostra o quanto era dependente a população piauiense do setor público, que por sua vez inibia a ação da população enquanto força de renovação da política social, devido ao clientelismo. Por isso, o Piauí sofria com a lenta mudança de configuração político/econômico.

Esses tipos de reclamações por parte dos governantes piauienses perpassaram o tempo, chegando-nos à década de 1950. Além do mais, os poucos municípios eram os centros de convergências da população da época que, durante os fins de semana ia às feiras, então símbolo da efervescência comercial. A educação foi aos poucos se tornando um ponto de atração da população que para as vilas e cidades convergia em busca de educação para os filhos. Nelas havia tanto escolas públicas, quanto particulares (externas), ainda com pouca procura, devido a característica da economia da época, preferindo as famílias iniciar os filhos logo na agricultura de subsistência, o que daria retorno imediato ao sustento da família, vendo a educação como um futuro distante a ser almejado, ficando assim a educação reservada às famílias mais abastadas. Mas essa realidade aos poucos vinha mudando.

Com isso as vilas e cidades que tinham escolas se tornavam mais atrativas às famílias que queriam dar instruções aos seus filhos. Por isso, a partir da década de 40 do século XX, havia um grande interesse da comunidade e chefes políticos na instalação de Ginásios, estabelecimento de ensino secundário destinado a ministrar o curso de primeiro ciclo, curso este correspondente às quatro primeiras séries do então ensino secundário, com duração de 4 anos<sup>5</sup>. Dentre as cidades que conseguiram instalar Ginásios na década de 40 citaremos Picos em 1949,<sup>6</sup> Corrente em 1947<sup>7</sup> e Valença do Piauí em 1949<sup>8</sup> entre outros, sendo que os dois últimos eram particulares.

Nessa referida década havia uma precariedade imensa de Ginásios no Piauí, pois, as escolas primárias já haviam se expandido nas cidades, vilas e povoados com a participação do Estado e das Prefeituras.

Assim foi lento o progresso de instrução da população, sendo que o aumento populacional implicava no alongamento do fosso entre os que freqüentavam escolas e os que não freqüentavam escolas. O progresso parecia tão lento que na Mensagem apresentada pelo então governador Pedro de Almendra Freitas à Assembléia Legislativa em 1951, fica

---

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 09 de abr. 1942. Disponível em: <<http://www.soleisad.br/leiorganizaensinossegundario.htm>>. Acesso em: 29 jan 2009.

<sup>6</sup> DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos cinqüenta**. 2. ed. Recife: Ed. Nordeste, 1995.

<sup>7</sup> PENNO, Sandra Maria Kindlein. **A trajetória da instituição educativa evangélica mais antiga do estado do Piauí**: Instituto Batista Correntino. 2005.221 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

<sup>8</sup> COUTINHO, Reinaldo. **Antiguidades valencianas: impressões de viagens**. Caxias, MA: Caburé, 2000.

evidenciado um certo recuo na escolarização dos piauienses nos anos anteriores. Isso nos faz refletir a presença da República como “um regime político que se definia como sendo do povo e para o povo, necessitava de uma sólida organização escolar capaz de oferecer uma formação política, a mais completa possível, a todos os cidadãos”,<sup>9</sup> parecia não se concretizar. Assim, Pedro de Almendra Freitas tentando mostrar o descaso para com a educação durante a administração de seu antecessor, José da Rocha Furtado (UDN-1947-1951) assim se expressa logo no início da sua mensagem à Assembléia Legislativa:

No passado exercício de 1950, a situação geral do ensino esteve condicionado a métodos e processos administrativo que constituem as formas de atuar do anterior governo, nem sempre orientado pelas normas de retidão de um genuíno espírito público. À falta de recursos próprios que regulassem a continuidade de seus serviços, o Departamento de Educação não propõe a criação de novas escolas, nem lhe foi possível imprimir esforço de maior relevo às iniciativas mais condizentes com as atribuições de melhorar e aperfeiçoar o sistema pedagógico. Daí o desajustamento dos órgãos de execução do ensino que exigem, agora, mostrarem paciente, a cujo trabalho de reorganização deverá preceder o exame minucioso e ponderado do aparelhamento escolar por parte de sua Diretoria Geral.<sup>10</sup>

Em seguida, na mesma mensagem, o governador Pedro Freitas faz um balanço das escolas públicas existentes, assim como seu decréscimo a partir de 1948 até 1950. Embora só fazendo referências às escolas primárias, sem citar ginásios e escolas secundárias, percebe-se o quanto ainda tinha o Estado que fazer pela melhoria da educação, iniciando por sua expansão. Sobre essa necessidade, afirma o governador Pedro Freitas:

Existia, no ano passado, em funcionamento, além das escolas primárias mantidas pelo Estado, número regular de estabelecimentos municipais e particulares de ensino do mesmo tipo. Numa resenha podemos citar 463 escolas isoladas, 44 escolas reunidas e 46 grupos escolares, compreendidos num total de 553 unidades escolares estaduais de ensino primário. Tivemos funcionamento regular em 1950, 461 escolas. E se disser que em 1948, havia em perfeita atividade 511, em 1949, 496, terei apontado o declínio progressivo do ensino primário<sup>11</sup>.

Não avaliamos as causas desse decréscimo, expomos apenas para tomarmos conhecimento do número de escolas primárias existentes na época em que a CNEC chegou ao Piauí, pois o número dessas escolas implica no número de alunos que deviam ingressar no ensino ginásial. E assim percebermos a relação aluno/ginásio na referida época.

Isso também nos leva a retrocedermos um pouco na história para compreendermos a estrutura educacional no Piauí nos anos 30. ou seja. mais precisamente vinte anos antes da

<sup>9</sup> REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, 1981, p. 178.

<sup>10</sup> PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almendra Freitas**. Teresina, 1951, p. 16.

<sup>11</sup> PIAUÍ. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almendra Freitas**. Teresina, 1951, p. 16.

CNEC instalar seu primeiro ginásio em terras piauienses. O Decreto nº 1438, de 31 de janeiro de 1933, capítulo II, que trata da organização do ensino, artigo 3º da Primeira Parte do Título I diz que:

O ensino ministrado pelo Estado será:

a) pré-escolar educativo; b) Primário: 1 – fundamental, 2 – complementar (complementar especial – pré-vocacional); c) Profissional: 1 – primário secundário especial (normal) e d) Secundário.<sup>12</sup>

Aos poucos, a escola secundária foi sendo instalada, principalmente pela iniciativa privada, na capital e nos principais centros urbanos do Piauí. Mas eram poucos os ginásios na primeira metade do século XX.

Embora fossem poucas cidades existentes naquela época, em número de 49, eram vários os aglomerados urbanos espalhados pelo Piauí que mereciam o estatuto de cidade, tanto que em 1964 esse número já era de 119<sup>13</sup>. Isso para mostrar o quanto era necessitado de escolarização o povo piauiense. Isso obrigava as famílias a se deslocarem para os centros urbanos onde houvesse assistência educacional, principalmente no primeiro ciclo do ensino secundário, que era conhecido como ensino ginasial.

Esse vácuo na educação deixava um grande número da população desassistida da educação formal. Mesmo assim, esses centros urbanos apresentavam elevado grau de evasão escolar provocado por aqueles que tinham que enfrentar longas distâncias de onde moravam até as escolas. Pois além do Estado do Piauí ser um dos estados mais pobres da federação com uma rede precária de ensino, eram grandes as barreiras para instalar ginásios particulares, basta lembrar o que diz Reinaldo Coutinho sobre a instalação do Ginásio Santo Antônio em Valença do Piauí.

Quem era o ministro da educação nesta época? Era a professora Lúcia Magalhães, muito exigente em liberar as instalações de unidades de ensino, por sinal. Mas o Joaquim Pires tinha muita influência política e arranjou a criação do Colégio, o que se deu no dia 1º de novembro de 1949.

E o exame de admissão, como foi?

A ministra mandou para Valença cinco rígidos fiscais, um dos quais era o professor James. As exigências da época diziam que, na sala dos exames, só podiam permanecer juntos com os alunos os fiscais e o diretor. As carteiras eram bem distantes uma das outras, e os fiscais circulavam entre elas com ar grave. Era um verdadeiro vestibular.

[...]

<sup>12</sup> PIAUÍ. **Decreto nº 1438, de 31 de janeiro de 1933**. Revê e altera disposições do Regimento Geral do Ensino. Diário Oficial [do] Estado Piauí. Teresina, 1933, p. 2.

<sup>13</sup> FRANCO, José Patrício. **O município no Piauí: 1761-1961**. Teresina: Prelo, 1977.

Bom! Concluído o exame, recebemos um telegrama da ministra no dia 1º de dezembro de 1949, autorizando legalmente o colégio a funcionar, o que fizemos em definitivo no início de 1950.<sup>14</sup>

Além do mais, era por demais escasso os recursos humanos qualificados para tal empreitada, em especial o corpo docente, pois a instituição existente no Estado para formar professores era apenas a Escola Normal e que, por sua vez, só formava professores para atender o ensino primário. Por isso, improvisavam professores para atender a demanda de Ginásios, que por sua vez eram ainda bem poucos em relação ao número de cidades, vilas e povoados. Sobre a escassez de professores, vejamos o que diz Duarte sobre o corpo docente do Ginásio Estadual Piauiense (1949):

O fundador e primeiro diretor do Ginásio formou um corpo docente de bom nível, recrutando entre profissionais liberais de nível superior – advogados, dentistas, farmacêuticos – e professores de maior experiência profissional residentes na cidade.<sup>15</sup>

E esses professores que se diz de maior experiência são aqueles a quem a sociedade dar-lhes um status de “notório saber” pois a formação que tinham só permitiam o exercício do ensino primário, enquanto os demais profissionais liberais não tinham licenças para ministrar aulas. Assim era necessário colocar profissionais liberais para atender as necessidades do Ginásio, porque não tinha professores em número suficiente para ministrar as aulas. E isso, não era novidade, desde a expansão do ensino primário, havia vários professores exercendo a profissão sem ter a devida formação.

## 2.2 A primeira escola cenecista em Jaicós: a gestação (1952-1957)

Neste tópico, reconstituímos a história do primeiro ginásio cenecista do Piauí, o Ginásio “Padre Marcos”, na cidade de Jaicós, dando ênfase aos aspectos políticos e sociais entre os anos 1952 e 1958, período em que a CNEC no Piauí se resumiu apenas a este ginásio.

A primeira vez que temos notícia de uma voz se manifestando em prol da CNEC no Piauí foi a voz do então governador José da Rocha Furtado (UDN – 1947 a 1951) que em janeiro de 1951, quando prestes a deixar o governo do Estado disse que: “A Campanha Nacional de Educandários Gratuitos deve receber o apoio irrestrito de todos os homens esclarecidos e de boa vontade”<sup>16</sup>. Talvez tenha falado isso porque tenha sofrido na própria

<sup>14</sup> COUTINHO, Reinaldo. **Antiguidades valencianas**: impressões de viagens. Caxias, MA: Caburé, 2000, p. 67.

<sup>15</sup> DUARTE, Renato. **Picos**: os verdes anos cinqüenta. 2. ed. Recife: Ed. Nordeste, 1995, p. 113.

<sup>16</sup> FURTADO, José da Rocha. **Boletim da CNEG**, Rio de Janeiro, Ano 10, n. 9. Set. 1953, p. 4.



pele a dificuldade de estudar na não muito distante década de 1920. E talvez por isso é que o seu correligionário recém eleito deputado estadual pelo Piauí, tenha assumido a responsabilidade de trazer a CNEC para o Piauí.

No Piauí, o primeiro Ginásio a ser instalado foi o Ginásio “Padre Marcos”, fundado no dia 30 de dezembro de 1952 na cidade de Jaicós. Essa entidade de ensino chegou ao Piauí por intermédio do então deputado estadual, pela UDN, Alberto Bessa Luz<sup>17</sup>.



**Foto 6: Alberto Bessa Luz – responsável pela implantação da CNEC-PI**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Na política piauiense, Bessa Luz disputava os votos de Jaicós com Humberto Reis da Silveira que foi deputado estadual por várias legislaturas. A CNEC em Jaicós deu mais brilho à política de Bessa Luz que foi visto como um político preocupado com o bem-estar social de seu povo, o que lhe possibilitou um considerável conforto político-eleitoral porque além de garantir a cadeira de deputado estadual garantiu-lhe o controle da administração municipal com sua base eleitoral na medida em que nas eleições municipais de 1954 um membro de sua família o Dr. Cícero Rodrigues da Luz, elegeu-se prefeito em Jaicós. Depois de uma longa atuação na política piauiense, Alberto Bessa Luz falece aos 72 anos de idade, em 1992.

---

<sup>17</sup> Bessa Luz, como era conhecido no meio político nasceu no dia 31 de dezembro de 1920 em Jaicós, cidade na qual foi prefeito na legislatura de 1948 a 1951 e, nas eleições de 1950 fora eleito deputado pela UDN sendo reeleito por mais duas legislaturas, sendo que na legislatura de 1955 a 1959 e de 1959 a 1963 fora eleito pelo PTB. Em seguida, candidato a deputado federal, não foi eleito, mas quando o então deputado federal Chagas Rodrigues PTB, foi cassado em 1964, Bessa Luz assumiu a vaga. Em 1966, candidatou-se a deputado estadual e ficou novamente na suplência e, em 1969 teve os seus direitos políticos suspensos e o mandato cassado pelo Regime Militar. CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável:** a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008.

Percebe-se assim que o fato de a cidade de Jaicós ter recebido a primeira escola cenequista em terras piauiense, está intimamente ligado a vida e aos interesses políticos de Alberto Bessa Luz, mas lhe é reconhecido o mérito não só de ter trazido a CNEC para o Piauí, mas também de ter levado educação aos menos favorecidos em pleno sertão piauiense, distante 420 quilômetros da capital piauiense.



**Foto 7: Prédio onde funcionou a primeira escola da CNEC no Piauí, na época este prédio era sede da Prefeitura Municipal de Jaicós.  
Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Jaicós é um município pertencente à Zona Fisiográfica do Sertão, que a partir de um aldeamento de índios denominados jaicós, foi elevado a categoria de vila por Decreto de 6 de julho de 1832, com município desmembrado de Oeiras, primeira capital piauiense. Embora Jaicós tanto carecesse de educação, ela é citada na historiografia, pelas iniciativas educacionais quando educação era ainda mais raro em terras piauienses. Conforme Ferreira<sup>18</sup> em 1767, o então governador do Piauí, João Pereira Caldas ordenou a criação, em Jaicós, de duas escolas, uma para os índios e outra para as índias, como era de costume na época. Em suas terras, por volta de 1820, na fazenda Boa Esperança, hoje município de Padre Marcos, seu proprietário padre Marcos de Araújo Costa, fundou uma escola que atendia os filhos da vizinhança e que só fechou suas portas com a morte do referido padre em 1850.

<sup>18</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 507-510.



**Foto 8: Pe. Marcos – autoridade que emprestou o nome ao 1º ginásio da CNEC no Piauí**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Cem anos depois da morte do padre Marcos de Araújo Costa<sup>19</sup>, década da instalação do Ginásio no município de Jaicós, havia uma população de 28.275 habitantes, sendo que 96,85% destes habitavam a zona rural. A população da sede do município era de apenas 891 habitantes, sendo que destes habitantes, maiores de 5 anos de idade que somavam um total de 739 habitantes, 382 sabiam ler e escrever, enquanto 357 não eram alfabetizados.<sup>20</sup>

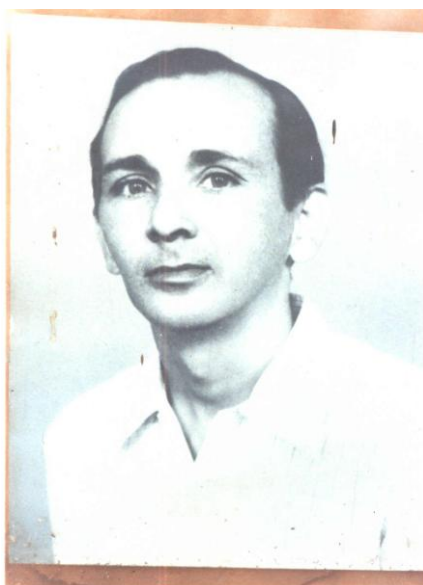
Nessa época, o município de Jaicós tinha uma população escolarizável de 326 crianças entre 7 e 12 anos, enquanto apenas 58 crianças freqüentavam a escolas, embora o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tenha registrado que em 1956, funcionasse no município de Jaicós 8 escolas de ensino primário, sendo que 4 eram estaduais, 1 municipal e 3 cursos supletivo<sup>21</sup>.

Era esse o aspecto da cidade de Jaicós quando da instalação do Ginásio Padre Marcos, justa homenagem ao ilustre filho. Na época, para que o aluno conseguisse matrícula na primeira série do curso ginásial, era necessário que ele prestasse o exame de admissão. O exame de admissão para o ingresso do Ginásio Padre Marcos ocorreu nos dias 3, 4, 5 e 6 de março de 1953, tendo se inscrito nele 28 candidatos, mas somente 27 candidatos compareceram para realizar o exame de admissão

<sup>19</sup> Padre Marcos de Araújo Costa nasceu na hoje cidade de Paulistana, no ano de 1780. Ordenou-se sacerdote e, em 1820 adaptou a casa-grande da fazenda Boa Esperança para um Colégio de Internato, quando nenhum colégio, quer público quer particular, existe em todo o território do Piauí. Morreu no dia 04 de novembro de 1850. CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998, p. 438-441.

<sup>20</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 502-510.

<sup>21</sup> FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 502-510.



**Foto 9: Pe. Mariano da Silva Neto – 1º Diretor do 1º Ginásio Cenequista do Piauí**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

O padre Mariano da Silva Neto<sup>22</sup>, pároco de Jaicós desde 03 de fevereiro de 1952, foi designado para dirigir o recém instalado estabelecimento de ensino. A solenidade de instalação do Ginásio Cenequista Padre Marcos ocorreu no Salão Nobre da Prefeitura Municipal às 15 horas e contou com a presença registrada em ata de dezesseis cidadãos jaicoense. Na referida solenidade foi eleita a primeira diretoria e o respectivo conselho fiscal do setor local da CNEC.

Eis a composição da primeira diretoria da CNEC no Piauí e do seu respectivo conselho fiscal:

Alberto Bessa Luz – Presidente  
 Joaquim Teixeira de Carvalho – Vice-Presidente  
 Oscar Damasceno – 1º Secretário  
 Antônio Matias Veloso – 2º Secretário  
 Raimundo Mendes de Carvalho – Tesoureiro  
 - Conselho Fiscal:  
 Júlio Ramos Dias  
 Emanuel Bessa Freitas  
 - Suplentes do Conselho Fiscal:  
 José Meneses da Silva  
 José de Moura Leal  
 Francisco Crisanto de Moura.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Pe. Mariano da Silva Neto nasceu em 04 de dezembro de 1924 na cidade de Francisco Santos. Foi pároco de Jaicós e vigário da Igreja de São Francisco Xavier, na Tijuca, Rio. Professor da Universidade Federal do Piauí. Autor do livro *Francisco Santos: estudo e memória* (1985). Adrião Neto. **Dicionário bibliográfico de escritores brasileiros contemporâneos**. Teresina: Edições Geração 70, 1998, p. 242.

<sup>23</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país**. Teresina: O autor, 2008, p. 29-30.

De 1952 a 1958, a CNEC no Piauí ficou resumida ao seu único Ginásio em Jaicós, parecia fadada ao fracasso. Algo semelhante havia ocorrido no Ceará.<sup>24</sup> Não foi instalada nenhuma outra escola da CNEC no Piauí. Entre a presidência de Alberto Bessa Luz e Dom Avelar Brandão Vilela, assumiu a presidência da CNEC a Prof.<sup>a</sup> Cristina Oliveira que presidiu a entidade por pouco tempo. A Prof.<sup>a</sup> Cristina Oliveira, animada com os ideais da CNEC tentou sem êxito, instalar a segunda escola da CNEC no Piauí, em Altos. Malograda a empreitada, desistiu da tentativa de Altos, assim como também da CNEC.<sup>25</sup>

Em 5 de maio de 1956 chegou a Teresina o Arcebispo de Teresina, em substituição a Dom Severino Vieira de Melo, Dom Avelar Brandão Vilela<sup>26</sup>, segundo Arcebispo do Piauí.

Não foi possível identificarmos o tempo em que Alberto Bessa Luz deixou a presidência da CNEC, nem tampouco, quando e o tempo que a Prof.<sup>a</sup> Cristina Oliveira presidiu a CNEC, nem em qual data Dom Avelar assumiu a presidência dessa entidade. O que pudemos fazer foram conjecturas através da matéria publicada em oito de maio de 1958, pelo jornal O Dia de Teresina, cujo título é *A verdade sobre a situação de Jaicós*<sup>27</sup> que num de seus parágrafos relata um desentendimento envolvendo o deputado Alberto Bessa Luz e o Diretor do Ginásio Padre Marcos, Pe. Mariano da Silva Neto. Na matéria consta que Alberto Bessa Luz recebeu no Rio de Janeiro uma subvenção federal destinada ao Ginásio Cenecista Padre Marcos de Jaicós em “mais ou menos meados do ano passado”, ou seja, mais ou menos na metade do ano de 1957, o que prova que até esta data, Alberto Bessa Luz ainda era o presidente da CNEC no Piauí.

Já Felipe Tiago Gomes, ao falar da inauguração da sede própria da CNEC no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1957, nos dá conta de Dom Avelar discursando em nome das Secções Estaduais, o que nos leva a acreditar que Dom Avelar pela referida data, já era presidente da CNEC do Piauí:

A inauguração da sede própria proporcionou uma grande concentração cenecista. Alunos de estabelecimentos situados no Rio e no atual Estado da Guanabara lotaram a Rua Sílvio Romero, para comemorar, juntamente com professores e dirigentes cenecistas, talvez a maior vitória da CNEC, na década de 50. Além dos representantes do Presidente e os Vice-Presidentes da República e Ministros de Guerra e da Justiça, estiveram presentes o titular da pasta do trabalho, Senador

<sup>24</sup> GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade**. Bonsucesso, GB: CNEC, 1973, p. 127-128.

<sup>25</sup> CARVALHO, Francisco Amorim. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 32.

<sup>26</sup> Dom Avelar Brandão Vilela nasceu no dia 13 de junho de 1912, na cidade de Assembléia, antiga Viçosa, no Estado de Alagoas. Em 27 de outubro de 1935, ordenou-se sacerdote, iniciando a vida sacerdotal em Sergipe. Em 13 de junho de 1946 foi eleito Bispo e, no dia 05 de maio de 1956 chegou a Teresina para chefiar a Arquidiocese de Teresina. EM TERESINA, desde ontem, o novo Chefe da Arquidiocese – Homenagens Tributadas à Dom Avelar – Festividades hoje. O Dia, Teresina, 6 maio 1956, p. 1.

<sup>27</sup> A VERDADE sobre a situação de Jaicós, **O Dia**, Teresina, 8 de maio de 1958, p. 6.

Parsifal Barroso, Dom Avelar Brandão Vilela, então o Arcebispo de Teresina, professor Giudásio Amado, diretor de ensino secundário; parlamentares, representantes da imprensa, professores, alunos e estabelecimentos mantidos pela CNEC. Presidiu a solenidade o Ministro Paschoal Carlos Magno representante do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, tendo o Arcebispo Dom Avelar Brandão pronunciado eloqüente discurso, em nome das Secções Estaduais. [...] e assim, no dia 15 de novembro de 1957, era inaugurada.<sup>28</sup>

Por outro lado, sabemos que Dom Avelar assumiu a presidência da CNEC no Piauí, segundo o jornal O Dia, após um “aceito” através de telegrama, que não indica data.

Assim o jornal O Dia registra o fato:

Lemos em o “Cenegista”, órgão publicitário da CNEG, o seguinte:  
Foi convidado pela diretoria da CNEG para o cargo de Presidente da Secção Estadual do Piauí, o Arcebispo Dom Avelar Brandão, um dos grandes valores da Igreja Católica no Brasil. Aceitou a incumbência, conforme telegrama nos seguintes termos: Prof. Colombo Etienne, Vice – Presidente CNEG, rua Alcindo Guanabara, 20, sala 705, Rio. Aceito indicações meu nome para Presidente Secção Estadual CNEG Piauí. Atenciosas saudações,  
Dom Avelar Brandão Arcebispo de Teresina.<sup>29</sup>

Com isso, acreditamos que, se Dom Avelar aceitou por telegrama o convite, e no dia 15 de novembro de 1957 ele já discursava na qualidade de Presidente da Secção do Piauí, é porque ele já era Presidente bem antes do dia 15 de novembro, o que mostra que a Prof.<sup>a</sup> Cristina Oliveira presidiu a instituição por pouco tempo, aproximadamente três meses ou bem menos. Até porque quando o deputado Alberto Bessa Luz recebeu a subvenção no Rio de Janeiro que provocou o desentendimento entre esse e o Pe. Mariano, não acreditamos, que logo ele tenha renunciado ou sido destituído. Sabemos que esse episódio terminou em fevereiro de 1958.

### **2.3 A presença de Dom Avelar e a origem das administrações estaduais da CNEC (1957-1971)**

Este tópico tem como objetivo analisar a história da CNEC no Piauí de 1957 a 1971, dando ênfase a contribuição de Dom Avelar Brandão Vilela à CNEC, cujo espaço de tempo corresponde ao período em que o religioso esteve a frente da presidência dessa entidade no Piauí.

Logo que assumiu a presidência da CNEC e restabelecida a situação funcional da entidade, Dom Avelar tratou de instalar o segundo Setor Local do Piauí, esse em Teresina,

<sup>28</sup> GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade**. Bonsucesso, GB: CNEC, 1973, p. 170-171.

<sup>29</sup> LEITE, C. CNEG. **O Dia**. Teresina, 23 mar. 1958, p. 6.

bem como instalou o segundo Ginásio Cenequista em terras piauienses, o Ginásio Popular de Teresina, que logo passou a ser construído em terreno doado pelo próprio Dom Avelar.

Com isso, no dia 18 de março de 1958, foi realizada a primeira reunião da CNEC para que os seus dirigentes entrassem em contato com o povo. O jornal O Dia usou esse acontecimento para ao mesmo tempo criticar a empresa responsável pelo fornecimento de energia em Teresina. Eis o que relata o referido jornal sobre esse acontecimento:

A dezoito desde foram assistir a primeira reunião da CNEG propugnada para que os dirigentes da entidade tomassem seu primeiro contato com o povo. Chegamos às dezenove horas, um pouco cedo, é certo, porém sabemos que os brasileiros, principalmente nortistas tem a fama da impontualidade, e ao menos essa vez, minha companheira e eu não queríamos mais incorrer na pecha. E ficamos no escuro, esperando, esperando... e conosco tanta gente! Eram os pobres idealistas que como não faziam finca-pé pela causa da instrução, procurando se matricular no Ginásio, procurando adquirir um pouco da luz que espanta as trevas da ignorância, sequiosos de saber que eleva as nações e engrandece os povos.<sup>30</sup>

No mês seguinte, o mesmo jornal enaltece tanto Dom Avelar quanto a importância do Ginásio Popular para as classes menos abastadas:

Obra mais meritória do que esta não podia ele praticar em Teresina, porque o Ginásio Popular no Bairro Vermelha, proporcionará instrução secundária gratuita a muito dos nossos jovens, cujos pais não tem recursos para mantê-los em categorias particulares.<sup>31</sup>

Logo após a consecução do terreno para construção da sede própria do Ginásio Popular de Teresina, as atividades educacionais também se iniciaram de forma provisória nas salas do Grupo Escolar Gabriel Ferreira no bairro Vermelha zona Sul de Teresina. Essas atividades aconteciam no turno noturno, pois no diurno, as salas desta escola eram ocupadas pelas atividades educacionais da rede pública estadual de ensino. Suas atividades começaram pela 1ª série ginásial e, ano após ano com novas séries até chegar a 4ª série do ensino ginásial.

Em 1960, Dom Avelar instalou mais três ginásios no interior do Piauí: o Ginásio “Filipino Orsano” em Pedro II, o “Marcos Parente” em Canto do Buriti e, o “Nossa Senhora de Fátima” em Fronteiras.

Diante dessa expansão de Ginásios pelo interior do Piauí, Dom Avelar percebeu a necessidade de alguém para lhe auxiliar nesse trabalho, pois além de sua responsabilidade para com a Igreja Católica, estava a frente de outros projetos sociais. Devido isso, por contra própria, bem no início de 1961, nomeou o Prof. Roberto Gonçalves de Freitas, Administrador local da CNEG, cujo salário do Administrador era pago as expensas do próprio Arcebispo.

<sup>30</sup> LEITE, C. **Uma reunião nas trevas**. O Dia, Teresina, 27 mar. 1958, p. 6.

<sup>31</sup> SILVA, Cunha e. **Ginásios populares**. O Dia, Teresina, 6 abr. 1958, p. 6.

Dom Avelar me nomeou administrador local, estadual da CNEC no Piauí. Não existia esse cargo na CNEC. Ele foi o primeiro a criar cargo e eu o primeiro em todo o Brasil a ocupar esse cargo. Dom Avelar não tinha tempo, precisava de alguém e aí me nomeou administrador.<sup>32</sup>

Ao tomarem conhecimento da atitude de Dom Avelar e do desempenho que a CNEC vinha tendo no Piauí a cúpula da CNEC nacional resolveu discutir o assunto no XIII Congresso Ordinário da CNEC, realizado em Fortaleza. Nesse congresso representaram o Piauí, na qualidade de Delegados Estaduais, Pe. Balduino Barbosa de Deus e o Prof. Roberto Gonçalves Freitas.

O cargo de administrador estadual foi criado e Roberto Gonçalves Freitas nomeado oficialmente. Esse cargo foi incluído no novo estatuto que foi aprovado no XIII Congresso, no dia 18 de julho de 1961, no qual ficou assim definida a função do Presidente e do Administrador. O Estatuto no capítulo VIII, das secções estaduais, reza:

Art.23 – As Secções Estaduais são orientadas e dirigidas por um Conselho Estadual, com a cooperação da respectiva administração.

Art.24 – O Conselho Estadual compõe-se de onze membros, eleitos bienalmente, na forma do artigo 42.

Art.25 – Ao Conselho Estadual incumbe:

- a) – eleger, entre os seus membros, o Presidente, dois Vice-Presidentes, um Secretário e um Tesoureiro;
- b) – reunir-se pelo menos de dois em dois meses;
- c) – autorizar a criação de cursos pelos Setores Locais;
- d) – intervir nos Setores Locais, “ad-referendum” do Conselho Nacional, quando, em caso de reincidência, não forem observados dispositivos do presente Estatuto ou à ocorrência de graves irregularidades;
- e) – fixar as condições necessárias à criação dos Conselhos Locais, de conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional;
- f) – orientar-se e estimular a ação dos Conselhos Locais;
- g) – acompanhar a ação do Administrador Estadual, fornecer-lhe elementos necessários à boa execução de falta grave ou decidir no cumprimento de suas funções, propor ao Superintendente a sua dispensa.
- h) – apreciar a proposta orçamentária elaborada pela Administração Estadual e remetê-la com seu parecer, até 30 de novembro, à Administração Geral;
- i) – fixar anualmente o limite além do qual não poderá a Administração contrair obrigações sem autorização da Administração Geral.

Art.26 – À Administração Estadual, que obedecerá a um regulamento elaborado pela Administração Geral e aprovado pelo Conselho Nacional, incumbe a execução das atividades administrativas e técnicas da CNEC, na Secção respectiva:

Parágrafo único – Integra a Administração Estadual:

- a) – um Administrador Estadual;
- b) – pessoal auxiliar, segundo o quadro de aprovado pelo Conselho Nacional mediante proposta da Administração Geral, tudo em vista as necessidades e os interesses da CNEC.

Art.27 – Compete ao Administrador Estadual:

- a) – praticar todos os atos que lhe forem atribuídos neste Estatuto, no Regulamento e nas Instruções expedidas pela Administração Geral;

---

<sup>32</sup> FREITAS, Roberto Gonçalves de. **Entrevista** [maio 2009] concedido a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.



- b) – elaborar a proposta orçamentária estadual, com base nas propostas orçamentárias locais, para sua apresentação ao Conselho Estadual e remessa à Administração Geral as providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da CNEG;
- c) – chefiar os serviços a cargo da Administração Estadual, propondo ao Conselho Estadual e à Administração Geral as providências julgadas necessárias ao desenvolvimento da CNEG;
- d) – elaborar o Regimento Interno a ser adotado em cada estabelecimento de ensino;
- e) – encaminhar à autoridade competente a prestação de contas dos auxílios recebidos do Governo do Estado;
- f) – promover os estudos e levantamentos das condições locais para efeito da criação de unidade educacional, observados as disposições do art.16 e 25, letra “c”;
- g) – apreciar o quadro do pessoal docente e administrativo de cadê educandário, na forma do art.18, letra “c”, e encaminhá-lo ao Presidente do Conselho Estadual para as respectivas admissões.<sup>33</sup>

Essa divisão de funções deu maior organização e mais agilidade na implantação de novos educandários.

Sobre a criação das administrações estaduais, Felipe Tiago Gomes se expressou da seguinte forma:

O desenvolvimento da Campanha atingiu índice tão vertiginoso de crescimento que os membros das diretorias estaduais já não podiam atender às constantes solicitações de dezenas de pessoas que os procuravam, ora para fundar núcleos cenevistas, ora para resolver problemas pedagógicos e de manutenção. Tornava-se necessária a organização de um quadro de servidores que dessem assistência contínua a esses educandários, para que fossem evitadas aos novos, falhas já constatadas na entidade, e sanadas as existentes. [...] Entramos, assim, numa fase em que administradores, peças novas na composição cenevista, começaram a propor diretrizes seguras aos nossos companheiros.<sup>34</sup>

No Piauí, por essa época (1961), a CNEC dava os seus primeiros passos rumo a sua expansão, pois com a presença de Dom Avelar, já eram seis os ginásios implantados, localizados nas cidades de Jaicós, Teresina, Pedro II, Canto do Buriti, Fronteiras e Regeneração.

#### **2.4 A CNEC na administração e presidência de Roberto Gonçalves de Freitas (1971-1977)**

Neste tópico analisamos a história da CNEC no Piauí entre os anos de 1971 e 1977, período que corresponde à época em que o Prof. Roberto Gonçalves de Freitas contribuiu com essa entidade, como presidente e, como suporte, faremos um recuo ao ano de 1961, quando o

<sup>33</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto**. 1961. Rio de Janeiro, 1961.

<sup>34</sup> GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade**. Bonsucesso, GB: CNEC, 1973, p. 177.

Prof. Roberto Gonçalves de Freitas assumiu o recém criado cargo de administrador da CNEC-PI. Também ressaltamos a crise pela qual passou essa entidade entre os anos 1968 e 1972, como também as divergências político-administrativas que culminaram com a saída do Prof. Roberto Freitas, no ano de 1977.

De posse oficialmente do cargo e, definidas as atribuições de Dom Avelar e Roberto Freitas, respectivamente Presidente e Administrador da Secção Estadual da CNEC no Piauí, Roberto Freitas cria o Setor Local de Regeneração e o primeiro estabelecimento de ensino de sua administração, o Ginásio “São Gonçalo”, no dia 14 de agosto de 1961.

Como administrador, o Prof. Roberto Freitas transferiu a sede da CNEC para um cômodo de sua própria residência, que antes ficava acomodada junto a outros órgãos nas dependências do Palácio Episcopal. Sobre esse assunto, Carvalho diz que:

A solução para o caso foi literalmente domestica: o administrador instalou a CNEC num dos cômodos de sua residência na Praça da Liberdade, proximidade da Igreja São Benedito, abrindo uma porta frontal, de modo que o acesso se desse independentemente, pela rua. Água, energia e telefone eram os da residência. Os documentos da Campanha ficavam, num primeiro momento num dos peitoris do prédio da Diocese, acondicionadas em pastas, uma para cada escola, naquele tempo um total de cinco: Jaicós, Teresina, Canto do Buriti, Fronteiras e Pedro II.<sup>35</sup>

A partir daí, o crescimento quantitativo da CNEC se deu de forma mais rápida, até porque a partir do governo Petrônio Portela, a CNEC passou a receber apoio logístico do Estado.<sup>36</sup>

No ano de 1962, foram mais duas escolas: o Ginásio “Messias Filho” em Batalha e o Ginásio “Isaías Coelho”, em Simplício Mendes. No ano seguinte, foram criados mais cinco setores em Amarante, São Pedro do Piauí, Água Branca, Luzilândia e Palmeirais, com seus respectivos ginásios: “Costa e Silva”, “João XXIII”, “Dom Severino”, “Luzilandense” e o “Nossa Senhora da Conceição”.

Em 1964, foram criados os Setores de Inhumã e Elesbão Veloso e conseqüentemente os seus respectivos ginásios: “Inhumense” e o “Monsenhor Cícero Portela”.

Entendemos que esse ritmo de criação de Setores Locais correspondia à aceitação da população que passou a acreditar nos ideais da CNEC, devido o ensino ministrado em seus estabelecimentos de ensino e ao apoio do Estado devido essas ações.

<sup>35</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p.35.

<sup>36</sup> GOMES, Felipe Tiago. **CNEC: a força de um ideal**. Brasília: CNEC edições, 1986, p. 38.

Nem mesmo o advento do Golpe Militar de 1964 interrompeu o ritmo de expansão da CNEC que só deu uma pausa, em 1970 seguido dos anos de 1971 e 1972, não sendo fundado nenhum estabelecimento de ensino nesse período.

Em 1965, a CNEC se expandiu na ação com a criação de escolas em Agricolândia com o Ginásio “Cromwell de Carvalho”, em Angical, com o Ginásio “Presidente Kennedy” e, em Anísio de Abreu com o Ginásio “Miguel Arcoverde”. Já no ano de 1966, a CNEC se fez presente no maior número de municípios, até então, num só ano, num total de sete: Simões e o ginásio “Paiva Lima”, Castelo do Piauí e o ginásio “Castelense”, Jerumenha e o ginásio “Manuel Afonso Ferreira”, Ipiranga e o ginásio “Ipiranguense”, Santo Inácio do Piauí e o Ginásio “Santo Inácio de Loyola”, Várzea Grande e o ginásio “08 de dezembro” e, Pimenteiras com o ginásio “Pimenteirense”.

Ressaltamos que o Ginásio Pimenteirense teve seu nome mudado para “Elisiário Barbosa” no dia 29 de dezembro de 1976 devido ao falecimento de Elisiário Barbosa, que era presidente do Setor Local da CNEC de Pimenteiras, resolvendo a CNEC estadual homenageá-lo como forma de reconhecimento pelos serviços prestados à causa cenequista, como podemos ver abaixo.

A Diretoria Estadual da CNEC/PI, o Conselho Estadual cumprem o doloroso dever de comunicar o falecimento do Companheiro Elisiário Barbosa, ocorrido no dia 24 deste. O companheiro desaparecido era Presidente do Setor Local da CNEC de Pimenteiras, desde a época de sua instalação. Com isso, a CNEC/PI perde um dos seus melhores colaboradores. Elisiário era, sem dúvida, a alma daquele ginásio que agora chamar-se-á: Ginásio Elisiário Barbosa.<sup>37</sup>

Histórias curiosas e até mesmo engraçadas têm ocorrido por esse Piauí a fora quando da criação de Setores e Ginásios e que, às vezes, reflete uma realidade perpetuada ao longo do tempo. Como é o caso do Ginásio de Jerumenha. Jerumenha está entre os municípios mais antigos do Piauí, criado em 1761 por Carta Régia e instalado, em 1762, pelo então governador João Pereira Caldas<sup>38</sup> e pelo que parece ao logo de sua história foi deveras desassistido de educação, tanto que quando da reunião da comunidade com os representantes da CNEC/PI em Jerumenha, cujo objetivo era a instalação do Setor Local da CNEC; um senhor desacreditando no projeto disse que se criasse um Ginásio em Jerumenha, ele iria varrer o Ginásio de graça,

<sup>37</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE, **Circular n° 043**, de 29 de dezembro de 1976, Teresina, 1976.

<sup>38</sup> FRANCO, José Patrício. **O município no Piauí: 1761-1961**. Teresina: Prelo, 1977.

pois não era de agora as promessas de instalação de escolas naquelas terras<sup>39</sup>. Mas o fato aconteceu e o senhor da proposta nem sequer compareceu à inauguração do Ginásio.

Em 1967, foi a vez de Colônia do Gurguéia, então povoado de Elizeu Martins, Guadalupe e Curimatá com os seus respectivos ginásios: “Vale do Gurguéia”, “Boa Esperança” e “Curimatense”.

Em 1968, foi criado mais um Ginásio em Teresina, o Ginásio Popular de Fátima.

Eis o que consta na Ata da Sessão Ordinária de Fundação do Setor Local da CNEG no Bairro de Fátima em Teresina, do dia 19 de fevereiro de 1968.

Aos dezenove dias do mês de fevereiro mil novecentos e sessenta e oito às dezenove horas no Centro Social Nossa Senhora de Fátima, presentes grupos representativos da comunidade do Bairro, realizou-se uma sessão com o objetivo de eleger a primeira Diretoria do Setor local, para fins de serem tomadas providências no sentido de instalar no citado bairro, um Ginásio da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG). A sessão foi presidida pelo Administrador Estadual da CNEG no Piauí Professor Roberto Gonçalves de Freitas, contando com a presença do professor José Virgolino de Meneses e do Sr. José Carlos de Lima ambos membros da administração, Professora Maria Mercedes Costa representante do Setor Educacional da Ação Social Arquidiocesana – ASA. Após os esclarecimentos prestados pelo professor Roberto; no que diz respeito as altas responsabilidades da comunidade e da Diretoria do Setor Local, procedeu-se a eleição, cujo resultado foi o seguinte: Presidente: Aldemar Teixeira de Sousa; Primeiro Vice-Presidente: Antônio Vieira; Segundo Vice-Presidente: Francisco de Assis Cardoso; Primeiro Secretário: Olizio de Moura Cavalcante; Segundo Secretário: Antônia de Sousa Lima; Primeiro Tesoureiro: Maria Ideuzuite Rodrigues Freitas. Adjunto de Tesoureiro: Francisca Sales Araujo, Pedro Machado Freire; Suplentes Manuel Zeferino da Silva, Manuel Messias de Moraes e Raimundo Nascimento Silva. Eleitos e empossados, o Presidente deu por encerrada a sessão [...].<sup>40</sup>

Citamos essa ata também como modelo, pois as sessões para instalação de Setores Locais eram semelhantes em todos os lugares que existiu estabelecimentos de ensino da CNEC.

Ainda nesse ano, foi criado os Setores Locais de Monsenhor Hipólito, Buriti dos Lopes e Alto Longá, conseqüentemente instalados os seus respectivos ginásios: Pe. Cícero Romão Batista, Buriti dos Lopes e Rodrigues de Alencar.

Esse crescimento, e a rápida expansão no número de escolas, não significavam que para fazer funcionar e manter esses estabelecimentos de ensinos fosse fácil. As dificuldades eram muitas, principalmente para as escolas situadas nas localidades mais carentes e que em

<sup>39</sup> FREITAS, Roberto Gonçalves de. **Entrevista** [maio 2009] concedido a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.

<sup>40</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ata da Sessão Ordinária da Fundação do Setor Local da CNEG no Bairro de Fátima, de 19 de fevereiro de 1968**. Teresina, 1968.

muitos casos recorriam e recebiam total assistência do poder público municipal para evitar sua desativação, como é o caso do Ginásio de Pimenteiras.

Sobre a situação do Ginásio Pimenteira em 1968, eis o que diz Renato Bacellar na coluna O dia do interior, do jornal O Dia que tem como título: Ginásio de Pimenteiras Diploma Turma.

Lutando contra todas as dificuldades que empresam naquele município quanto ao sistema educacional, o prefeito de Pimenteiras informou ontem á nossa reportagem que está previsto para o próximo dia 25, a colações de grau da 2º turma daquele estabelecimento de ensino secundário da CNEG. Falando á nossa reportagem, o prefeito Amadeu Matias Bernardes declarou que os benefícios da CNEG para o seu município são por demais resumidos e que, este ano, o Ginásio só não chegou a fechar porque a Municipalidade tomou para si toda a responsabilidade de mantê-lo em funcionamento <sup>41</sup>

Isso também mostra, que nem sempre o apoio da comunidade era suficiente para manter os seus ginásios em funcionamento, tendo a escola que ser apoiada pelos poderes públicos, principalmente o municipal, que era, inclusive, uma condição importante para a instalação das escolas.

De dezembro de 1968 até abril de 1972, estiveram à frente da Administração Estadual da CNEG no Piauí os professores Manoel Nunes e Silva e Noé Mendes de Oliveira. Sobre essas duas administrações, falaremos em tópicos separados.

O ano de 1969 foi um ano que marcou a história da CNEC no Brasil, pois naquele ano, durante o XVIII Congresso Ordinário de CNEG, o nome da instituição que ate antes era denominado de Campanha Nacional de Educandário Gratuito - CNEG, passou a chamar-se Campanha Nacional de Escolas da Comunidade- CNEC, isso no dia 27 de julho de 1969 na cidade de Miguel Pereira, no Rio de Janeiro.

Sobre esse momento histórico da CNEC, diz Ivanildo Coelho de Holanda que:

Consta que a CNEC teve, no XVIII Congresso Ordinário reunido na cidade de Miguel Pereira-RJ, em julho de 1969, mais como oportunidade de rever os seus princípios. E, com isto, foi aprovada, mais uma vez, a mudança do nome da Campanha. Os Setores Locais assumiram a responsabilidade de manutenção das unidades de ensino. Em conseqüência, a expressão “educandários gratuitos” já não correspondia mais à realidade. Passou-se a chamar Campanha Nacional de Escola da Comunidade (CNEC). Assim desaparecia aquele tom paternalista impresso pelo termo gratuito, enquanto se buscava imprimir nas comunidades uma nova significação do seu trabalho, a de “auto-ajuda”. <sup>42</sup>

Representaram o Piauí nesse Congresso no posto de Delegado Estadual, os professores Roberto Gonçalves Freitas e Alcides Martins Nunes.

<sup>41</sup> BACELLAR, Renato. **Ginásio de Pimenteiras diploma turma**. O Dia, Teresina, 11 dez. 1968, p. 4.

<sup>42</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC: Um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 68-69.

Sobre a mudança do nome diz o professor Roberto Freitas que essa discussão já vinha acontecendo e que ele e Paulo Sarasate, que fora presidente da CNEC de 1961 a 1968, pelo fato de ter sido eleito e reeleito sucessivamente por três vezes, o qual deixou a presidência por morte<sup>43</sup>, eram contra a mudança do nome. Assim se expressou o professor Roberto Freitas:

Quem levantou essa idéia foi o Ceará e o Paraná e o Rio aceitaram. E então ficaram: “vamos mudar o nome, mudar o nome...”. só podia mudar num Congresso. E eu disse: olha, o nome pra mim é o nome que vai ficar, agora o que pode acontecer como consequência sua inexistência para o CNEC com essa mudança era que devíamos medir e pensar. “Disse: como?”. Nós chamamos escola de Educandário Gratuitos, para Escolas da Comunidade, na hora em que tirar o palavra gratuito, muitas escolas, muitos diretores, presidentes de Setores vão transformar as escola em empresas e vão trair a opinião publica. Não haverá gratuidade. Eu tenho esse receio. Aí brigaram, brigaram... Eu sei que ela foi discutida em Minas Gerais, Belo Horizonte, num Congresso lá e lá no Rio, Miguel Pereira, foi aprovado. [...] Aí o Paulo Sarasate era contra a mudança do nome de gratuito para comunidade. Eu, pra mim não interessava ser gratuito ou não gratuito, ou comunidade. Mas pra mim interessava que a mudança não ensejasse em acabar com o interesse da comunidade e acabar ali. E essa tese estourou e deu o que eu percebi: se mudar pode se dar isto.<sup>44</sup>

Vê-se aí uma relação de conflito das partes com o todo, onde o todo se sobrepõe às partes, cuja possibilidade só foi possível com convivência de suas partes, pois há uma necessidade de mudança de configuração, na medida em que a CNEC resolve mudar de nome, essa mudança implicou num posicionamento diferente da CNEC diante da sociedade, ela deixou de ser gratuita para ser comunitária. Não era mais possível manter na nomenclatura da entidade a palavra *gratuitos*, tinha que ser alterado para dar suporte à entidade na busca de financiamento, para manter-se e dá continuidade ao ritmo de crescimento em que se encontrava. Assim, a palavra *comunidade*, ao invés de *gratuitos*, retirava, em parte, a gratuidade dos alunos, o que na prática, a CNEC não chamava de pagamento, e sim contribuição social,<sup>45</sup> o que de certa forma (re)forçava uma participação maior do poder público, já que a CNEC atuava onde não havia escolas públicas, embora o Estado ha muito participasse como financiadora.

Há uma mudança no jogo, não é uma questão de querer ou não querer mudar de configuração, é antes de tudo uma necessidade para superar uma situação, uma descontinuidade para continuar no jogo das relações sociais, mudanças estas não desejadas pelas forças internas que compõe a CNEC, mas pelo movimento dinâmico da sociedade em busca de adaptações.

<sup>43</sup> QUEIROZ, Raquel de. Paulo Sarasate e a CNEG. In: **O cenegista**. Rio de Janeiro, out. 1968, p.8.

<sup>44</sup> FREITAS, Roberto Gonçalves de. **Entrevista** [maio 2009] concedido a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.

<sup>45</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 034**, de 29 de setembro de 1978. Teresina, 1978.

Essa mudança de configuração, pela qual a CNEC passou, é bem mais perceptível quando Elias nos diz que

os participantes são normalmente incapazes de se perceberem a si próprios como parte dessa ampla figuração, pois – presos uns aos outros e sem compreenderem o que se passa, arrastados de cá para lá, para caminhos que nenhum deles escolheu – estão absorvidos pelos seus pequenos e agudos problemas pessoais, entaipados na estreiteza do seu campo de visão. O que quer que lhes suceda, só conseguem apreendê-lo a partir da posição específica e limitada que ocupam no seio da figuração. Estão demasiado envolvidos para se poderem ver a si próprios a partir de fora.<sup>46</sup>

Em maio de 1971, Dom Avelar renunciou a presidência da CNEC devido a sua transferência, pela Igreja, para Salvador na Bahia.

Com a renúncia de Dom Avelar da presidência da CNEC-PI, assumiu este cargo o professor Roberto Freitas que na ocasião era vice- presidente da Secção Estadual da CNEC no Piauí.

#### 2.4.1 Crise na CNEC

O período que vai de 10 de dezembro de 1968 até 08 de maio de 1972 caracterizou como uma crise pela qual a CNEC piauiense passou.

Chama-se crise a um momento de ruptura no funcionamento de um sistema, a uma mudança qualitativa em sentido positivo ou em sentido negativo, a uma virada de improviso, algumas vezes até violenta e não previsto no módulo normal segundo o qual se desenvolvem as interações dentro do sistema em exame. [...] A compreensão de uma crise se funda sobre a análise de três fases do estado de um sistema: a fase da crise precedente ao momento em que se inicia a crise, a fase da crise propriamente dita e, por fim, a fase depois que a crise passou e o sistema tomou um certo “módulo” de funcionamento que não se identifica mais com o que precedeu a crise. [...] As crises podem ser internas ao sistema, quando surgem de contrastes entre os componentes do sistema, ou externas ao mesmo, quando o estímulo vem de fora.<sup>47</sup>

Nesse período, o professor Roberto Gonçalves de Freitas renunciou ao cargo de Administrador Estadual da CNEC no Piauí para assumir a Direção da Escola Técnica Federal do Piauí. Na ocasião, o presidente da Secção Estadual do Piauí, Dom Avelar Brandão Vilela, nomeou para o cargo de Administrador Estadual da CNEC no Piauí, o professor Manuel Nunes e Silva.

<sup>46</sup> ELIAS, Norbert. **Envolvimento e distanciamento**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997, p. 30.

<sup>47</sup> PASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 303.

Eis o que consta na circular nº 10/68 de 10 de dezembro de 1968, enviada de Teresina pelo então Administrador Estadual Prof. Roberto Freitas, ao diretor do Ginásio Presidente Kennedy de Angical - Piauí:

Exmº Senhor, Com o presente levamos ao conhecimento de V. Exª que em virtude de havermos assumido a Direção da Escola Técnica Federal do Piauí, da Rede Federal do Ensino Industrial e por determinação de S. Exº. Revmº Dom Avelar Brandão Vilela, Presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos-CNEC, Secção do Piauí, estamos nesta data passando a função de Administrador Estadual da referida campanha, cargo que vínhamos exercendo desde 1961, ao prof. Manuel Nunes e Silva, mestre de brilhante folha de serviços prestados à causa do ensino no Piauí, cuja capacidade e idoneidade dispensam comentários.<sup>48</sup>

Segundo Roberto Gonçalves de Freitas, na gestão de Manuel Nunes não foi criado nenhum Setor, sendo instalada as escolas cujos processos já estavam em andamento:

Eu renunciei a Administração porque era o diretor da Escola Técnica. Então assumi a direção da Escola aí Dom Avelar me disse: “Me indique uma pessoa”. E eu saí procurando. Aí esse Manuel Nunes se apresentou. Era dirigente de um colégio em Parnaíba. Era um homem muito bom, mas só sei que ele era de Parnaíba. Ele não criou nenhum colégio, o que ele fez foi concluir algum processo. Mas não deu certo. [...].<sup>49</sup>

As escolas as quais o prof. Robert Freitas fala que foram instaladas durante a administração de Manuel Nunes foram os Ginásios “Santo Afonso”, “Francisco Moura”, “São João Batista” e “São Miguel”, respectivamente nas cidades de Santo Antônio de Lisboa, Santa Cruz do Piauí, Ribeiro Gonçalves e Matias Olímpio.

Não sabemos exatamente até quando o prof. Manuel Nunes esteve à frente da Administração da CNEC-PI, sabemos apenas que o ofício/circular N°04 de 03 de dezembro de 1969 é assinado pelo prof. Manuel Nunes, e que, conforme Ata da Sessão solene da terceira eleição da nova diretoria do Setor Local da CNEC de Simões-PI, para o biênio 70/72 de 30 de abril de 1970, o prof. Noé Mendes de Oliveira já se encontrava no cargo de Administrador Estadual da CNEC no Piauí e não mais o prof. Manuel Nunes.

---

<sup>48</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 10**, de 10 de dezembro de 1968, Teresina, 1968.

<sup>49</sup> FREITAS, Roberto Gonçalves de. **Entrevista** [maio 2009] concedido a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.



Aos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta (30-04-1970), às vinte(20) horas, no salão do Grupo Escolar “Dias Pinheiro”, onde funciona o Ginásio “Paiva Lima”, conforme fora previamente marcada, teve lugar a sessão solene da terceira (3ª) eleição da nova Diretoria da Setor Local da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC), desta cidade de Simões,(PI). Presentes os alunos e os professores de Ginásio “Paiva Lima”, os sócios quites, as autoridades locais, o professor José Carlos de Lima, representante do Administrado Estadual da CNEC no Piauí, professor Noé Mendes de Oliveira e a sociedade local. [...]⁵⁰.

A Administração do prof. Noé Mendes foi até o dia 1º de maio de 1972, data em que tomou posse, como Administrador Estadual da CNEC no Piauí, o ex-diretor do Ginásio “Presidente Kennedy”, da cidade de Angical, prof. Valmir Alves da Cruz. Pouco sabemos, sobre a administração do prof. Noé Mendes. Essas alterações no quadro administrativo da CNEC-PI coincidem com o falecimento do conselheiro da CNEC-PI, prof. Cosme Antônio Rodrigues e que em virtude da vacância do referido cargo, este é preenchido pelo prof. Noé Mendes.

Eis o que consta na Circular nº 05/72, enviado pelo presidente da Diretoria Estadual ao diretor do ginásio “Presidente Kennedy” em 04 de maio de 1972.

Senhor, é com profundo pesar que comunicamos a essa diretoria, o trágico falecimento do conselheiro professor Come Antônio Rodrigues, esposo da professora Francisca Pereira Rodrigues, ex-diretora do Ginásio de Fronteiras e auxiliar da Administração Estadual da CNEC, secção do Piauí. Em consequência a vaga no Conselho Estadual da CNEC, foi preenchida com a pessoa de nosso ex-Administrador, prof. Noé Mendes de Oliveira<sup>51</sup>

Frente aos problemas que a CNEC no Piauí enfrentava em 1971, o prof. Roberto Freitas passou a ocupar a vice-presidência. Quando em maio de 1971, Dom Avelar renunciou ao cargo de presidente da Diretoria Estadual da CNEC para atender aos interesses da Igreja na Bahia, Roberto Freitas assumiu a presidência da CNEC no Piauí.

Assim, para nos situarmos melhor, a Diretoria Estadual da CNEC no Piauí, em março de 1972, estava assim constituída:

Presidente – Prof. Roberto Gonçalves de Freitas; 1º vice – prof. Alcides Martins Nunes; 2º vice-presidente – Dr. Berito Pereira da Mota; Secretário – Ademir Leal; Tesoureiro – Emídio de Oliveira. Diretores – Dr. Edgar Pereira; Elisário Melo Barbosa; Manoel de Oliveira e Luiz Fontenelle. Conselho Fiscal – Major Antônio Ferreira, Cosme Rodrigues, Iracy Lopes, Dr. Eneas Nogueira e Raimundo Carvalho. Administrador – Prof. Noé Mendes de Oliveira.<sup>52</sup>

<sup>50</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ata da sessão solene da terceira eleição da nova diretoria do setor local da CNEC de 30 de abril de 1970.** Simões – PI, 1970.

<sup>51</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 05**, de 04 de maio de 1972, Teresina, 1972

<sup>52</sup> O IDEALISTA. Teresina, ano 3, n. 7, mar. 1971, p. 5. Entre os anos 1970-1971 era este o quadro da CNEC no Piauí: Municípios – 31; Estabelecimentos – 32; Turmas – 144; Cursos – 31 e 5.000 alunos, aproximadamente.

Observando o quadro da CNEC em 1971, percebemos um número de estabelecimentos inferior em relação ao número de estabelecimentos instalados até 1969, o qual nos leva a imaginar que, em algumas cidades, foram apenas criadas os Setores locais e as escolas instaladas não entraram em funcionamento. Sendo assim, acreditamos que isso tenha sido motivado em parte pela crise financeira pela qual a CNEC em todo o Brasil passou, quando em 1970, a CNEC não foi incluída no orçamento da União, pois:

Na década de 1950, a Campanha havia sido incluída no orçamento da União, embora fosse excluída no ano de 1970. O relatório de atividades de 1969-1971 afirma, entretanto, que a Secretaria Geral do MEC a incluía na dotação orçamentária, com a rubrica “Assistência técnica e financeira a instituições do ensino fundamental”. A Campanha recebeu 57,4% do montante sob essa rubrica, lamentando que, infelizmente, como os recursos não estavam vinculados à CNEC, outras organizações procuravam habilitar-se também aos recursos em questão.<sup>53</sup>

Os episódios citados anteriormente foram o estopim da crise financeira que abalou a CNEC nacional e conseqüentemente a Secção Estadual da CNEC no Piauí. Essa crise, inclusive, resultou em demissões de funcionários da CNEC no Piauí que na época eram contratados diretamente pela Direção Nacional da CNEC, como foi o caso do prof. José Virgolino de Meneses, que era Secretário Executivo da Administração Estadual do Piauí e da prof.<sup>a</sup> Jesus Santana, Assessora Pedagógica da Administração Estadual do Piauí.

Eis como exemplo, parte do teor da carta enviada por Felipe Tiago Gomes a José Virgolino, quando este foi demitido:

Rio, 7 de julho de 1971  
Sr. José Virgolino  
Segue a Portaria de sua dispensa das funções de Secretário Executivo da Administração Estadual do Piauí, a partir desta data.  
A medida é tomada numa hora em que a Campanha vem atravessando uma fase das mais difíceis financeiramente, embora reconheçamos que a sua atuação à frente daquele cargo foi de modo a merecer o nosso respeito e, porque não dizer, nosso aplauso. [...] <sup>54</sup>

Por essa carta, percebe-se claramente que a CNEC, nesse período, estava passando por uma crise, que por sua vez implicava nas suas Secções Estaduais.

Para reforçar a nossa idéia, mostramos agora um trecho da carta-resposta da prof. Jesus Santana, após receber a demissão do cargo de Assessora Pedagógica da Administração Estadual:

<sup>53</sup> SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária**: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998). Campinas, SP: Autores Associados, 2003, p.120).

<sup>54</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Carta**, de 07 de julho de 1971. Rio de Janeiro, 1971.

Teresina, 29 de julho de 1971

Ilmo.(a) Sr. (a) Diretor(a)

Em março do corrente ano, recebi da Superintendência da CNEC, a minha dispensa das funções de Assessora Pedagógica dessa Administração Estadual, em consequência da grande crise financeira que ora a Campanha atravessa. A pedido da Diretoria Estadual, e pensando um pouco na dificuldade que passam os nossos colegas de interior, resolvi ficar apenas como funcionária do Estado, sem nenhum vínculo com a Superintendência.

Mas, tudo ocorreu diferente, a Campanha atravessa uma crise que não oferece condições para se desenvolver tal trabalho. Por isso, terei que deixá-la, de agosto em diante. [...].<sup>55</sup>

Acreditamos também que essa crise tenha implicado no desempenho administrativo do professor Noé Mendes, assim como no fato de não ter instalada nenhuma escola cenequista no Piauí nos anos de 1970, 1971, 1972. Essa redução no número de estabelecimentos instalados verificou-se em nível nacional, pois, no Relatório 86-87 da CNEC onde é mostrado um quadro de evolução e desenvolvimento das escolas da CNEC desde 1946 a 1987, percebe-se um crescimento constante, mas quando chega o início da década de 1970 percebe-se um recuo.

**Tabela 1 - Evolução e desenvolvimento das escolas CNEC no Brasil**

(Continua)

Ano	Municípios	Escolas	Prédios próprios	Professores	Alunos
1946	1	1	-	5	50
1947	1	1	-	-	95
1948	1	1	-	-	143
1949	6	6	-	-	480
1950	27	27	-	-	2.120
1951	35	35	-	-	2.692
1952	45	45	-	-	3.511
1953	66	66	-	-	5.223
1954	-	88	-	-	6.930
1955	-	83	-	-	9.443
1956	-	107	-	-	8.812
1957	-	130	-	-	12.045
1958	-	204	-	-	17.727
1959	-	253	-	-	23.438
1960	-	373	-	-	31.371
1961	-	478	37	-	39.00
1962	370	566	45	-	62.51
1963	487	642	-	-	78.935
1964	545	707	111	-	97.514
1965	598	758	129	-	122.341

<sup>55</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Carta, de 29 de julho de 1971. Teresina, 1971.

**Tabela 1 - Evolução e desenvolvimento das escolas CNEC no Brasil**

(Conclusão)					
Ano	Municípios	Escolas	Prédios próprios	Professores	Alunos
1966	631	792	-	-	141.417
1967	679	835	-	-	178.245
1968	776	973	300	12.221	202.375
1969	831	1.084	-	13.919	231.134
1970	993	1.234	-	14.057	273.499
1971	934	1.291	-	16.065	310.278
1972	913	1.248	493	16.658	309.982
1973	908	1.250	-	16.909	308.208
1974	933	1.282	-	17.302	342.000
1975	952	1.332	-	18.104	368.289
1976	977	1.295	559	20.840	372.464
1977	985	1.322	627	21.873	405.317
1978	997	1.305	613	22.444	420.743
1979	1.008	1.315	636	21.976	427.300
1980	1.004	1.305	660	21.726	426.093
1981	995	1.281	677	22.482	439.524
1982	1.010	1.315	689	23.136	445.004
1983	1.016	1.346	729	24.566	474.380
1984	1.007	1.320	714	24.051	454.793
1985	987	1.278	697	23.090	431.148
1986	971	1.127	680	17.914	437.850
1987	947	1.187	655	23.082	442.081

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades**, 1986-1987, Brasília: CNEC Edições, 1987.

Percebe-se que em 1972 houve uma redução de 43 escolas em relação ao ano de 1971, o que prova que não só foi reduzido o número de instalações de escolas, como também desativadas escolas que outrora funcionavam. Isso ocorreu também no Piauí que no período em que se caracteriza a crise, além de não ter sido instalado escolas, foram desativadas duas escolas, os ginásios das cidades de Buriti dos Lopes e de Guadalupe conforme circular nº 06/78 enviada da Administração Estadual aos Diretores de Setores, em 4 de abril de 1978.

O fim da crise financeira da CNEC foi anunciado no Piauí em março de 1972 pelo prof. Roberto Freitas, que na ocasião, já ocupava o cargo de Presidente da Diretoria da Secção Estadual CNEC no Piauí. A notícia sobre o início do fim da crise, encontramos no jornal O Idealista:

Presidente e dirigentes estaduais da Campanha Nacional de Escolar da Comunidade foram recebidos dia 20pp., em audiência, pelo Presidente da República a quem comunicaram a criação do primeiro centro comunitário do Distrito Federal, inaugurado diz 19, [...] O nosso conceituado Presidente Estadual, prof. Roberto Freitas, esteve presente em Brasília, e voltou a nossa capital entusiasmado com a

atenção dada pelo Presidente Médici à nossa querida CNEC. E disse ao nosso repórter “Como você pode notar, a bonança ocupará de agora em diante o lugar da tempestade em nossa CAMPANHA”. E acrescentou, “Muitas novidades surgirão em breve, os cenecistas estão de parabéns”<sup>56</sup>

Ainda no mesmo jornal, numa matéria, assinada pelo prof. Roberto Freitas, que tem como título *A Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC) e seus atuais problemas*, tece um rápido comentário sobre a situação de CNEC e suas relações no meio em que ela atua, assim como as expectativas do fim da crise.

Toda organização que tem sua razão de ser, na solução de problemas coletivos, jamais poderá viver se tais problemas não existirem. Entretanto, como se não bastassem objetos de sua filosofia, ainda outras existem que afligem sua própria subsistência que outra e que da coletividade mesma. A CNEC não há negar, na atual conjuntura das causas esta vivendo este drama. Ante o fato da implantação da reforma do ensino o poder público se retraiu em seus compromissos tanto na órbita Federal como Estadual. No que tange aos municípios o fato foi acrescido das injeções políticas locais e comunidades, se em alguns setores locais praticaram um gesto belíssimo, em outras, seguiram a trilha iluminada pelo poder público. Entretanto, acervo de responsabilidade que o poder público se atribuiu pela atual reforma extrapolou suas possibilidades atuais e novas esperanças se descortinam nos horizontes da CNEC. O Estado já se comprometeu a saldar os débitos da campanha, e celebrar um convenio de substancial ajuda. O governo Federal já se dispôs a conhecer o fato, e no próximo dia 20 todos os presidentes das Diretorias Estaduais, juntamente com a Diretoria Federal, serão recebidas pelo Senhor Presidente da Republica, oportunidade em que o problema será convenientemente estudado, parece que a bonança já anuncia o fim da tempestade.<sup>57</sup>

É sobre esse comprometimento do estado para com a CNEC, no que se refere a celebração de convênios, e que o prof. Roberto Freitas se refere no texto supracitado, encontramos em *O Cenecista*, órgão de divulgação da CNEC, matéria em que diz que a Secretaria de Educação do Piauí firmou convênio com a CNEC no Piauí em 1972, no intuito de contribuir financeiramente na manutenção das escolas cenecistas:

O Secretário de Educação do Piauí, prof. RaymundoWall Ferraz, acaba de renovar o convenio firmado com a CNEC em 1972, pelo qual o estado assegura uma contribuição financeira para a manutenção das escolas cenecistas. Em 1972, o auxílio atingiu o montante de Cr\$ 250.000 e atendeu às 170 turmas das 32 escolas, já tendo sido integralmente liberado”<sup>58</sup>

Sobre a crise financeira da CNEC no período em discussão, segundo Carvalho<sup>59</sup> percebemos que ela se caracteriza quando o General Emilio Garrastazu Médici assumiu a

<sup>56</sup> O IDEALISTA. Teresina, ano 3, n. 7, mar. 1972, p. 1.

<sup>57</sup> FREITAS, Roberto Gonçalves de. **O Idealista**, Teresina, mar. 1972, p. 3.

<sup>58</sup> O CENECISTA, Rio de Janeiro, ano 30, jul. 1973, p.1.

<sup>59</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 43.

presidência e escolheu para o Ministério da Educação o coronel Jarbas Passarinho. Num primeiro momento os cenecistas ficaram satisfeitos, pois Jarbas Passarinho era casado com uma sobrinha do então presidente nacional da CNEC, o Almirante Benjamin Sodré. Não demorou, o ministro Jarbas Passarinho anunciou que estavam suspensos todos os repasses e verbas do órgão, principalmente para entidades filantrópicas, enquanto durasse a reforma que estava promovendo. Entre essas entidades estava a CNEC. Durante uma reunião nacional da CNEC, o seu presidente Almirante Benjamin Sodré, não se sabe se por orgulho militar, já que Jarbas Passarinho era somente Coronel, recusou-se a procurar o ministro da Educação e Cultura para que este liberasse o repasse previsto.

Diante desse impasse, entrou mais uma vez a figura de Roberto Freitas, que se colocou como árbitro e, junto com Petrônio Portela e o então Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Veloso, resolveu o impasse e ainda conseguiu dinheiro para a construção da sede própria da CNEC no Piauí, assim como uma sede própria de um ginásio na cidade de Luis Correia. Esse Ginásio recebeu o nome de Ricardo Augusto Veloso, filho do então ministro Reis Veloso, que faleceu em tenra idade.<sup>60</sup>

Depois de solucionado o problema financeiro, a diretoria nacional da CNEC convidou o ministro Reis Veloso para homenageá-lo como uma forma de reconhecimento da entidade pela contribuição política dispensada pelo ministro.

Assim o jornal *O Cenecista* noticiou o fato:

O ministro João Paulo dos Reis Veloso, do Planejamento e Coordenador Geral, atendendo a convite da direção nacional, visitou recentemente a sede nacional da CNEC, quando foi homenageado pelo notável apoio que vem emprestando ao nosso movimento. O ministro que já se fazia acompanhado de sua senhora e de altos funcionários de seu gabinete, foi saudado pelo Almirante Benjamin Sodré, presidente da entidade. Estavam presentes, ainda, toda a diretoria nacional, o fundador e superintendente da CNEC, professor Felipe Tiago Gomes e auxiliares da administração central. À homenagem, compareceram também grande numero de estudantes da Campanha do Estado da Guanabara, notadamente do centro Educacional Capitão Lemos Cunha. Durante a visita, o ministro teve a oportunidade de conhecer mais detidamente o programa educacional da CNEC no país, quando afirmou sua disposição de continuar estimulando o seu desenvolvimento.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 43-44.

<sup>61</sup>O CENECISTA, Rio de Janeiro, Ano 30, jan. 1973, p. 1

A partir daí, a CNEC cresceu ainda mais, principalmente no Piauí, aonde chegou a ser, em número de escolas, a segunda maior do norte/nordeste, na década de 70, ficando atrás somente do estado da Bahia.<sup>62</sup>



**Foto 10: Sede própria da CNEC-PI, situada em Teresina, na rua Barroso nº 569/S.  
Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Assim entre os anos 1968 a 1972, identificamos um período caracterizado por uma crise, pois percebemos que houve uma ruptura no modo como a entidade vinha se desenvolvendo ao longo da década de 60, na medida em que o número de escolas instaladas foram reduzidas, ou melhor, suspensas, e das que foram instaladas, duas foram desativadas. A crise propriamente dita foi percebida quando as escolas foram desativadas. O fim da crise se deu quando foi contornada a última ameaça de intervenção e resolvido o problema da subvenção que teve a participação do então ministro do Planejamento Reis Veloso. A partir da posse de Valmir Cruz na administração Estadual, a CNEC voltou ao seu ritmo anterior e até mais acelerado de crescimento. A crise foi gerada, especialmente por questões financeiras, causada pela suspensão do repasse da subvenção Federal, que não dependia só do Piauí para solucionar o caso.

<sup>62</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 06**, de 04 de abril de 1978. Teresina, 1978.

#### 2.4.2 A saída de Roberto Freitas da CNEC-PI

No dia 29 de maio de 1977 houve eleição para compor a diretoria da CNEC no Estado do Piauí, realizado às 16 horas e, conforme o art. 48 do Estatuto da Entidade, foi convocado os presidentes de Setores para se fazerem presentes na Assembléia Geral na qual ocorreria as eleições para a diretoria. Para essa eleição, concorreu apenas uma chapa, pela qual, para dá continuidade no cargo de presidente da Diretoria da CNEC-PI, o Prof. Roberto Gonçalves de Freitas, que por sua vez foi eleito.

Observamos que a saída do Prof. Roberto Gonçalves de Freitas, frente a CNEC-PI, está ligado ao contexto histórico e político que envolveu a referida eleição, ou que, pelo menos, ela propiciou a sua saída da entidade. Embora haja necessidade de maior investigação, devido a escassez de documentos sobre esse episódio, havia uma série de problemas que iam dificultando as relações entre Administração e Diretoria, que por sua vez, deve ter gerado um clima de tensão no período eleitoral. No entanto, num espaço de quinze dias, houve renúncias de membros da estrutura de poder da CNEC-PI recém eleita, que implicaram na interferência da Diretoria Nacional da CNEC que nomeou uma comissão que foi denominada de *Comissão Reestruturadora*, composta de três membros.

Essas renúncias, ocorridas após a eleição, consistiam em cinco membros da Diretoria Estadual, além de dois integrantes do Conselho Fiscal Estadual. Embora a Circular nº 026/77, afirma não ter havido uma renúncia coletiva, e sim em caráter individual tomada por iniciativa própria de cada um deles. Em conseqüência, como a Diretoria era composta por nove membros, como cinco havia renunciado ficou apenas a minoria, o que implicava no impedimento de legislação por parte da Diretoria. Com isso, a Diretoria Nacional da CNEC resolveu intervir e nomeando a Comissão Reestruturadora.

Sobre isso, eis o que consta na circular nº 026/77 da Administração Estadual dirigida aos “Companheiros Cenecistas”:

Num espaço de quinze dias após a Convenção Estadual da CNEC, realizada nesta capital no dia 29 de maio último, renunciaram cinco membros da Diretoria Estadual (Dr. Edgar Pereira, Dr. Nodge Nogueira, Prof. Pedro Vasconcelos, Dr. Berilo Mota e Jornalista Deoclécio Dantas) e dois do Conselho Fiscal Estadual (Dr. Milton Chaves e Prof. Mariano). Não foi uma renúncia coletiva; foi em caráter individual e por iniciativa própria de cada um deles. Atitude tomada, segundo eles, para o bem da CNEC/Piauí, ou seja, para não prejudicá-la. Se esses companheiros já mereciam a nossa admiração, com essa iniciativa, a CNEC passa a dever-lhes ainda mais. Como a Diretoria é composta de 09 (nove) membros e como 05 (cinco) deles renunciaram, restaram 04 (quatro), que é minoria de 09, não podendo, pois legislar. Diante dessa situação, não havia outra alternativa para a Diretoria Nacional da CNEC, senão intervir, nomeando uma Comissão Reestruturadora, composta de 03



(três) eminentes figuras da educação no Piauí. Trata-se do Prof. JOSÉ CAMILO DA SILVEIRA FILHO, Magnífico Reitor da Fundação Universidade Federal do Piauí (a nossa Universidade), a quem coube a presidência da Comissão; do Prof. JOSÉ GAYOSO FREITAS, digno Presidente do Conselho Estadual de Educação – órgão que autoriza o funcionamento das escolas de 1º, 2º e 3º graus; do Prof. MARIANO DA SILVA NETO, primeiro diretor do primeiro ginásio da CNEC no Piauí (o de Jaicós) e Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal do Piauí.<sup>63</sup>

Praticamente nada sabemos da ação da Comissão Reestruturadora, a não ser que ainda em junho se apresentaram por documento assinado pelos três membros, às bases municipais, no qual se explicavam e pediam o apoio destas.

Eis na íntegra o que consta no documento de apresentação às escolas, pela Comissão Reestruturadora:

Srs. Ceneceistas:

Cumprimentamos os ilustres companheiros muito cordialmente, formulando votos de saúde e bem estar.

Em face de deliberação da Diretoria Nacional recebemos, o signatário e os ilustres professores José Gayoso Freitas e Mariano da Silva Neto, o honroso encargo de reestruturar a Secção Estadual da CNFC, neste Estado.

Desejamos declarar, eu e os eminentes companheiros de Comissão, o nosso propósito de darmos o melhor do nosso esforço ao trabalho de desenvolvimento da CNEC.

Pedimos o apoio das bases municipais, principal suporte da ação ceneceista.

Queremos enfatizar o nosso propósito de que em tempo rápido a nossa missão chegue a bom termo.

No mais, demo-nos as mãos para a benemérita ação que a CNEC desenvolve em todo o território nacional, inclusive no nosso querido Piauí.

Apresentamo-lhes protestos de alto apreço e particular admiração.

José Camillo Filho  
José Gayoso Freitas  
Mariano da Silva Neto

Junho/77.<sup>64</sup>

No entanto, sabemos que após essa Comissão no dia 21 de junho de 1977, o Prof. José Camillo da Silveira Filho assumiu a presidência da CNEC-PI em detrimento do Prof. Roberto Gonçalves de Freitas, e que em 7 de junho de 1978 a Diretoria Estadual da CNEC estava assim constituída:

Diretoria Estadual da CNEC  
Presidente: Prof. José Camillo da Silveira Filho  
1º Vice-Presidente: Prof. Pedro Vasconcelos Filho

<sup>63</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 026**, de 13 de julho de 1977, Teresina, 1977.

<sup>64</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ofício nº 46**, de junho de 1977, Teresina, 1977.

2º Vice-Presidente: Deputado Waldemar de Castro Macêdo

Diretores:

Prof. José Gayoso Freitas

Deputado Humberto Reis

Jornalista Deoclécio Dantas

Dr. Edgar Pereira

Prof. João Porfírio de Lima Cordão

Jornalista Helder Feitosa

Conselho Fiscal:

Mons. Raimundo Nonato Melo

Prof. José Ferreira C. Branco

Prof. Balduino Barbosa de Deus

Dr. Milton Nunes Chaves

Prof. Luis Soares <sup>65</sup>

Observamos que dos 5 membros da Diretoria Estadual que renunciaram frente ao impasse gerado na eleição realizada no dia 29 de maio de 1977 da Diretoria Estadual, três deles voltaram como membros da nova Diretoria: Edgar Pereira, Deoclécio Dantas e Pedro Vasconcelos, este como vice-presidente da Diretoria; e, dois Conselho Fiscal Estadual que haviam renunciadas nas mesmas circunstâncias: Milton Chaves e Mariano da Silva Neto, um deles retornou como membro do novo Conselho, o Dr. Milton Nunes Chaves. Assim como observamos que o presidente da *Comissão Reestruturadora*, José Camilo da Silveira Filho, passou a ocupar a presidência da nova Diretoria Estadual da CNEC no Piauí. Observamos também que, após a ação da referida comissão, o nome do Prof. Roberto Freitas não constou mais entre os nomes que compunham a estrutura de poder da CNEC-PI.

## 2.5 A administração de Valmir Cruz e a expansão da CNEC no Piauí (1972-1982)

Neste tópico é analisada a história da CNEC no Piauí entre os anos de 1972 e 1982 que corresponde ao período que o Prof. Valmir Alves da Cruz esteve à frente da CNEC na qualidade de administrador dessa entidade no Piauí.

Quando o prof. Valmir Cruz assumiu a administração Estadual da CNEC a 1º de maio de 1972, a diretoria nacional da CNEC estava assim constituída: Presidente – Almirante Benjamin Sodré; Primeiro Vice-Presidente – Dr. João Pessoa; segundo Vice-Presidente – Jorge Fernando. Diretores: prof<sup>a</sup> Maria Helena, Dr. Jair Fialho, Dr. José Augusto e Dr. Eduardo Reis. Administração Central: Superintendente – prof. Felipe Tiago Gomes;

---

<sup>65</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. *Relatório Exercício de 1978*, Teresina, 1978.

Planejamento – prof. Wilson Cardoso; Administração – Antonio Cunha; Controle Financeiro – Jaime Souto.<sup>66</sup>

Nessa época, a CNEC nacional, com seus 39 anos de existência, se fazia presente em 913 cidades brasileiras, com 1248 escolas instaladas e 309.982 alunos.<sup>67</sup> Com isso aumentou sua burocracia tanto política como administrativa. Diante de tais proporções, a diretoria nacional da CNEC aprovou, em 19 de dezembro de 1972, a Resolução 19/72 que criou as Coordenadorias Regionais para serem instaladas em janeiro, nas cinco macro-regiões brasileiras, cujo objetivo era descentralizar o trabalho das Administrações Estaduais que vinham sendo realizadas pela Superintendência. Assim essas coordenadorias mantiveram contato mais freqüente com as administrações estaduais, que por sua vez, teriam relacionamento mais estreito com a Superintendência. Por conseguinte, a diretoria nacional aprovou também o Regulamento das Coordenadorias regionais, cujo teor estão distribuídos em oito artigos.

Eis o que diz o jornal *O cenecista*:

A Diretoria Nacional acaba de aprovar, por proposta da Superintendência, a criação de cinco Coordenadorias para as macrorregiões brasileiras. Essas Coordenadorias terão como função precípua o assessoramento da Administração central para fins de programação, controle e a avaliação dos trabalhos das Administrações Estaduais. O Superintendente já designou os titulares das coordenadorias que iniciarão as suas atividades ainda em janeiro: prof<sup>a</sup> Norma da Silveira Romaguerra (norte), prof. José Lucio Ferreira de Melo (nordeste); prof<sup>a</sup> Lina Mont Mor (sudeste); prof. João Calixto de Medeiros (sul) e prof<sup>a</sup>. Aida Foschieira( centro-oeste). As coordenadorias regionais que serão instaladas em janeiro nas cinco macro regiões brasileiras vão descentralizar o trabalho de supervisão das administrações Estaduais que vem realizando a superintendência. As coordenadorias criadas pele Resolução numero 19/72, de 19 de dezembro de 1972, manterão um contato mais freqüente com as administrações Estaduais, que terão assim, um relacionamento mais estreito com a Superintendência. A Diretoria nacional aprovou também o Regulamento das Coordenadorias Regionais. [...] <sup>68</sup>

Ainda por causa da expansão pela qual chegou a CNEC em 1972, o superintendente da CNEC, Dr. Felipe Tiago Gomes, resolveu instituir um manual de contabilidade a ser observado por todas as unidades administrativas da CNEC na execução dos serviços contábeis a partir de 1972, e, para melhor expor os objetivos desse manual, citemos o texto que é a introdução do referido manual:

O presente trabalho tem como finalidade reformular as normas contábeis tradicionais, que não mais se enquadram ao grande crescimento da Campanha

<sup>66</sup> O IDEALISTA. Teresina, ano 3, n. 7, mar, 1971, p.5.

<sup>67</sup> O CENECISTA. Rio de Janeiro, ano 30, jul. 1973, p. 1.

<sup>68</sup> O CENECISTA, Rio de Janeiro, ano 30, jan. 1973, p. 1-2.

Nacional de Escola da Comunidade, verificado nos últimos anos, bem como esclarecer os pontos básicos da contabilidade utilizada pela Entidade.

Talvez tenhamos chegado a noção por demais primárias, contudo preferimos agir desse modo. Justificamos nosso ponto de vista, pois a CNEC atua principalmente no interior, onde as comunidades são desprovidas de técnicos para a escrituração contábil. Assim resumimos ao Máximo nosso Plano de Contas entretanto inserimos novas contas, por força das obrigações impostas pelos órgãos de fiscalização. Desta forma, após essas considerações, apresentamos nas páginas seguintes, o nosso Manual de Contabilidade.<sup>69</sup>

A circular nº 26/78<sup>70</sup>, da Diretoria Estadual, aos presidentes de setores e diretores, mostra que mesmo com a implantação do manual de contabilidade, os problemas contábeis não foram resolvidos, porque grande parte dos presidentes de setores e diretores de escolas não tinha conhecimento de contabilidade, o que continuou atrasando a execução dos orçamentos anuais, dos balanços financeiros e patrimoniais, assim como das prestações de contas. A Administração Estadual não tinha condições de enviar assessores financeiros para as escolas e nem as escolas enviavam a tempo a documentação com os dados necessários para que fossem feitos as referidas contabilidades.

Em 1973, a CNEC nacional tinha como projeto instalar ginásios polivalentes nas regiões norte e nordeste do Brasil. Por esse projeto estava previsto ao Piauí receber um desses ginásios na cidade de Amarante, onde o ginásio cenequista Costa e Silva de ensino acadêmico seria transformado em ginásio polivalente<sup>71</sup>. Segundo Freitas<sup>72</sup>, a instalação prevista do ginásio não chegou a se consumir, porque quando foi observado as condições em Amarante, o corpo docente era precário, Amarante não tinha professores qualificados o suficiente para fazer funcionar o ginásio polivalente.

Segundo o relatório de 1975<sup>73</sup>, a Administração Estadual desempenhou suas atividades, no intuito de colocar a Diretoria Estadual numa política mais amistosa frente à Direção Central da CNEC, assim como dos órgãos com quem a CNEC se relacionava, o que implicava o bom atendimento, assim como cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos, o que lhe favorecia maior credibilidade naquele momento de expansão da CNEC no Piauí.

<sup>69</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Manual de Contabilidade**. Rio de Janeiro: CNEC, 1972, p. 4.

<sup>70</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 26**, de 07 de agosto de 1978. Teresina, 1978.

<sup>71</sup> O CENEQUISTA, Rio de Janeiro, ano 30, jan. 1973, p.2.

<sup>72</sup> FREITAS, Roberto Gonçalves de. **Entrevista** [maio 2009] concedido a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.

<sup>73</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1975, Teresina, 1975.

Em 1975, a estrutura de poder da CNEC-PI era a seguinte:

Conselho Estadual  
 Presidente: Prof. Roberto Gonçalves de Freitas  
 1º Vice: Dr. Alcides Martins Nunes  
 2º Vice: Dr. Berilo Pereira da Mota  
 Secretária: Profa. Maria Adamir Leal de Sousa

Diretores: Dr. Edgar Pereira  
 Dr. Milton Nunes Chaves  
 Jornalista Deoclécio Dantas  
 Prof. Manoel Carvalho de Oliveira

Conselho Fiscal  
 Dr. Enéas Nogueira  
 Profa. Maria Sousa  
 Prof. Francisco de Assis Moura  
 Sr. Emílio Joaquim de Oliveira  
 Sr. Raimundo de Carvalho Mendes

Administrador Estadual  
 Valmir Alves da Cruz <sup>74</sup>

Ainda por esse relatório, em 1974, a administração estadual instalou 21 setores e 09 unidades escolares, e em 1975, 3 setores e 11 unidades escolares. É comentado que era grande a procura por parte das comunidades, pela instalação de setores e a área de atuação era por demais ampla (devido a extensão do Piauí) e que era limitado os recursos, além de haver a necessidade da presença dos dirigentes da Administração Estadual na sede, em Teresina, e que por isso, não foi possível uma programação regular de visitas aos setores. Com isso, fica claro que nem em todos os setores tiveram logo instalado suas escolas, o que reforça a nossa argumentação anterior sobre a respectiva relação de criação e instalação de setores e escolas.

Embora se diga que a diretoria ou a administração estadual estivessem presentes onde eram reclamadas, e que todos os setores fossem visitados, percebemos que, a dificuldade financeira e a necessidade burocrática em sua sede implicavam na efetivação e funcionamento das unidades escolares, nem todos os lugares onde foram instalados setores, foram instaladas as respectivas escolas. Como exemplo, sabemos que nesse período foi instalado o setor local da cidade de Capitão de Campos, mas que nunca foi instalada a sua unidade escolar.

Eis o que consta no ofício Sn/77, (s. d.) da Administração Estadual, provavelmente aos presidentes de setores e diretores de escolas da CNEC:

<sup>74</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1975. Teresina, 1975.

Senhor, se instalarmos o Ginásio em Capitão de Campos, e se os de Barreiras e Cocal funcionarem ainda este ano, como estão previstos, a CNEC do Piauí, passará a contar com mais 18 (dezoito) Novas unidades (17 de 1º grau) e 01(uma) de 2º grau (em Uruçui), por quanto 16 já entraram em funcionamento este ano, além de dois cursos de 2º grau (em Amarante e Guadalupe). Possivelmente o de Pedro II funcionará também agora em 77. Nesse caso a CNEC do Piauí passa de 60 unidades em 1976 para 78 ou 79 em 1977, contra 30 existentes em 1972, quando assumimos esta Administração.<sup>75</sup>

Percebe-se pelo texto do ofício que a sua data é de 1977 e que a CNEC do Piauí amplia a sua ação ao criar cursos de 2º grau, cujos primeiros são os de Amarante e Guadalupe que funcionaram no mesmo espaço onde funcionava o 1º grau que era nas respectivas unidades escolares cenevistas “Costa e Silva” e “Boa Esperança”. Ressaltamos que o citado 2º grau de Uruçuí representa o primeiro caso onde foi instalado um curso de 2º grau, sem que antes tenha sido instalada uma escola de 1º grau da CNEC e só não foi ímpar, porque em 1988 foi instalado um curso de 2º grau em Parnaguá. Esse junto ao de Uruçuí representaram os dois únicos casos em todo o Piauí.

Conforme, ainda, o Relatório de 1975, a CNEC firmou convênios com a Secretaria da Educação para a manutenção de escolas para os anos de 1973, 1974 e 1975. Por essas datas, percebe-se que se refere ao período do mandato governamental de Alberto Tavares e Silva. Esse, quando era Senador da República, em 27 de junho de 1985, em um aparte, no Senado Federal, quando o Senador Alfredo Campos, então Vice-Presidente da Diretoria Nacional da CNEC e ex-aluno da CNEC em Abaeté-MG, num discurso em que enfatizava as realizações da CNEC, disse:

[...] Quando tive a honra de governar aquele Estado, ao fazer o planejamento para interiorizar o ensino e levar ginásios a todos os recantos, os mais escondidos do meu Estado, encontrei os ginásios da campanha pelo meio do caminho. Em algumas cidades, até cidades grandes, considerada grande para aquela área, onde planejavamos construir um ginásio da campanha estadual de interiorização do ensino. Lá estavam os alicerces de alguns ginásios da Campanha, aquele mutirão conhecido, tijolo a tijolo, mutirão de todos para fazer o ginásio. Fizemos um acordo com a campanha. Nobre Senador, e ajudamos a construir mais de vinte no Piauí, no interior, e ajudamos da seguinte maneira: onde nós fomos construir um ginásio, doávamos materiais para que a campanha fizesse o seu ginásio e dávamos, da rede escolar do Estado, os professores que faltavam à comunidade, onde os recursos não eram suficientes para manter o ginásio. Com isso, a rede escolar do Estado ganhou velocidade na sua implantação, porque realmente aquele ginásio tem vida, ele se auto sustenta, ele se auto promove, e na verdade ensinam e geram uma verdadeira onda de adesão de todos que com eles firmam pactos ou com ele tem contato.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ofício [s.n.], [s.d.]**. Teresina, 1977.

<sup>76</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 027**, de 6 de agosto de 1985. Anexo: Discurso do Senador Alfredo Campos, em defesa da CNEC. Aparte senador Alberto Silva. Brasília, 1985.

Isso reforça o que já percebíamos, a forte participação do Estado como parceiro da CNEC, principalmente na instalação de prédios escolares, assim como a cessão de prédios públicos e de professores para que a CNEC pudesse exercer as suas funções educacionais, haja vista que a participação financeira da comunidade em relação à participação financeira do Estado era pequena. Para isso, e fazermos conjecturas, observemos os recursos recebidos pela CNEC entre os anos 1972 e 1990.

**Tabela 2 – Recursos recebidos pela CNEC-PI entre 1972 e 1990.**

<b>Ano</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Comunidade</b>	<b>Outros</b>
1972	162.334,16	218.804,86	83.711,00	393.869,89	3301898
1973	-	-	-	-	-
1974	-	-	-	-	-
1975	-	-	-	-	-
1976	1.006.576,00	758.759,98	1.074.762,53	2.331.106,31	69.270,35
1977	-	-	-	-	-
1978	1.751.485,00	1.091.000,00	1.875.424,31	5.212.015,31	390.890,48
1979	2.218.728,44	580.360,00	2.512.607,60	8.221.150,36	3.003.105,99
1980	11.451.550,04	322.964,00	4.567.102,82	14.912.860,48	5.258.866,00
1981	-	-	-	-	-
1982	22.281.350,50	416.300,00	13.018.370,08	71.671.856,58	5.125.685,31
1983	110.916.402,00	427.600,00	27.083.292,12	172.003.191,78	12.281.057,00
1984	251.870.783,00	1.005.780,00	90.770.834,00	514.794.234,00	42.626.744,00
1985	414.861.164,00	67.122.260,00	318.540.583,00	1.465.616.818,00	88.377.550,00
1986	2.164.641,32	132.130,07	1.371.564,74	4.359.357,48	235.609,29
1987	8.223.513,34	391.881,02	4.236.119,04	11.860.078,05	552.783,56
1988	-	-	-	-	-
1989	-	-	-	-	-
1990	7.528.255,82	-	12.459.200,43	32.283.969,41	1.469.628,35

Fonte: Arquivo da CNEC-PI

Percebe-se, a partir da tabela, que nos anos em que foi possível identificar os recursos que a CNEC-PI recebeu, entre os anos 1972 e 1990, e que nos serviu de amostra para concluirmos que o Estado, compreendido nas três esferas de poder (federal, estadual e municipal), somadas a suas contribuições, essas foram, na metade dos anos investigados

(1972, 1976, 1980, 1983, 1986, 1987), superiores à contribuição da comunidade, o que nos levou a acreditar que sem a participação do Estado, não seria possível a CNEC-PI manter as suas escolas só com o auxílio das contribuições da comunidade. Por outro lado, em contra partida, a CNEC colaborava com o Estado, na medida em que ofertava nível de ensino nas localidades onde o Estado não se fazia presente, diminuindo assim, por parte da sociedade, a cobrança por uma educação de responsabilidade do poder público.

A CNEC ainda firmou dois tipos de convênios com a Legião Brasileira de Assistência - LBA, sendo o primeiro de comodato, pela qual a LBA mantinha 17 máquinas de datilografia com o objetivo de proporcionar cursos de datilografia num sistema de rodízio pelos setores instalados nos vários municípios do Piauí. O segundo foi em dinheiro, divididos em duas partes, uma em 1974 na ordem de Cr\$ 27.000,00 (vinte e sete mil cruzeiros) e o outro em 1975 na ordem de 20.000,00 (vinte mil cruzeiros) cujo objetivo era a manutenção de cursos de datilografia, corte e costura, artesanato, pintura entre outros. Isso mostra que as atividades da CNEC iam muito além da educação escolar, pois ela se ocupava de outras atividades formativas.

Segundo o Relatório de 1978, a CNEC instalou seis escolas de 1º grau distribuídas pelos Setores das cidades de Arraial, Santa Luz, Francisco Ayres, São João da Serra, Socorro do Piauí e Riacho Frio, então, povoados de Parnaguá e, implantou o ensino de 2º grau em três escolas. Sendo que em todas, o 2º grau, iniciava-se somente com o 1º ano básico, depois o 2º ano e por fim o 3º ano, fechando assim o ciclo das três séries que compunham o 2º grau. As escolas que receberam o 2º grau pertenciam aos Setores de Água Branca, Simões e Teresina, no bairro Vermelha.

A Administração Estadual recebeu informações de que 122 ex-alunos da CNEC-PI foram aprovados em vestibulares nas mais diferentes universidades do Brasil. Os alunos estudaram nas escolas de Água Branca, Alto Longá, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Elesbão Veloso, Inhuma, Ipiranga, Luzilândia, Matias Olímpio, Pedro II, Pimenteiras, Santo Antônio de Lisboa, Simões, Teresina (vermelha), Várzea Grande, Ribeiro Gonçalves e Fronteiras.<sup>77</sup>

Em 1978, a Administração Estadual procurou aproximar-se da administração dos Setores Locais, tendo o prof. Valmir Cruz realizado 77 visitas pelos Setores do interior do

---

<sup>77</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Exercício de 1978**. Teresina, 1978, p. 19.



Piauí, e por sua vez, ainda realizou dois encontros de diretores de escolas cenevistas: um em Angical e outro em Francisco Santos.<sup>78</sup>

Independente das realizações da CNEC, o acontecimento que mais despertou a atenção dessa entidade foi a entrega do título de “Cidadão Piauiense” ao então Superintendente Nacional da CNEC Felipe Tiago Gomes no dia 30 de maio de 1979. Para este evento, compareceram 60 delegações de municípios piauienses, representando, cada uma, a escola cenevista.<sup>79</sup>

Durante o dia, essas delegações se concentraram no ginásio de Esporte “Verdão”, em Teresina, para prestarem homenagem ao Prof. Felipe Tiago Gomes, ocasião em que apresentaram números de artes e presentearam o anfitrião. Várias autoridades piauienses se fizeram presentes ao evento, naquela data. Entre elas, o governador em exercício Valdemar Macedo; o reitor da Universidade Federal do Piauí, José Camilo da Silveira Filho, então presidente da Diretoria Estadual da CNEC; o Diretor da Escola Técnica Federal do Piauí, José Ferreira Castelo Branco; o Professor da UFPI e então presidente da APAE, João Porfírio de Lima Cordão; o Deputado Estadual Deoclécio Dantas; e, o ex-secretário de educação do Piauí, Prof. Balduino Barbosa de Deus.<sup>80</sup>

Nessa ocasião, Odete Carneiro Lapa, Diretora de Orçamento do MEC e Vice-Presidente Nacional da CNEC, entregou o título de “Amigo da CNEC”, às várias autoridades piauienses que se faziam presente naquela data. Para receber o referido título, estiveram presentes entre outras, o governador do Piauí em exercício, Valdemar Macedo; o reitor da Universidade Federal do Piauí Camilo da Silveira Filho; o delegado do MEC, prof. James da Costa Azevedo; o Secretário da Administração Estadual da CNEC-PI Manoel Leocádio de Melo; o Diretor da Escola Técnica Federal do Piauí, José Ferreira Castelo Branco; o ex-diretor do primeiro ginásio da CNEC no Piauí e então diretor do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, Pe. Mariano da Silva Neto; o presidente da Associação de Pais e Amigos - APAE e professor da UFPI, João Porfírio de Lima Cordão; o deputado estadual Deoclécio Dantas, o ex-Secretário de Educação no Piauí, prof. Balduino Barbosa de Deus, o administrador estadual da CNEC Prof. Valmir Cruz e, a Secretária do Gabinete da Reitoria da UFPI, Francilda Faria.<sup>81</sup>

---

<sup>78</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Exercício de 1978**. Teresina, 1978, p. 19.

<sup>79</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de 1979**. Teresina, 1979, p. 19.

<sup>80</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de 1979**. Teresina, 1979, p. 19.

<sup>81</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de 1979**. Teresina, 1979, p. 20.

À noite na Assembléia Legislativa do Estado do Piauí, na presença de várias autoridades, de diretores de escolas e alunas, o prof. Felipe Tiago Gomes, recebeu das mãos do então deputado estadual, Afrânio Nunes, o título de “Cidadão Piauiense” de autoria do próprio deputado.<sup>82</sup>

Ressaltamos ainda que, pelo Relatório de 1979, consta que tiveram sob intervenção da Administração Estadual os Setores de Agricolândia, Jerumenha e Porto e que ainda continuava sob intervenção os Setores de Jaicós, Marcos Parente e Novo Oriente, não sabemos os motivos de tais intervenções, pois nada, além disso, constava no Relatório.

Devemos ressaltar que, durante o XXVII Congresso Nacional da CNEC, realizado em julho de 1981, em Fortaleza, no Ceará, o Desembargador Milton Nunes Chaves recebeu a “Medalha Felipe Tiago Gomes”, honraria instituída pela Resolução número 02/71 de 08 de junho de 1978, da Administração Central da CNEC, para agraciar personalidades que tiveram prestado relevantes serviços à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Essa honraria era concedida anualmente, por ocasião do Congresso Nacional da CNEC. São concedidas até cinco medalhas, sendo duas por indicação da Diretoria Nacional e três restantes pelas Diretorias Estaduais, mediante rodízios. Essa medalha é cunhada em ouro, contendo no anverso a efígie do fundador da CNEC, Felipe Tiago Gomes e no verso, o logotipo da CNEC. O agraciado piauiense foi presidente do Setor Local da CNEC de Canto do Buriti, de junho 1960 a março de 1961, Diretor do ginásio cenecista “Marcos Parente” na mesma cidade, desde a sua fundação em março de 1961 até agosto de 1973. Foi também professor do mesmo ginásio, além de ter ocupado relevantes cargos no judiciário piauiense.<sup>83</sup>

Por esse mesmo Relatório, a CNEC no Piauí já tinha 96 unidades escolares distribuídas por diversas localidades do Piauí.

## **2.6 A administração de Manoel Carvalho e o aparente momento de estabilização (1982-1990)**

Este tópico tem por objetivo analisar a história da CNEC no Piauí entre os anos 1982 e 1990, período que corresponde a administração do Prof. Manoel Carvalho Oliveira enfatizando os principais acontecimentos que marcaram essa administração.

O Prof. Manoel Carvalho de Oliveira assumiu a administração estadual da CNEC a 1º de julho de 1982. Ex-diretor do ginásio “Dom Severino” de Água Branca, foi membro da

---

<sup>82</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de 1979**. Teresina, 1979. p. 20.

<sup>83</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1979-1981. Teresina, 1981.

Diretoria Estadual por duas vezes e, por último havia exercido o cargo de 1º secretário da Diretoria Estadual.<sup>84</sup> Por essa época, era presidente da Diretoria Estadual da CNEC, desde o dia 29 de setembro de 1979, o Dr. Manoel Leocádio de Melo.

Segundo o Relatório 1981-83, no capítulo que tem como título: Integração Diretoria Estadual/Administração Estadual, percebe-se que nem sempre havia um bom relacionamento entre a atuação da Diretoria Estadual, por um lado, que é o órgão representativo da CNEC e que tem autonomia necessária para adotar medidas que proporcionassem o progresso da entidade e resguardasse os seus interesses, e a Administração Estadual, por outro que é responsável pela gestão das atividades administrativas e técnicas em negócios da CNEC em sua respectiva área de ação, bem como de incentivar os demais setores administrativos que compõem a CNEC. Para tanto, buscou-se um relacionamento mais harmonioso:

A atuação da Diretoria Estadual como órgão representativo da Campanha Nacional da Escola da Comunidade é, deveras, vasta em sua respectiva área. Tem autonomia necessária para adotar medidas que proporcionem o progresso da entidade em que resguardem os seus interesses.

Por outro lado, à Administração Estadual cabe a gestão das atividades administrativas e técnicas dos negócios da Campanha na respectiva área de ação, bem assim incentivar os demais setores administrativos da mesma, trazendo para si, um vasto leque de atribuições.

Considerando, pois, as atribuições da Diretoria Estadual, como também da Administração Estadual, é notório e claramente nítido ambos os órgãos devem, antes de qualquer passo, manter um entrosamento harmonioso e perfeito, visto que o desempenho das atividades destes órgãos dependera da atuação mútua das mesmas. Tendo em vista a seara que atua a Administração Estadual, como sendo o desempenho das atividades administrativas e técnicas da campanha, na sua respectiva área de ação, conclui-se que o trabalho se procede inicialmente com a atuação do Administrador Estadual, que estando em contato direto com todos os Setores Locais, é conhecedor dos problemas que afetam os mesmos, bem assim as Unidades Escolares Cenevistas.

Sendo conhecedor destes problemas, o Administrador leva a conhecimento da Diretoria Estadual, os que lhe competem, a fim de que esta possa lhe oferecer decisões, conforme a indicação de cada caso e o que estabelece o Estado Cenevista.

Todavia, uma série de atividades da Administração Estadual, depende da autorização da Diretoria Estadual.

Citamos como exemplo dessa integração, a própria Seção Estadual do Piauí, que tem à frente da Diretoria Estadual o prof. Manoel Leocádio de Melo e da Administração Estadual, o prof. Manoel Carvalho de Oliveira.<sup>85</sup>

Observamos que as direções do prof. Manoel Carvalho e do prof. Manoel Leocádio de Melo, respectivamente administrador estadual e presidente da Diretoria Estadual, que já tinham inclusive trabalhado juntos na década de 60, como professor e diretor respectivamente

<sup>84</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1979-1981. Teresina, 1981.

<sup>85</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1981-1983. Teresina, 1983.

do ginásio “Dom Severino” na cidade de Água Branca - PI<sup>86</sup> passaram a manter uma relação amistosa em prol da entidade em que estavam à frente. Assim sendo, o administrador estadual, aquele que mantém contato direto com todos os Setores Locais e que é (deve ser) conhecedor dos problemas que afetam os mesmos, assim como das Unidades Escolares Cenevistas em comunicação acordada com o presidente da Diretoria Estadual, passou a levar ao conhecimento da presidência da Diretoria, para que este pudesse oferecer decisões conforme indicações de cada caso, de acordo com o que estabelecia o Estatuto da CNEC. Isso porque uma série de atividades da Administração Estadual dependia da autorização da Diretoria Estadual e, por falta de comunicação, às vezes, devido divergência internas, prejudicava a qualidade dos trabalhos da Secção Estadual da CNEC no Piauí. Como exemplo da integração é que o Relatório 1981-1983 expõe que.

Foi dentro desses padrões que a nova Administração Estadual implantou em apenas um ano de gestão, um almoxarifado que ofereceu condições para que as Unidades Escolares adquiram na própria sede, o material de expediente para a aplicação do ensino; o fardamento unificado; assim como certos materiais permanentes, sempre a preços inferiores aos do comércio da capital. Criou a Assessoria Técnica-Pedagógica, através da qual luta perante o Conselho Estadual de Educação, com o fim de regularizar os nossos educandários e procura implantar o ensino unificado em todos, as Unidades Cenevistas do Piauí. Instalou-se a Assessoria Administrativa, destacando-se o Setor de Pessoal que tem buscado atualizar os registros funcionais. Implantou-se a Contabilidade Centralizada que vem proporcionando o acompanhamento sistemático dos trabalhos contábeis e financeiros. Treinamentos foram proporcionados Diretores, Secretários e Assessores.<sup>87</sup>

Quanto ao fardamento unificado, desde 1978, a Administração Central da CNEC, vinha buscando padronizar as fardas dos alunos cenevistas de todo o Brasil, o que mostra que tal padronização, foi lenta, pelo menos aqui no Piauí. Eis o que consta na Circular nº 02/78 da Administração Estadual os Diretores de escolas.

Por decisão da Administração Central da CNEC, de comum acordo com a Diretoria Nacional, tomando por base as opiniões unânimes de todos os administradores da CNEC, entre muitas outras medidas que serão tomadas para comemorar o 35º aniversário da nossa entidade, e a padronização das fardas dos alunos cenevistas de todo o Brasil. Todos eles passarão a usar a blusa de malha branca e com o escudo (distintivo, símbolo) da CNEC, tal como está na bandeira. [...]

Para este ano, o uso é obrigatório para os alunos novos (de 1ª série ginásial). Para os demais, o problema fica a critério dos diretores, para manter um entendimento com as demais séries, bem como os pais ou responsáveis. Se concordem em mudar logo este ano, mudem, se não, então, nós mudamos gradativamente. Quanto à calça e / ou saia, não temos sugestão. Não há necessidade de alterar. A não ser que queiram.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Manoel Carvalho de. **Entrevista**. [março 2009] concedida a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.

<sup>87</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1981-1983. Teresina, 1983.

<sup>88</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 02**, de 16 de fevereiro de 1978. Teresina, 1978.

A estrutura de poder da CNEC-PI, em 1983, estava assim constituída:

Diretoria Estadual  
 Presidente: Dr. Manoel Leocádio de Melo  
 1º Vice-Presidente: Prof. Vasconcelos Filho  
 2º Vice-Presidente: Dr. Átila Freitas Lira  
 1º Secretário: Dr. José Bento Ibiapina  
 2º Secretário: Prof. Francisco Caminha Aguiar  
 Diretores: Dr. Dilermano Martins Lima  
 Dr. Edgar Pereira  
 Sr. João Pereira Lopes  
 Dr. José Ossian de Pinho Alencar

Conselho Estadual  
 Presidente: Dr. Luiz Gonzaga Pires  
 Vice-Presidente: Prof. José Gayoso Freitas  
 Conselho Fiscal Estadual  
 Membros: Prof. Balduino Barbosa de Deus  
 Prof. Amaury Teixeira Nunes  
 Prof. José Ferreira Castelo Branco

Prof. João Porfiro de Lima Cordão  
 Prof. Mariano da Silva Neto

Administrador Estadual  
 Prof. Manoel Carvalho de Oliveira<sup>89</sup>

Em 1983, como o número de Unidades Escolares já era de 103 escolas e, devido a extensão territorial do Piauí, principalmente no sentido norte-sul, a Administração Estadual da CNEC no Piauí resolveu dividir o Piauí em dez regiões, mais as Unidades Escolares de Teresina que passaram a integrar o Plano de Atividade de 1984. No Plano de Atividade de 1985, as escolas cenevistas de Teresina mais as escolas circunvizinhas passaram a constituir a 11ª Região.

Essas regiões aglomeravam um número equivalente de escolas que variavam de oito a doze escolas que eram próximas, entre si, geograficamente. Essas regiões foram criadas numa forma de dividir para unir. Não somente isso, mais pra conhecer mais de perto as suas escolas para atender as diferentes necessidades e características de cada escola ou de cada região.

Sobre divisão regional, José Moreira de Sousa, ao falar de planejamento na administração, afirma:

Se realmente a regionalização administrativa pretende dividir para manter a unidade e atender necessidade determinada pela exigência ou não perder o que já se conquistou e está ameaçado, para o caso das modernas experiências de regionalização parece que as necessidades não são as mesmas e o dividir parece atender, não a necessidade de manter a unidade, mais de atender as diferentes subunidades antes mal percebidas: dividir para atender a diversidade.<sup>90</sup>

<sup>89</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Plano de Atividade**, 1983. Teresina, 1983.

<sup>90</sup> SOUSA, José Moreira de. **Região: Planejamento e administração**. Multidisciplinar. Revista do CNPF. Belo Horizonte, nº 2, p. 7-16, 1975.

Assim, para o ano de 1985, era onze o número de regiões constituídas da forma como segue o quadro:

**Quadro 1 – Cidades e povoados distribuídos por regiões – CNEC- PI**

<b>REGIÃO 01</b> Luiz Correia Buriti dos Lopes Cocal Castelo São Miguel do Tapuio São João da Serra Pedro II Alto Longa	<b>REGIÃO 02</b> Miguel Alves Cabeceiras (Barras) N. S. dos Remédios Porto Batalha Matias Olimpio Joaquim Pires Luzilândia	<b>REGIÃO 03</b> Barro Duro Agricolândia Água Branca São Pedro do Piauí Hugo Napoleão São Gonçalo Elesbão Veloso Francinópolis
<b>REGIÃO 04</b> Angical Regeneração Mulato (Regeneração) Amarante Francisco Ayres Várzea Grande Anaial Palmeirais	<b>REGIÃO 05</b> Arozazes Novo Oriente Pimenteiros Ipiranga Inhuma Dom Expedito Lopes Santo Cruz São Félix Prata do Piauí	<b>REGIÃO 06</b> Bocaina Santo Antonio de Lisboa São José do Piauí Francisco Santos Simões Mons, Hipólito São Julião Fronteiras Padre Marcos Marcolândia (Pedro Marcos) Jaicós Itainópolis.
<b>REGIÃO 07</b> Santa Rosa (Oeiras) Santo Inácio do Piauí Campinas do Piauí Simplício Mendes Isaias Coelho Conceição do Canindé Nazaré do Piauí São Francisco do Piauí São José do Peixe Paes Landim Socorro do Piauí	<b>REGIÃO 08</b> Jerumenha Bertolína Manoel Emílio Guadalupe Marcos Parente Antônio Almeida Landri Sales Uruçuí Ribeiro Gonçalves	<b>REGIÃO 09</b> Elizeu Martins N. Colonial do Gurguéia Itaueira Ribeira do Piauí Canto dos Buriti Bomfim (São Raimundo Nonato) São Braz (São Raimundo Nonato) Dirceu Arco Verde Anísio de Abreu Caracol Flores do Piauí
<b>REGIÃO 10</b> Palmeiras do Piauí Cristino Castro Santa Luz Redenção do Gurguéia Curimatá Avelino Lopes / Cristalândia Riacho Frio (Parnaaguá)/Barreiras do Piauí	<b>REGIÃO 11</b> Teresina: a) Popular de Teresina b) Popular de Fátima c) Benjamim Sodré Novo Nilo (União) David Caldas (União) Dermeval Lobão/ Monsenhor Gil	

Fonte: Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. **Plano de atividades**, 1985. Teresina, 1985.

Embora seja esse o quadro das regiões, segundo o Plano de Atividades de 1985, não quer dizer que essas regiões fossem assim desde o início e que assim permaneceram. Em 1984 eram dez as regiões e, ao ser criada a 11ª região alterou o quadro regional de 1984. Percebemos ainda pequenas alterações ao longo dos anos, pois eram criadas novas escolas que iam se incorporando a uma das regiões e as alterações através de escolas já existentes, talvez tenha sido feito através de pedido do Setor Local para fazer parte de outra região por questões de deslocamento, pois nem sempre a proximidade geográfica corresponde com a proximidade de deslocamento.

Essas regionalizações, além dos encontros regionais com seus objetivos anteriormente especificados, serviram para por em prática pontos específicos de cada Plano de Atividade, como por exemplo, o concurso anual da “A mais bela cenecista”<sup>91</sup> que tomava corpo a partir das regiões. Assim como estabelecer:

Os pontos vitais a serem cumpridos pelos Setores e Escolas os seguintes: recolhimento regular e atualização dos encargos sociais; manter em dia a prestação de contas através dos balancetes trimestrais junto à contabilidade centralizada; procurar comparecer aos treinamentos de professores que serão proporcionadas pela Campanha.<sup>92</sup>

Havia problemas que, nos encontros, com números maiores de escolas, eram melhores detectados e, por sua vez, tentar-se-ia solucionar os problemas que quase sempre eram colocados nas justificativas dos Planos de Atividades. Como exemplo, eis a justificativa do Plano de Atividade 1983:

Partindo do princípio daqui “A CNEC FUNCIONA SENSIBILIZANDO AS COMUNIDADES PARA INSTRUMENTALIZAR A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO”, sentimos que a CNEC no Estado do Piauí, se encontra muito a desejar em razão da grande expansão, sem antes levar o conhecimento da sua verdadeira filosofia, gerando por conseqüente, problemas outros, que estão influenciando negatividade em sua ação, assim relacionadas:

- Escolas em funcionamento sem autorização do Conselho Estadual de Educação;

---

<sup>91</sup> Devemos ressaltar, que o concurso *A mais bela cenecista* era tradicionalmente realizado pela Administração do Ceará, entre as escolas cenecistas daquele estado e foi realizado pela primeira vez, em 1972, em âmbito nacional. A fase inicial, desenvolveu nos estados, com a escolha da *mais bela cenecista* de cada Unidade da Federação. O Cenecista. Rio de Janeiro, ano 30, jan. 1973, p. 8. Quanto a este concurso no Piauí, só foi possível identificar *a mais bela cenecista* de 1984, Márcia Beatriz Rodrigues dos Santos; 1985, Luciana Pereira Leal; 1986, Edileuza Maria de Sousa; respectivamente do Setor Local de Francisco Santos, Palmeirais e Cocal. CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Relatório de Atividades, jun. 1982–set. 1987. Teresina, 1987, p. 29. Assim como a mais bela cenecista em 1987, Adriana Ribeiro Andrade; 1988, Dejanés Maria de Castro Lima; 1989, Mádala Cristina Cavalcante Duarte; e, 1990, Luciana Rodrigues Feitosa; respectivamente do Setor Local de Anísio de Abreu, Pedro II, Castelo do Piauí e Teresina. CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Relatório da Diretoria Estadual, ago. 1987–abr. 1991. Teresina, 1991, p. 10.

<sup>92</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Plano de Atividades**, 1985. Teresina, 1985, p. 40.

- Escolas funcionando sem direcionamento curricular, causando desvinculação de conteúdos pela falta de sequencição;
- Escola funcionando seguindo o currículo desatualizado;
- Falta de diversificação dos Setores Locais;
- Desconhecimento por comunidade da verdadeira filosofia da CNEC.

Verifica-se, portando, necessidade urgente de uma tomada de posição, no sentido de adquirir meios de minimizá-los para que possamos atender aos objetivos da CNEC, e aos anseios da Educação Nacional.

À Administração Estadual da CNEC, do Piauí, em virtude desta problemática, elaborou o seu plano de ação para 1983, com o objetivo de tentar solucioná-los, através das metas propostas no referido plano.<sup>93</sup>

A partir de 1990, o Plano de Atividade passou a denominar-se Plano de Ação, mais mantendo os mesmo propósitos.

No Biênio, do qual trata o Relatório 1981-1983, foram realizados eventos que visavam, não somente, os aspectos sócio-educacional e administrativo, como também reputar um maior entrelaçamento entre os cenecistas dos mais diferentes rincões do Piauí, para estimular o “ideal” daqueles que fazem a Campanha.

Assim, foi realizado nos dias 25 e 26 de agosto de 1982, no Auditório Hebert Parentes Fortes, em Teresina, o 2º Encontro Estadual de Dirigentes Cenecistas, com a participação de presidentes de Setores Locais e diretores de Unidades Escolares; o Encontro de Administradores Locais – Assessores Financeiros, que foram realizados nos períodos de 23 e 24 de fevereiro e 23 e 24 de março de 1983, em Teresina no Ginásio Popular de Teresina; o Encontro de Diretores, realizados em Teresina, nos dias 09 e 10 de março de 1983, no Ginásio Popular de Teresina; outro Encontro de Diretores, realizado também em Teresina, que foi dividido em grupos de acordo com as situações de cada Unidade Escolar, expressa em pareceres do Conselho Estadual de Educação, nos dias 18, 24 e 31 de agosto de 1983, no auditório da CNEC; e, Treinamento de Secretários, que foi realizado nos dias 01 e 02 de setembro de 1983, no auditório da CNEC, em Teresina.<sup>94</sup>

Ainda nesse biênio, depois de trinta anos da CNEC ser instalada no Piauí, foi realizado pela primeira vez o levantamento do patrimônio mobiliário. Para a realização desse levantamento, foi utilizada a mesma metodologia da Administração Central. Foram realizadas várias reuniões e formaram várias equipes de funcionários da própria CNEC, auxiliado por ex-alunos que se dispuseram a colaborar com o trabalho. Integrados, essas equipes percorreram todo o Estado do Piauí, levantando dados junto às fontes primárias de informação que, com a colaboração dos Setores Locais, contribuiu para a redução do custo do levantamento que não ultrapassou a casa dos 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros). Para a

<sup>93</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Plano de Atividade**, 1983. Teresina, 1983.

<sup>94</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1981-1983. Teresina, 1983. [n.p].



sua realização, foi elaborada uma cartilha em agosto de 1982, com o título *Patrimônio: procedimento a observar na administração de material*, contendo onze páginas, além de cinco modelos, em anexo, do Demonstrativo Financeiro, do inventário físico dos bens móveis e imóveis, Termo de Responsabilidade, Termo de Transferência e Ficha de Controle Patrimonial. A finalidade era:

Uniformizar no âmbito da CNEC-PI, os procedimentos das atividades de controle dos bens de sua propriedade. Orientar os funcionários encarregados do referido contexto: indicar os responsáveis pela quadra, conservação e localização. Formalizar as transferências, alienação e baixa, proceder ao inventário físico-patrimonial dos bens móveis e imóveis, anualmente.<sup>95</sup>

Eis o resumo do levantamento do patrimônio mobiliário e imobiliário:

**Tabela 3 - Demonstrativo do patrimônio mobiliário e imobiliário da CNEC-PI – 1982**

Bens móveis	Valores	Bens imóveis	Valores
Máquinas, motores e aparelho	Cr\$ 16.498.020,00	Terrenos	Cr\$ 66.425.000,00
Veículos	1.635.000,00	Edifícios	472.659.000,00
Mobiliário em geral	83.118.400,00	Obras	24.500.000,00
Biblioteca	21.907.400,00	Prédios	20.000.000,00
		Residenciais	
Museu	3.000,00	Total	Cr\$ 583.575.000,00
Outros Bens Móveis	79.950,00		
Total	Cr\$ 103.241.770,00		

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades**, 1981 – 1983. Teresina, 1981.

Em 1982, quando assumiu a nova Administração Estadual no dia 01 de junho de 1982, o novo administrador fez um levantamento geral da situação funcional da CNEC em todo o Estado. Essa diretoria contatou que não havia departamento de Divisões de Pessoal, o que gerava dificuldade para a administração,

<sup>95</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Patrimônio**: Procedimentos a observar na administração de material. Teresina, 1982, p. 02.

Para se ter uma idéia, surgiram carteiras com vários contratos de trabalho, inclusive chegamos a contatar em um só CTPS, treze contratos de trabalho, além de outras com mais de um [...] Em 1982 a maioria das Escolas Cenevistas estavam com seus encargos sociais atrasados, inclusive os da própria Administração Estadual do Piauí, nas escolas, 12% estava com o IAPAS atualizados, 10% com o PIS, 5% com a Contribuição Sindical e Zero p/ Cento com o F.G.T.S..<sup>96</sup>

Devido problemas dessa natureza, a nova administração criou a Assessoria Administrativa que teve como chefe Manoel Carvalho de Oliveira Filho, que junto com a necessidade dessa atividade foi criada a Divisão de Pessoal o que, a partir do segundo semestre de 1984 deu agilidade às pendências citadas anteriormente, pois ao findar o ano de 1987 era essa realidade.

Hoje o quadro é bem promissor, deixando a Divisão de Pessoal a vontade para administrar normalmente suas atividades em caráter normal com cerca de 90% das escolas atualizadas com o IAPAS, 65% com PIS, 78% com a Contribuição Sindical – Empregado e Empregador e com o F.G.T.S. implantado em onze escolas, inclusive na própria Administração Estadual .

Mais outros investimentos foram marcantes, como a organização de uns postos pra cada Setor Cenevista, contendo os dados dos funcionários, através da criação da ficha de registro de empregados, além dos quadros sintéticos utilizados para atualização de remuneração e os propostos de nomeação, usados para admissão de novos funcionários.<sup>97</sup>

Após levantamento feito pela Administração Estadual e tomando conhecimento da Complexidade da estrutura social da CNEC no Piauí, que já era a segunda maior do norte-nordeste, os trabalhos foram descentralizados para facilitar a Administração, assim, em 1986 era esse o organograma da CNEC no Piauí:



**Figura 1: Organograma da CNEC – Pi, 1986.**

**Fonte: Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Relatório Administração, jun, 1986. Teresina, 1986.**

Ainda durante a administração do prof. Manuel Carvalho, os setores locais foram incentivados para a construção de prédios próprios para a instalação de suas unidades

<sup>96</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987, p.24.

<sup>97</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987, p.24-25.

escolares foi ampliada a regularização das Unidades Escolares Cenevistas junto ao Conselho Estadual de Educação, o que mostrou que nem todas as Unidades Escolares iniciavam suas atividades de forma regular; ampliou as regularizações das Unidades Escolares junto à Comissão de Encargos Educacionais. Para agilizar as atividades administrativas junto aos Setores Locais, foi comprado um micro-ônibus, assim como a compra de um veículo marca FIAT, tipo camioneta, modelo CITY-87.<sup>98</sup>

Quanto à instalação de unidades escolares, foram instaladas três unidades escolares de 1º Grau: a Unidade Escolar Cenevista “Dr. João Martins de Araújo Costa” em Canavieira, povoado de Jerumenha, em 1986; Unidade Escolar Cenevista “Nossa Senhora do Carmo” na cidade de Domingos Mourão, em 1986; em a Unidade Escolar “Padre Josino” em Saco do Engano povoado de Picos, em 1987. Foram instalados três cursos de 2º grau: um curso não-profissionalizante, na Unidade Escolar Cenevista “Mons. Cícero Portela Nunes” na Cidade de Elesbão Veloso, um de Magistério para o 1º grau, na Unidade Escolar Cenevista “São Gonçalo”, na cidade de Regeneração.

Assim foram instalados novos cursos de 2º grau em sete Setores: Magistério para o 1º grau na U.E.C. “Dom Severino” e “Inhumense” nas respectivas cidades de Água Branca e Inhumana; cursos não-profissionalizantes nas Unidades Escolares Cenevistas “Da Costa e Silva”, “Min. Petrônio Portela”, “Paiva Lima”, “Popular de Teresina” e “Almir Coelho” nas cidades de Amarante, Fronteiras, Simões, Teresina e Uruçuí, respectivamente. Lembrando que, os cursos dos Setores de Amarante, Fronteiras, Simões, Teresina e Uruçuí foram mudanças de cursos profissionalizantes para não-profissionalizantes.<sup>99</sup>

Em 1987, a Administração Estadual da CNEC no Piauí repassou para 43 Unidades Escolares Cenevistas de 1º grau que preenchiam os requisitos exigidos para o bom desenvolvimento do Programa, recursos financeiros, proveniente da 1ª parcela, destinada a aquisição de gêneros alimentícios, no montante de Cr\$ 2.927.582,76, atendendo 9.302 alunos.<sup>100</sup>

Percebemos que essa medida tomada pela Diretoria Estadual, além de exigir mais organização por parte dos setores locais, incentivava os mesmos para tal organização, melhorando assim o desempenho da CNEC como um todo, já que a CNEC, enquanto entidade nacional, é formada pela soma de seus setores locais, que por sua vez é constituída as administrações estaduais. As cobranças devido aos atrasos de prestações de contas, envio de

<sup>98</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987, p. 19-20.

<sup>99</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987, p.29.

<sup>100</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987, p. 32.

relatórios e demais serviços que competem à administração de uma escola, eram uma constante, haja vista que implicava no desempenho da Administração Estadual que, por sua vez, implicava no desempenho da Administração Central. Com isso, os setores locais eram pressionados a se regularizarem, na medida em que eram incentivados com recursos a serem aplicados em suas escolas.

Embora tenham sido desativadas as Unidades Escolares Cenevistas “São José”, “popular de Fátima” e “Benjamim Sodré”, nos respectivos Setores de São José do Piauí e Teresina, em 1987, era 99 o número de escolas cenevistas de 1º grau, em pleno funcionamento. Sendo que em onze delas funcionavam cursos de 2º grau.

No Relatório da Diretoria Estadual de 21 de agosto de 1987 a 24 de abril de 1991 na sua apresentação diz que:

São significativos os indícios de expansão e que a Diretoria encerra seu mandato com a realização bem acima das expectativas em se considerando o período de crise que o Estado do Piauí está atravessando. [...]. No quadro dessa expansão mostra um total de 118 escolas de 1º a 2º graus instalados em 103 municípios na medida em que ressalta o apoio da comunidade.<sup>101</sup>

## **2.7 De Dimas a Amorim: momento de tensão – a instalação da última escola cenevista no Piauí (1990-1997)**

Neste tópico é analisada a história da CNEC no Piauí entre os anos 1990 e 1997, período que corresponde respectivamente as administrações de Dimas Nestor de Santana, José Rodrigues de Moraes e Francisco Amorim Carvalho, assim como analisar os motivos pelos quais essa entidade reduziu significativamente o número de suas escolas encerrando assim o ano de 1997 com apenas 52 unidades escolares.

No dia 31 maio de 1990, o prof. Manoel Carvalho se afastou da Administração Estadual da CNCEC-PI para postular uma vaga no Legislativo Estadual do Piauí. Na ocasião, o prof. Dimas Nestor de Santana assumiu interinamente a Administração Estadual e, no dia 01 de dezembro do mesmo ano foi efetivado no cargo. Com isso a estrutura de poder da CNEC-PI ficou assim constituída:

Conselho Estadual:  
Francisco das Chagas Caldas Rodrigues

Vice-Presidente:  
Dep. Fed. Átila Freitas Lira  
Membros:

<sup>101</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório da Diretoria Estadual**, ago. 1987-abr.1991. Teresina, 1991, p.1.

Prof. Vespasiano José de Rubim Nunes  
 Prof. Raimundo Wall Ferraz  
 Dr. Antonio de Almendra Freitas Neto  
 Des. Paulo de Tarso Melo Freitas  
 Dep. Fed. José Luis Martins Maia  
 Dep. Fed. Paulo de Tarso Tavares e Silva  
 Dep. Marcelo Costa e Castro  
 Dep. Maurício Melo  
 Prof. José Gayoso Freitas  
 Sr. Manoel Nogueira Filho  
 Dr. Francisco Antonio de Alencar  
 Dr. Luis Nodge Nogueira Filho  
 Jornalista Dídimo de Castro Pereira

Conselho Fiscal Estadual:  
 Presidente: Prof. Balduino Barbosa de Deus  
 Vice-Presidente: Dr. Amaury Teixeira Nunes  
 Membros:  
 Prof. Mariano da Silva Neto  
 Prof. Pedro Vasconcelos Filho  
 Comerciante Domingos Batista de Sousa

Administrador Estadual  
 Prof. Dimas Nestor da Costa Santana.<sup>102</sup>

Em 1992, durante o 32º Congresso Nacional da CNEC, realizado em Brasília, as administrações estaduais passaram a ser denominadas de Superintendência Estadual e o chefe da Superintendência passou a ser tratado de Superintendente Estadual. Por esse mesmo Congresso foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento - FMD, formado por contribuição das Unidades Cenecistas, com o objetivo de financiar a manutenção das Superintendências Estaduais. Como isso, o Dr. Eulálio Damásio da Silva, então presidente da Diretoria Estadual da CNEC-PI publicou a Resolução CNEC/SEPI N° 001/93 no dia 02 de janeiro de 1993, pelo qual cada Unidade Escolar Cenecista deveria contribuir com a taxa mínima de 4% sobre as contribuições sociais obtidas mensalmente e que desse montante, a Superintendência Estadual repassaria 25% do valor arrecadado mensalmente à Superintendência Nacional.

Eis o que reza a referida Resolução:

Artigo 1º - Estabelecer a taxa mínima de 4% (quatro por cento) sobre as contribuições sociais auferidos por cada Unidade Escolar em favor desta Superintendência Estadual.  
 a – O repasse das contribuições terão que ser mensais e os meses de janeiro e fevereiro de 1993, terão que serem depositados para a Agência Centro do Branco do Brasil S/A, [...] até o dia 20 de março de corrente ano, nos meses seguintes, o repasse terá que ser efetuado até o dia 20 do mês subsequente. [...].  
 Parágrafo único – A Superintendência Estadual repassará 25% (vinte e cinco por cento) do valor arrecadado à Superintendência Nacional mensalmente.<sup>103</sup>

<sup>102</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Plano de Atividade, 1990**. Teresina, 1990.

Em 20 de abril de 1993, a Diretoria Estadual da CNEC- PI percebendo que os Conselhos Comunitários Cenevistas tinham com dificuldade em manter uma atuação eficiente e coesa, devido o número de sócios então exigido para a Constituição do quadro social que formava o Conselho Comunitário Cenevista que era no mínimo de cem sócios, o Dr. Eulálio Damásio, resolveu através da Resolução nº 03/93, reduzir o quadro social para 50 sócios contribuintes.

Eis o que consta na referida Resolução sobre o assunto:

Considerando ainda que, o Quadro Social atualmente, é composto de no mínimo 100(cem) sócios contribuintes e que os Conselhos Comunitários Cenevistas, vêm sentindo muitas dificuldades para atuação eficiente.

Considerando mais, a necessidade de uma atuação eficiente e coesa dos Conselhos Comunitários Cenevistas;

RESOLVE

Artigo 1º - Reduzir o Quadro Social para no mínimo 50(cinquenta) sócios contribuintes.

Artigo 2º - O sócio contribuinte que atrasarem três mensalidades consecutivas e não se justificar com o Conselho Comunitário Cenevista, perderá o direito de votar, ser votado e de participar de todos os atos Cenevistas na qualidade de sócio.<sup>104</sup>

No dia 17 de dezembro de 1993, o Dr, Eulálio Damásio da Silva deixou, após eleições, a presidência da Diretoria Estadual da CNEC-PI quando, na mesma data, o prof. Cecílio Batista dos Santos foi eleito e empossado como presidente da Diretoria Estadual da CNEC-PI.

A estrutura de poder da CNEC-PI, ficou assim constituída:

Diretoria Estadual:

Presidente: Prof. Cecílio Batista dos Santos

1º Vice-Presidente: Geoval Lopes de Souza

2º Vice-Presidente: Dr. Eulálio Damázio da Silva

Membros: Profa. Maria Adamir Leal Sousa

Prof. Rômulo Gaioso Castelo Branco

Prof Manoel Pires Poti

Dr. José Messias Leal

Prof. Antonio Nunes Cavalcante

Prof. Edgar Pereira da Costa

Conselho Fiscal:

Presidente: Prof. Pedro Vasconcelos Filho

Conselho Estadual

Presidente: Dep. Federal – Felipe Mendes de Oliveira<sup>105</sup>

<sup>103</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Resolução nº 001**, de 02 de janeiro de 1993. Teresina, 1993.

<sup>104</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Resolução nº 03**, de 20 de abril de 1993. Teresina, 1993.

<sup>105</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Plano de Ação**, 1993. Teresina, 1993.

Em relação às escolas cenevistas que foram instaladas e desativadas durante a administração do prof. Dimas Nestor de Santana, foram instalados três Unidades Escolares “Meton Antão de Carvalho”, em 1991, e “Dep. Átila Lira”, em 1992, e “São Raimundo Nonato”, em 1993, respectivamente em Canabrava, então povoado de Padre Marcos, hoje cidade de Francisco Macedo; bairro Todos os Santos em Teresina, Currálinhos, então povoado de Monsenhor Gil, hoje cidade com o mesmo topônimo.

Em contrapartida foram desativados 12 Unidades Escolares: “São Benedito”, em 1991; “Nove de Novembro”, em 1991, “Cristalandense”, em 1991; “Anderson M. de Carvalho”, em 1992; “Maria Teixeira”, em 1992; “Nossa Senhora do Carmo”, em 1992; “Antônio Medeiros Filho”, em 1993; “Padre Josino”, em 1993; “Profª. Eliza Sousa”, em 1993 “Almir Celho”, em 1993; “Santa Rosa”, em 1993 e, “José Ventunes da Rocha”, em 1993. Escolas estas pertencentes aos respectivos Conselhos Comunitários de: Beneditinos, Landri Sales, Cristalândia, São Francisco do Piauí, Bonfim (então povoado de São Raimundo Nonato), Domingos Mourão, David Caldas (povoado de união), Santana do Piauí (então povoado de Picos), Divinópolis (povoado de União), Uruçuí, Santa Rosa e Antônio Almeida.

Durante a administração do prof. Dimas Nestor de Santana, à frente da CNEC-PI, surgiu um “movimento” dentro da entidade que culminou com a saída deste no dia 07 de março de 1994, assim como de outros sete funcionários e, para o seu lugar assumiu interinamente a Superintendência Estadual da CNEC-PI, o prof. José Rodrigues de Moraes, a partir de 14 de março de 1994.

Sobre esse episódio, disse o prof. Cecílio Batista dos Santos, na época, presidente da Diretoria Estadual da CNEC-PI, que o fato estava ligado a um “movimento” que partiu dos próprios funcionários da Superintendência Estadual que pleiteavam o retorno do prof. Manoel Carvalho de Oliveira ao cargo de Superintendente Estadual, que terminou faccionando os funcionários da Superintendência, onde a disputa tomou corpo e chegou ao conhecimento da Superintendência Nacional da CNEC que, conjuntamente com a Diretoria Estadual-PI, em reunião a 07 de março de 1994 resolveu dispensar das funções o então Superintendente Estadual, prof. Dimas Nestor de Santana, assim como os sete funcionários da Superintendência Estadual que participaram do “movimento”.<sup>106</sup>

Percebemos que essa medida foi tomada assim, não só para normalizar a situação dentro da Superintendência Estadual, mais também para exemplificar que não é do feitio de funcionários optar ou não por um Superintendente, pois tanto o Superintendente perdeu o

<sup>106</sup> SANTOS, Cecílio Batista dos. *Entrevista* [maio 2009] concedida a João Batista para a realização de Mestrado.

cargo, como os demais funcionários envolvidos foram demitidos, bem como o prof. Manoel Carvalho também não retornou ao cargo, que foi ocupado pelo prof. José Rodrigues de Moraes, por determinação da Superintendência Nacional.

Eis o que constam sobre esse assunto, a Circular nº 001/94, da presidência da Diretoria Estadual da CNEC-PI, de 02 de maio de 1994:

Tendo em vista os últimos acontecimentos envolvendo o então Superintendente Estadual da CNEC-PI, vimos a través do presente, comunicar a V. Sra., que conforme decisão da Diretoria Estadual da CNEC-PI, em reunião de 07/03/94, apoiada pela Superintendência Nacional, na pessoa de seu titular Professor Felipe Tiago Gomes, foram dispensadas de suas funções, na Superintendência Estadual da CNEC-PI, as pessoas abaixo relacionadas:

- Dimas Nestor da Costa Santana
- Maria Hortelina Bezerra Alves
- Neuma Maria Lopes de Araújo
- Lilia Maria Lopes de Sousa
- Ana Carla P. C. C. e Silva
- Bernadeth Maria Leal Costa
- Eugênio Lopes de Araújo
- Raimundo Nonato dos Santos Borba

Comunicamos, outro assim, que o Professor José Rodrigues de Moraes, por determinação da Superintendência Nacional, assumir inteiramente, a partir de 14/03/94, as funções de Superintendente Estadual da CNEC-PI, sendo portando, no momento, o responsável pelas ações administrativas da CNEC, em todo Estado do Piauí.<sup>107</sup>

José Rodrigues de Moraes assumiu a Superintendência Estadual da CNEC-PI num momento de crise política, financeira e administrativa e a grande preocupação da CNEC era crescente onda de desativação de escolas.

Durante o mandato do prof. José Rodrigues de Moraes, a entidade não instalou nenhuma Unidade Escolar, enquanto foram desativadas 20 escolas cenevistas, sendo 10 em 1994: “Marcos Parente”, “Santo Inácio de Loyola”, “Cristo Rei”, “Aurino Nunes”, “Horácio Ribeiro”, “Isabel Ramos”, “Meton Antão de Carvalho”, “Venâncio Lages Veloso”, “Nossa Senhora Aparecida” e “São Vicente”; mais 10 em 1995: “Cromwell de Carvalho”, “Castelense”, “Antônio Xavier”, “Benigno Magalhães”, “Prof. Raimundo Pinheiro”, “João XXIII”, “Santa Luz”, “Antônio do Rego Castelo Branco”, “Jacinto Pereira” e “João Lucas Escórcio”. Escolas estas pertencentes aos seguintes Conselhos Comunitários: Agricolândia, Castelo, Francinópolis, Paes Landim, Dirceu Arcoverde, São Pedro do Piauí, Santa Luz, Nossa Senhora dos Remédios, Eliseu Martins e Joaquim Pires.

<sup>107</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 001**, de 02 de maio de 1994. Teresina, 1994.



Diante das dificuldades que a CNEC estadual enfrentava para manter as suas escolas, a CNEC nacional firmou convênio com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo objetivo era assegurar o ensino fundamental gratuito, em escolas mantidas pela CNEC, a alunos que não tiveram o acesso a esse grau de ensino por insuficiência de vagas na rede pública de ensino. Por esse convênio, a CNEC-PI foi beneficiada em 915 vagas. Em Ofício da Superintendência Estadual do Piauí ao diretor da Unidade Escolar “Prof. Filipino Orsano” consta que:

Após muita reivindicação o Superintendente Nacional da CNEC, assinou Convênio nº 344/95 celebrado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e a Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC – DF, que tem como objetivo, assegurar o ensino fundamental gratuito, em escolas mantidas pela CNEC, a alunos que não tiveram acesso a esse grau de educação por insuficiência de vagas na rede pública de Ensino.

A CNEC-PI foi beneficiada com 915 vagas total quase quatro vezes menos que nos anos anteriores, o que na divisão entre as escolas de 1º grau, ou seja, 5ª à 8ª série foi inferior as bolsas de 1994 e mesmo assim essa escola receberá no 2º semestre 20 bolsas, sabemos que é pouco, mas, é com certeza uma boa ajuda.<sup>108</sup>

Percebe-se que convênios dessa natureza, não eliminavam na CNEC a dicotomia público/privado, embora a CNEC não se considerasse privada, e sim comunitária, mas sendo comunitária não havia gratuidade, embora seus alunos pagassem uma mensalidade inferior em relação às escolas de caráter privado, pois a CNEC sempre foi beneficiada com convênios ou qualquer outra ajuda por parte do poder público. Essa relação Estado/CNEC é perceptível quando analisamos os sujeitos que compõem as diretorias e conselhos, seja nacional, estadual ou local, onde percebemos que muitos políticos que ocupavam cargos eletivos em uma das três esferas de poder, embora não remunerados, faziam parte dos quadros administrativos da CNEC.

A partir do dia 29 de março de 1995, as Diretorias Estaduais da CNEC-PI, assim como as dos outros estados, passaram a contribuir com 1,00 (um real) por aluno a cada semestre para a manutenção da Administração Central da CNEC. Eis o que reza a Resolução nº 02/95 assinada por Augusto Ferreira Neto, Presidente do 33º Congresso Ordinário da CNEC:

O Trigésimo Terceiro Congresso Nacional Ordinário da CNEC Campanha Nacional de Escolas da Comunidade, reunido em Brasília-DF, no dia 24 de março de 1995, Considerando o teor do artigo 13 do Estatuto aprovado em 1992; Considerando a necessidade de manutenção da Administração Central da Entidade como elemento fundamental de unidade do sistema cenequista,  
RESOLVE:

<sup>108</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ofício nº 258**, de 04 de setembro de 1995. Teresina, 1995.

Art. 1º - As Direções Estaduais da CNEC Contribuirão para a manutenção para a manutenção da Administração Central com a importância correspondente, a R\$ 1,00 (um real) por aluno por semestre, a partir desta data.

Art. 2º - Ficam estabelecidos os meses de março e agosto, respectivamente, para as remessas de cada semestre, que devem ser efetivados por inteiro.

Art. 3º - Os recursos para o cumprimento da contribuição do artigo 1º advirão de repasse das escolas, podendo as Direções Estaduais identificarem e oficializarem outras fontes secundárias [...].<sup>109</sup>

Já no dia 09 de novembro de 1995, a CNEC nacional firmou um novo convênio com o FNDE, o Convênio nº 3056, cujo valor era para ser aplicado com despesas de manutenção de escolas.

Sobre esse assunto, eis o que consta a Circular nº 042/95 da Superintendência Nacional da CNEC às Direções Estaduais da CNEC:

Como resultado dos esforços visando a obtenção de recursos para as escolas, foi firmando o Convênio de Nº 3056, com o FNDE, podendo o valor ser aplicado em PEQUENAS DESPESAS DE MANUTENÇÃO DE ESCOLAS, nos seguintes itens:

- Pequenas reformas no prédio e em carteiras escolares;
- Aquisição de material de consumo administrativo, visando ao funcionamento das escolas, tais como: papel, borracha, fitas para máquinas de escrever e de calcular, cadernos, livros didáticos, etc.
- Não serão admitidas despesas com pessoal e encargos, luz, telefone, água, juros, etc.
- Os depósitos e movimentação dos recursos somente poderão ser feitos, pela ordem de preferência, no Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Estadual ou, na inexistência destes, em outras instituições.
- Deverá ser emitidos, obrigatoriamente UM CHEQUE para cada nota fiscal ou despesa realizada.

A PRESTAÇÃO DE CONTAS DEVERAR CHEGAR À ADMINISTRAÇÃO CENTRAL ATÉ O DIA 15 DE DEZEMBRO DE 1995 [...].<sup>110</sup>

No dia 20 de dezembro de 1995, houve renovação da Diretoria Estadual da CNEC- PI, a Prof.<sup>a</sup> Maria Adamir Leal de Sousa foi eleita presidente da Diretoria da CNEC-PI, para substituir o prof. Cecílio Batista dos Santos, sendo a segunda mulher a ocupar este cargo na entidade. A primeira foi a Profa. Cristina Oliveira, nos idos de 1957.

No dia 01 de junho de 1996, o advogado Francisco Amorim de Carvalho assumiu a Superintendência Estadual da CNEC, após indicações da presidência da Diretoria Estadual da CNEC-PI. Ela, Adamir Leal, foi quem fez o convite pessoalmente ao Dr. Francisco Amorim de Carvalho e:

Expôs o quadro desolador que se vivia na instituição, repetindo o tempo todo que a situação era muito difícil, e que recorria a ele por reconhecer sua capacidade

<sup>109</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Resolução nº 02**, de 29 de março de 1995. Brasília 1995.

<sup>110</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 042**, de 29 de novembro de 1995. Teresina, 1995.

administrativa e seu reconhecimento jurídico no campo trabalhista. Emblemática, uma caixa enorme, recheada de relatórios e documentos lastimáveis da situação cenequista, guardava num canto o momento de ser resolvida.<sup>111</sup>

Percebe-se a partir da citação que o objetivo da indicação do Dr. Francisco Amorim para o cargo de Superintendente da CNEC-PI não era só o de administrar, como fizera os seus antecessores, mais também o de advogar para resolver a situação jurídica pela qual se encontrava as escolas cenecionistas:

Em 1996 já eram 42 unidades fechadas, das 118 existentes. Permaneciam abertas, ainda, 76. Todas irremediavelmente falidas. Era uma espécie de marcha ré, depois de a CNEC haver “subido a ladeira” de maneira integral. Junto a isso, para complicar, os salários dos funcionários de Teresina estavam atrasados havia seis meses, isto sem falar no restante das escolas, onde o povo sequer, quase na sua totalidade, não tinha carteira assinada. Era problema para **faro fino** nenhum botar defeito.<sup>112</sup>

Sendo a causa primeira do fechamento de escolas, a falta de alunos em seus estabelecimentos de ensino, a Superintendência Estadual se mostrou preocupada com relação as matrículas para o ano letivo de 1997, solicitou que os Diretores de Unidades Escolares se empenhasse mais junto à comunidade para conseguir frear a onda de desativação de escolas. Sobre esse assunto, eis o que diz a Circular nº 23 do dia 17 de dezembro de 1996, da Superintendência Estadual-PI, aos Diretores das Unidades Escolares Cenecionistas:

É grande a nossa preocupação com relação as matrículas para o ano letivo de 1997, por esse motivo, solicitamos de V.Sa., mais empenho com divulgação, distribuição de panfleto, propaganda volante junto a comunidade, a fim de conseguir o maior número possível de alunos nas Escolas Cenecionistas.  
A Direção deverá mostrar a comunidade, uma definição de novos, rumos que deverão ser traçados para a caminhada cenequista, tendo em vista a concorrência das escolas públicas e privadas.  
Chegou a hora de todos os Cenecionistas darem as mãos e trabalharem com mais afinidade e idealismo, para mostrar que a CNEC continua e continuará sendo a maior Instituição de Ensino Comunitário mais barato do país.  
Solicitamos ainda que mantenha o quadro Docente e Técnico-Administrativo, coerente com o número de alunos matriculados em 1997.<sup>113</sup>

A situação da CNEC no Piauí parecia irremediável. Para Carvalho,<sup>114</sup> o agravamento da situação da CNEC aumentou com a Constituição de 1988 que obrigou a CNEC a assumir

<sup>111</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 65-66.

<sup>112</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 67.

<sup>113</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Circular nº 23, de 17 de dezembro de 1996. Teresina, 1996.

todos os compromissos sociais, junto a seus trabalhadores igualmente aos das empresas privadas do segmento educacional, tais como salários de acordo com os valores estipulados pelos sindicatos da classe, assim como recolhesse, igualmente, FGTS, INSS e os demais encargos e, passando a sofrer a fiscalização normal do Ministério do Trabalho e outros, sem os privilégios anteriores que cabiam às entidades filantrópicas que tinham um tratamento diferenciado.

Frente a crise que englobava a CNEC, principalmente a piauiense, na Circular nº 14/96 do Superintendente Estadual aos Diretores das Unidades Escolares Cenecistas, percebe-se a cautela da CNEC-PI com o futuro da entidade frente à onda de desativação de suas escolas que se avolumaram a partir de 1983. A abertura de escolas depois desse ano foi deveras reduzido em relação aos anos anteriores. Por isso, em reuniões de 21 e 22 de novembro de 1996 foi indicado para que as escolas cumprissem os seguintes itens, dentre outros:

Diminuição do quadro de pessoal em pelo menos de 20% à 30% implementação de novas matrículas; no ato da matrícula, retirar de uma só vez a valor de R\$ 2,00 (dois reais), para a manutenção da Diretoria Nacional; não matricular alunos inadimplentes; a escola procurar manter uma parceria com os novos prefeitos para viabilizar ajuda para a CNEC; fazer o possível para envolver a comunidade na CNEC com reunião periódica; atualização do débito de 4% do recolhimento das mensalidades para a Administração Estadual; comunicar a Administração Estadual até 31 de janeiro, se sua Escola tem ou não viabilidade de funcionamento para o ano de 1997.<sup>115</sup>

Mesmo diante de tanta dificuldade, a CNEC-PI ainda instalou no dia 15 de março de 1997 o Centro de Treinamento de Piriipiri, que não chegou a funcionar. E, na mesma data instalou a Unidade Escolar Cenecista “José de Andrade Maia”, na cidade de Vera Mendes esta foi a última escola cenecista a ser instalada em terras piauiense, como se fosse, diante da crise, uma tentativa de mostrar que a CNEC-PI resistia. Mas parecia de balde, pois no ano de 1997 data limite desse trabalho, foram desativadas nada menos que 17 (dezessete) Unidades Escolares Cenecistas. Ei-las: “Luzilandense”, “Miguel Arcoverde”, “Oito de Dezembro”, “Ipiranguense”, “Francisco Moura”, “Nelson Fialho”, “Profª, Antônia Noronha”, “Santa Maria”, “Santo Aleixs”, “Des. Arimatéia Tito”, “09 de Junho”, “José Costa”, “Min. Petrônio Portela”, “Gercício de Castro Macedo”, “19 de Dezembro”, “Santas Cruz dos Milagres” e “Joaquim José de Moura”.

<sup>114</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país**. Teresina: O autor, 2008, p. 70.

<sup>115</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 14**, de 19 de dezembro de 1996. Teresina, 1996.

Diante dessa crise que assolava a CNEC-PI, o Superintendente Estadual da CNEC tentou junto as escolas cenecistas um diálogo com as prefeituras para discutirem a possibilidade de municipalização. Das escolas existentes no Piauí em fins de 1997 sabemos que o Conselho Comunitário de Pedro II fez essa tentativa junto a Prefeitura Municipal de Pedro II, mas que fora rejeitado por esta.

Eis o que consta, sobre esse assunto, na circular nº 263/97, da Superintendência Estadual da CNEC-PI, de 21 de outubro de 1997:

A história da CNEC do Piauí, ao longo de 44 anos, é marcada por um trajetória de lutas e vitórias, até então sem maiores problemas. Contudo, após o Estado e Prefeituras Municipais assumiram as suas responsabilidades constitucionais, de oferecer ensino gratuito a todos os piauienses, criando escolas em municípios em que só existia escola da CNEC, onde eram cobradas irrisórias mensalidades, mesmo assim, nossos alunos migraram para a escola pública, pois era de graça.

Neste instante os problemas da CNEC-PI, de toda ordem, começaram a surgir, quais sejam: salários atrasados, dívidas de encargos sociais, empregados com situação irregular, baixa matrícula, entre outros.

A sua escola, conforme análise feita em seus relatórios que nos foram enviadas, está enfrentando os problemas supracitados, sem que nenhuma solução tenha sido tomada para resolver a situação. Isto é gravíssimo, pois tende a inviabilizar a escola. Dentre as opções que se nos apresentar para minimizar a crise, vislumbrando a possibilidade de municipalização de nossas escolas com os problemas citados, mesmo porque outros Estados assim o fizeram com êxito.

Caso essa escola tenha escolhido o Conselho Comunitário Cenecista, solicitamos que tal providência seja tomada prioritariamente pelo presidente, caso contrário, deverá ser pelo diretor; contanto que a providência seja agilizada, com a devida urgência, não só pela gravidade do assunto, mais também pelo exíguo tempo que dispomos para encontrarmos uma solução para o problema. [...].<sup>116</sup>

Assim, eis o que consta o Ofício nº 16397, do presidente do Conselho Comunitário Cenecista de Pedro II, em resposta a citada circular nº 3/99, ao Superintendente da CNEC-PI:

Em resposta a circular Nº 263/97 de 21 de outubro de 1997, informamos que entramos em contato com o Prefeito e expomos o problema quanto à municipalização do nosso concessível. Alegou que no momento não podia tomar decisões, preferiu manter cautela.<sup>117</sup>

Ao findar o ano de 1997, eis como estava constituída a estrutura de poder da CNEC nacional, assim como da CNEC-PI.

Diretoria Nacional

Presidente: Prof. Augusto Ferreira Neto

<sup>116</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 263**, de 21 de outubro de 1997. Teresina, 1997.

<sup>117</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ofício nº 16397**, de 21 de novembro de 1997. Pedro II-PI, 1997.

Vice-Presidente: Prof. Murillio de Avellar Hingel  
 Vice-Presidente: Dr. João Baptista Araújo Lemgruber  
 Membros: Prof. Maria de Fátima Camelo  
           Prof. Berilo Ramos Borba  
           Dep. Alexandre Santos  
           Dr. Luiz Vasconcelos  
           Mons. André Camurça  
           Cel. Décio José do Lago

#### Conselho Fiscal

Presidente: Dr. Edvaldo Dantas  
 Membros: Dr. Alzir Leopoldo do Nascimento  
           Dra. Marluce Araújo de Lucena

#### Conselho Nacional

Presidente: Prof. Marly Sarney  
 Vice-Presidente: Senador Renan Calheiros  
           Dr. Alcir Augustinho Calliari  
 Membros: Dep. Aroldo Cedraz  
 Jornalista Paulo Cabral  
 Dep. Roberto Valadão  
 Dep. Antônio Joaquim  
 Dep. Rodrigues Palma  
 Senador Francelino Pereira  
 Senador Guilherme Palmeira  
 Dep. Gilvan Freire  
 Dep. Werner Wanderer  
 Senador Joel de Holanda  
 Prof. Murillio de Avellar Hingel  
 Senador Hugo Napoleão  
 Dep. Iberê Ferreira  
 Dep. Germano Rigotto  
 Senador Arthur da Távolla  
 Senadora Marluce Pinto  
 Dep. Paulo Bomhausen  
 Dep. Antônio da Cunha Lima  
 Cel. Paulo Athayde  
 Superintendente Nacional  
 Professora Lina Mont-Mór

#### Diretoria Estadual da CNEC – PI

Presidente: Prof. Maria Adamir Leal de Sousa  
 Vice-Presidente: Prof. Cecílio Batista dos Santos  
 Vice-Presidente: Dr. Eulálio Damázio da Silva  
 Secretário: Dr. José Messia Leal  
 Diretores: Dr. Geoval Lopes de Souza  
 Prof. Rômulo Gaioso Castelo Branco  
 Prof. Antônio Nunes Cavalcante  
 Dr. Manoel Pires Poti  
 Dr. Luis Belo de Santana

#### Conselho Estadual

Presidente: Dr. Felipe Mendes de Oliveira  
 Vice-Presidente: Dep. Átila de Freitas Lira  
 Vice-Presidente: Dr. Hugo Napoleão do Rego Neto  
 Membros: Dep. Mussa de Jesus Demes  
 Dep. João Henrique de Almeida Sousa

Francisco Antônio Alencar  
 Senador Antônio de Almendra Freitas Neto  
 Antônio Soares dos Santos  
 João Luiz Lopes dos Sousa  
 Dep. Jesualdo Cavalcanti Barros  
 Jornalista Dídimo de Castro Pereira  
 Dep. Homero Ferreira Castelo Branco Neto  
 Dr. Manoel Paulo Nunes  
 Vereador Renatos Pires Berger  
 Conselho Fiscal Estadual

Presidente: Mariano da Silva Neto  
 Membros: Antônio Meneses Neto  
 Domingos Batista de Sousa Neto

Superintendente Estadual  
 Professor Francisco Amorim de Carvalho <sup>118</sup>

Em 19 de dezembro de 1997 eram 52 Unidades Escolares Cenevistas em funcionamento, com ensino que ia desde a Educação Infantil até a 3ª série do Ensino Médio inclusive com educação profissional, conforme o quadro a seguir:

**Quadro 2 - Escolas da CNEC-PI existentes em dezembro de 1997**

(continua)

<b>Escolas</b>	<b>Grau e curso níveis de ensino</b>	<b>Município</b>
U. E. C. Dom Severino	Ensino Fundamental, Ensino Médio, Magistério, Habilitação Básica Comércio	Água Branca
U. E. C. Antônio da Costa e Silva	Ensino Médio (Magistério)	Amarante
U. E. C. Presidente Kennedy	Ensino Médio (Magistério)	Angical do Piauí
U. E. C. Aníbal Martins	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio (Magistério)	Aroazes
U. E. C. São João de Sendé	Ensino Fundamental(5ª a 8ª)	Arraial
U. E. C. Eutímio Alves	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Avelino Lopes
U. E. C. São Francisco de Assis	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Barreiras
U. E. C. Gonçalo Ayres	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Barro Duro
U. E. C. Lindório Leal	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Bocaina
U. E. C. Buriti dos Lopes	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Buriti dos Lopes

<sup>118</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual.** dez. 1995- dez-1997. Teresina, 1997.

**Quadro 2 - Escolas da CNEC-PI existentes em dezembro de 1997**

(continuação)

<b>Escolas</b>	<b>Grau e curso níveis de ensino</b>	<b>Município</b>
U. E. C. Nelson Fialho	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Campinas do Piauí
U. E. C. N. Sra. do Perpétuo Socorro	Educação Infantil, Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Cocal
U. E. C. Vale do Gurguéia	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Colônia do Gurguéia
U. E. C. Narciso Almeida	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Conceição do Canindé
U. E. C. Ministro Petrônio Portela	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Alvorada do Gurguéia
U. E. C. Curimataense	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Curimatá
U. E. C. Benedito Luís de Morais	Ensino fundamental, Ensino Médio (Magistério)	Demerval Lobão
U. E. C. Exator João Belarmino do Vale	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Dom Expedito Lopes
U. E. C. Monsenhor Cícero Portela	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries) Ensino Médio (Magistério)	Elesbão Veloso
U. E. C. Santo Aleixo	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Francisco Ayres
U. E. C. Boa Esperança	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries), Ensino Médio	Guadalupe
U. E. C. São Francisco	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries),	Hugo Napoleão
U. E. C. Inhumense	Ensino Fundamental (1 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries), Ensino Médio, (Magistério e Contabilidade)	Inhuma
U. E. C. Ipiranguense	Ensino Médio, (Magistério)	Ipiranga
U. E. C. Odete Ferreira Nunes	Ensino Fundamental, Ensino Médio	Itainópolis
U. E. C. Mercês Avelino	Ensino Fundamental	Itaueira
U. E. C. Padre Marcos	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Jaicós
U. E. C. Ricardo Augusto Veloso	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries), Ensino Médio	Luís Corrêia
U. E. C. Lizilandense	Ensino Fundamental	Luzilândia
U. E. C. Eustácio Portela	Ensino Fundamental (5 <sup>oa</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Manoel Emídio
U. E. C. São Miguel	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries)	Matias Olímpio
U. E. C. Rosa Gonçalves de Moura	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries) Ensino Médio	Monsenhor Hipólito
U. E. C. Manoel Leal Sobrinho	Ensino Fundamental (5 <sup>a</sup> a 8 <sup>a</sup> séries) Ensino Médio	Nazaré do Piauí



**Quadro 2 - Escolas da CNEC-PI existentes em dezembro de 1997**

(conclusão)

<b>Escolas</b>	<b>Grau e curso níveis de ensino</b>	<b>Município</b>
U. E. C. 04 de janeiro	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Padre Marcos
U. E. C. Nossa Senhora da Conceição	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries) Ensino Médio (Magistério)	Palmeirais
U. E. C. Nossa Senhora da Conceição	Ensino Médio (Magistério)	Parnaíba
U. E. C. Júlio Borges de Macedo	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	Riacho Frio
U. E. C. Prof. Felipino Orsano	Ed. Infantil, Ensino Fund., Ensino Médio (Magistério)	Pedro II
U. E. C. José Soares	Ensino Médio (Magistério)	Redenção do Gurgueia
U. E. C. São Gonçalo	Ensino Fund., Ensino Médio (Magistério)	Regeneração
U. E. C. São João Batista	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	Ribeiro Gonçalves
U. E. C. Francisco Moura	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	Santa Cruz do Piauí
U. E. C. Gercílio de Castro Macedo	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	São Braz
U. E. C. 29 de Julho	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	São Félix do Piauí
U. E. C. Joaquim José de Moura	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	São Miguel da Baixa Grande
U. E. C. Clemente Fortes	Ensino Médio (Magistério)	São Gonçalo do Piauí
U. E. C. Martinho de Sousa Mendes	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	São José dos Peixe
U. E. C. Profa. Francisca Aragão Paiva	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries)	São Miguel do Tapuio
U. E. C. Paiva Lima	Ensino Médio	Simões
U. E. C. Isaias Coelho	Ensino Fundamental, Ensino Médio (Básico em Agropecuária)	Simplício Mendes
U. E. C. Popular de Teresina	Ensino Fund. (5ª a 8ª séries) Ensino Médio	Teresina
U. E. C. Átila Lira	Ensino Fund. (1ª a 4ª séries)	Teresina

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual**. Dez. 1995-dez.1997. Teresina, p. 51-89.

Das 52 Escolas em atividade em dezembro de 1997, 25 ministravam somente o ensino fundamental (5ª a 8ª séries); 7 escolas só ministravam o ensino médio; 8 escolas ministravam o ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e o ensino médio; 6 escolas ministravam o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e o ensino médio; 2 ministravam a educação infantil, o ensino fundamental (1ª a 8ª séries) e o ensino médio; 2 ministravam somente o ensino fundamental (1ª a 8ª séries); uma ministrava somente a educação infantil e o ensino fundamental (5ª a 8ª séries); e, uma outra só o ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

Os docentes e corpo administrativo da CNEC-PI que juntamente com os alunos matriculados até dezembro de 1997 registravam os números da tabela, a seguir:

**Tabela 4 - Níveis de ensino, corpo docente e do corpo administrativo da CNEC- PI 1997**

<b>Descrição</b>	<b>Arrolamento</b>	<b>Números</b>
<b>Níveis de Ensino</b>	Educação Infantil	586
	Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries)	1551
	Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	4633
	Ensino Médio (incluindo a educação profissional)	1372
	Total	8.142
<b>Corpo Docente</b>	Corpo docente contratado	373
	Corpo docente serviço prestado	179
	Corpo docente a disposição	30
	Total	582
<b>Corpo Administrativo</b>	Corpo administrativo contratado	212
	Corpo administrativo Serviço Prestado	65
	Corpo administrativo a disposição	08
	Total	285
	Total Geral	867

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual**. dez. 1995-dez. 1997. Teresina, 1997, p. 44.

A tabela 4 nos apresenta um retrato do que era a CNEC no ano de 1997 e que mesmo com o número de escolas reduzidas em relação à década de 1980, leva-nos a perceber que a CNEC do Piauí ao iniciar suas atividades educacionais em 1953 com o então ensino ginásial, a partir da Lei nº 5.692/71 ampliou o nível da educação escolar, ofertando o ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, incluindo, neste último, a modalidade de Educação Profissional. O quadro também nos deixa perceber a relação entre a CNEC e o Estado, tanto no corpo docente como no corpo administrativo onde há um considerável número de

funcionários à disposição, porque essa disposição implica que são funcionários das instituições públicas.

De 1952 quando foi instalado o primeiro Setor Local no Piauí até 1997, a Diretoria Estadual da CNEC-PI teve onze presidentes, cargo este não remunerado. E, de 1961, quando foi criado o cargo de Administrador Estadual até 1997, foram 10 os administradores da CNEC-PI, sendo que a nomenclatura foi alterada de Administração Estadual para Superintendência Estadual, em 1992, na medida em que o ocupante do cargo recebeu o tratamento de Superintendente.<sup>119</sup>

### Quadro 3 - Presidentes da Diretoria Estadual da CNEC-PI de 1952-1997

Presidente	Período	
Dep. Alberto Bessa Luz	30.12.1952	1957
Prof. Cristina Oliveira	1957	1957
Dom Avelar Brandão Vilela	1957	1971
Prof. Roberto Gonçalves Freitas	1971	21.06.77
Prof. José Camillo da Silveira Filho	21.06.77	28.09.79
Dr. Manoel Leocádio de Melo	29.09.79	28.09.85
Dr. João Pereira Lopes	28.09.85	20.08.87
Dr. Marcelino Leal Barroso de Carvalho	01.10.87	16.05.88
Dr. Eulálio Damásio da Silva	16.05.88	07.12.93
Prof. Cecilio Batista dos Santos	07.12.93	20.12.95
Prof. Maria Adamir Leal de Sousa	20.12.95	1997 em exercício

Fonte: Arquivo da CNEC-PI

### Quadro 4 - Superintendentes Estaduais da CNEC-PI de 1952-1997

Superintendentes	Período	
Roberto Gonçalves de Freitas	18.07.1961	11.12.1968
Manoel Nunes e Silva	11.12.1968	±abril 1970
Noé Mendes de Oliveira	± abril 1970	01.05.1972
Valmir Alves da Cruz	01.05.1972	01.06.1982
Manoel Carvalho de Oliveira	01.06.1982	30.09.1987
João Pereira Lopes	30.09.1987	16.05.1988
Manoel Carvalho de Oliveira	16.05.1988	31.05.1990
Dimas Nestor de Santana	31.05.1990	14.03.1994
José Rodrigues de Moraes	14.03.1994	01.07.1996
Francisco Amorim de Carvalho	01.07.1996	1997 em exercício

Fonte: Arquivo da CNEC-PI.

<sup>119</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Estatuto, 1992**. Brasília, 1992.

Não foi possível identificar com precisão o período em que Alberto Bessa Luz deixou a Presidência da CNEC, nem o tempo que a Profa. Cristina Oliveira ficou na Presidência e nem quando Dom Avelar Brandão Vilela tomou posse. Assim como não foi possível precisar o período em que Manoel Nunes e Silva deixou a Administração da CNEC-PI, assim como seu substituto, Noé Mendes de Oliveira. No entanto, foi possível fazer conjecturas através de documentos.

Embora tenhamos falado em tantas escolas cenevistas, mas quase sempre em grupos isolados, referente a cada momento de suas respectivas histórias, mostraremos um quadro com todas as escolas cenevistas instaladas desde 1952 até 1997, com as respectivas datas de instalações, nomes de suas unidades escolares e localidades, para termos uma visão completa das 117 escolas cenevistas instaladas no Piauí.

#### **Quadro 5 - Quadro geral das escolas cenevistas no Piauí – 1952-1997**

(Continua)

Ano	Unidade Escolar Cenevista	Localidade
1952	Padre Marcos	Jaicós
1958	Popular	Teresina (bairro Vermelha)
1960	Felipino Orsano	Pedro II
	Marcos Parente	Canto do Buriti
	Nossa Senhora de Fátima (Ens. Fund).	Fronteiras
	Min. Petrônio Portela (Ens. Médio).	
1961	São Gonçalo	Regeneração
1962	Isaias Coelho	Simplício Mendes
	Messias Filho	Batalha
1963	João XXIII	São Pedro do Piauí
	Dom Severino	Água Branca
	Costa e Silva	Amarante
	Luzilandense	Luzilândia
	Nossa Senhora da Conceição	Palmeirais
1964	Inhumense	Inhuma
	Mons. Cícero Portela (Ens. Fund.).	Elesbão Veloso
	Ângelo Moura (Ensino Médio).	

**Quadro 5 - Quadro geral das escolas ceneccistas no Piauí – 1952-1997**

(Continuação)

Ano	Unidade Escolar Ceneccista	Localidade
1965.	Pres. Kennedy	Angical
	Cromwell Carvalho	Agricolândia
1966	Oito de Dezembro	Várzea Grande
	Castelense	Castelo
	Ipiranguense	Ipiranga
	Manoel Afonso Pereira	Jerumenha
	Elisário Barbosa	Pimenteiras
	Paiva Lima	Simões
1967	Vale do Gurguéia	Colônia do Gurguéia
	Curimatense	Curimatá
	Boa Esperança	Guadalupe
1968	Popular de Fátima	Teresina (bairro N. S. de Fátima)
	Rodrigues de Alencar	Alto Longá
	Buriti dos Lopes	Buriti dos Lopes
	Pe. Cícero Romão Batista (Ens. Fund).	Monsenhor Hipólito
	Rosa Gonçalves de Moura Bezerra (Ensino Médio).	
1969	São João Batista	Ribeiro Gonçalves
	Francisco Moura	Santa Cruz do Piauí
	Santo Afonso	Santo Antônio de Lisboa
	São Miguel	Matias Olímpio
1973	São Benedito	Beneditinos
	Nelson Fialho	Campinas do Piauí
	Antônio Xavier	Francinópolis
	Cristo Rei	Francisco Santos
	São José	São José do Piauí
	São Vicente	Novo Oriente
1974	29 de Julho	São Félix
	Francisca Aragão Paiva	São Miguel do Tapuio
	Nossa Senhora Aparecida	Bertolândia

**Quadro 5 - Quadro geral das escolas cenevistas no Piauí – 1952-1997**

(Continuação)

Ano	Unidade Escolar Cenevista	Localidade
1975	Benedito Luis de Moraes	Demerval Lobão
	Odete Ferreira Nunes	Itainópolis
	Portuense	Porto
	Gonçalo Ayres	Barro Duro
	Miguel Arcoverde	Anísio de Abreu
	Clemente Fortes	São Gonçalo do Piauí
	Exator. João Belarmino do Vale (Ensino Médio).	Dom Expedito Lopes
	Dr. Urbano Maria Eulálio (Ensino Fundamental).	Itaueira
	Mercês Avelino	Manoel Emídio
	Eustáchio Portela	Monsenhor Gil
1976	Profª. Antônia Noronha	Padre Marcos
	04 de Janeiro	São Julião
	Aurino Nones	
	Santo Inácio de Loyola	Santo Inácio
	São Francisco de Assis	Barreiras
	Lindório Leal	Bocaina
	Narciso Almeida	Conceição do Canindé
	São Francisco	Hugo Napoleão
	Nove de Novembro	Landri Sales
	Benigno Magalhães	Paes landim
1977	Ricardo A. Veloso	Luís Correia
	Martínio de Sousa Mendes	São José do Peixe
	Pio XII	Miguel Alves
	Aníbal Martins	Arozés
	Tibério Nunes	Rio Grande do Piauí
	Eutímio Alves	Avelino Lopes
	Santa Maria	Caracol
	Prof. Raimundo Pinheiro	Dirceu Arcoverde
	Santo Aleixo	Francisco Ayres
	Des. Arimatéia Tito	Isaias Coelho
Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	Cocal	

**Quadro 5 - Quadro geral das escolas cenevistas no Piauí – 1952-1997**

(Continuação)

Ano	Unidade Escolar Cenevista	Localidade
1977	Manoel Leal Sobrinho	Nazaré do Piauí
	Santa Luz	Santa Luz
	José Soares	Redenção do Gurguéia
1978	Abílio Costa	Várzea Grande (S. Rdo. Nonato)
	São João de Sende	Arraial
	Antonio do Rêgo Castelo Branco	Nossa Senhora dos Remédios
	09 de Junho	Palmeira do Piauí
1979	Modestina Monte	Prata do Piauí
	José Costa	Novo Nilo/União
1980	Almir Coelho	Uruçuí
	Min. Petrônio Portela	Alvorada do Gurguéia
	Anderson M. de Carvalho	São Francisco do Piauí
1981	Juarez Távora	Brasileira
	Raimundo Barros e Silva	São Luís do Piauí
	Cristalândense	Cristalândia
	Manoel Dionísio Ribeiro	Socorro do Piauí
	Santa Rosa	Santa Rosa do Piauí (Oeiras)
	José Ventunes da Rocha	Antônio Almeida
1982	Bento Barros	Flôres do Piauí
	Benjamim Sodré	Teresina (bairro Dirceu Arcoverde)
	São José	Jardim Mulato
	Antônio Medeiros Filho	David Caldas (União)
	Maria Teixeira	Bonfim (São Raimundo Nonato)
	Gercilio de Castro Macêdo	São Braz do Piauí
1983	Profa. Elisa Sousa	Divinópolis (União)
	Venâncio Lages Veloso	Cabeceiras
	Jacinto Pereira	Eliseu Martins
	João Lucas Escórcio	Joaquim Pires

**Quadro 5 - Quadro geral das escolas cenevistas no Piauí – 1952-1997**

(Conclusão)

Ano	Unidade Escolar Cenevista	Localidade
1983	19 de Dezembro	São João da Serra
	Corinto Matos	Marcolândia
1985	Horácio Ribeiro	Marcos Parente
1986	Nossa Senhora do Carmo	Domingos Mourão
	Dr. João Martins Araújo	Canavieira
1987	Padre Josino	Santana do Piauí
1988	José Pacífico de Sousa	Arthur Passos (Jerumenha)
	Júlio Borges de Macedo	Riacho Frio
	Nossa Senhora do Livramento	Parnaguá
1989	Isabel Ramos	Alegrete
	Santa Cruz dos Milagres	Santa Cruz dos Milagres
1990	Joaquim José de Moura	São Miguel da Baixa Grande
1991	Meton Antão de Carvalho	Canabrava (Padre Marcos)
1992	Deputado Átila Lira	Teresina (bairro Todos os Santos)
1993	São Raimundo Nonato	Currálinho (Monsenhor Gil)
1997	José de Andrade Maia	Vera Mendes

**Fonte: CARVALHO, Francisco Amorim. A incrível vitória do imponderável. Teresina: CNEC, 2008.**

Neste capítulo, observamos que a partir de 1983, embora a CNEC-PI continuasse instalando escolas até 1997, o que dava uma idéia de estabilidade, essa entidade começou a reduzir o número de estabelecimento de ensino, ocasionado pela ação do Estado que passou a instalar escolas no mesmo nível de ensino onde a CNEC tinha escolas, em contra partida, a CNEC-PI, teve que enfrentar a concorrência das escolas públicas, na medida em que o Estado reduzia a ajuda, outrora dispensada à CNEC-PI.

Entretanto, ao darmos conhecimento dessa trajetória histórica da CNEC, o capítulo seguinte nos levará a conhecer alguns aspectos dessa entidade no Piauí, na medida em que melhor compreendemos a sua atuação e função no campo educacional piauiense, tais como os prédios escolares da CNEC, o perfil de seus professores, os cursos oferecidos e os currículos utilizados.



### 3 ASPECTOS DA CNEC NO PIAUÍ

Este capítulo tem como objetivo analisar três aspectos constitutivos da CNEC no Piauí enquanto entidade educacional, desde 1952 até 1997. No primeiro tópico é reconstituída a história dos prédios escolares que a entidade utilizou para instalação de suas escolas, em seguida, faz-se uma análise do perfil dos professores que contribuíram com essa entidade no Piauí e, por último, descreve os cursos e os níveis de ensino que foram ministrados pela CNEC piauiense em sua trajetória.

#### 3.1 Os prédios escolares da CNEC no Piauí

Os prédios onde funcionavam os ginásios da CNEC e, após a lei nº5692/71, as suas unidades escolares estão intimamente ligadas à criação das escolas, e a principal exigência da CNEC era a de um prédio para que neste pudesse funcionar sua escola. Sempre, quando das instalações de Setor Local, a CNEC recebia um terreno para a construção do prédio escolar, enquanto a escola funcionava em salas cedidas pela Igreja, pela prefeitura e, principalmente, pelo Estado:

Assim, a comunidade exigia ginásio, ao pedir a presença da CNEC no seu município, e esta, por sua vez, exigia o prédio. Na inexistência deste, a prefeitura garantia a doação do terreno, onde seria edificada a escola, funcionando estas temporariamente, em salas cedidas pela paróquia, ou pela prefeitura.<sup>1</sup>

Mas essa exigência, nem sempre existiu, foi surgindo ao longo de sua trajetória até se tornar cláusula estatutária, pois desde o primeiro ginásio, o Ginásio Castro Alves que iniciou suas atividades em salas cedidas, em condição precárias de funcionamento, correndo o risco de ser legalmente inviabilizado e, principalmente depois que em 1955 “Houve uma sugestão apresentada ao Prof. Armando Hidebrand, Diretor do Ensino Secundário do MEC, por um grupo de inspetores estagiários, no sentido de proibir o funcionamento de ginásio em prédios de grupos escolares”<sup>2</sup>, além de outras exigências. Com isso, medidas legais dessa natureza inviabilizariam ou pelo menos reduziria por demais a instalação de escolas, principalmente

<sup>1</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável**: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 69.

<sup>2</sup> GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade**. Bonsucesso, GB: CNEC, 1973, p. 157

nas localidades mais pobres. Esse episódio serviu para que aqueles que construíram a CNEC se posicionassem com mais segurança e ficassem mais atentos para as artimanhas do futuro inesperado, tanto que seus dirigentes se preocuparam em tirar seus cursos dos grupos escolares, pois das 130 escolas da CNEC existentes em 1957<sup>3</sup>, somente seis estavam funcionando em prédios próprios e duas em prédios alugados.

A preocupação de tirarmos nossos cursos dos grupos escolares vem de longe. Já em 1957, vários setores estavam trabalhando ativamente na construção de suas sedes. No Piauí, Jaicós; em Alagoas, União dos Palmares; no Espírito Santo, Santa Teresa e Bom Jesus do Norte; no Rio de Janeiro, Laje do Muriaí, Pádua e Rio Bonito; em Minas Gerais, Lagoa da Prata, Cláudio e Patrocínio; em Goiás, Paraúna e Goiânia; em Santa Catarina, Concórdia; no Rio Grande do Sul, São Pedro do Sul. Funcionavam, na época, em sede própria: São José; Santana e Dom Antônio Brandão em Alagoas; Nostório Ribeiro, Inhumas e Armindo Gomes, em Goiás. Em prédios Alugador: o Castro Alves e o Padre Cromácio Leão, em Pernambuco.<sup>4</sup>

Embora a CNEC, exigindo o prédio ou o terreno para a construção dos prédios, como requisito básico para a instalação de ginásio, não impediu sua expansão, muito pelo contrário, percebemos mais consistência e segurança em sua empreitada, pois, em 1997, data limite do recorte histórico temporal dessa dissertação, das 876 escalas existentes da CNEC no Brasil 582 funcionavam em prédios próprios.<sup>5</sup>



**Foto 11: Sede própria do Ginásio Padre Marcos em Jaicós - PI**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

<sup>3</sup> SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, p.134.

<sup>4</sup> GOMES, Felipe Tiago. **História da Campanha de Nacional de Escolas da Comunidade**. 5. ed. Brasília: CNEC, 1980, 140.

<sup>5</sup> SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003, p.135.

Quanto ao Piauí, o primeiro ginásio cenecista a funcionar em prédio próprio foi o “Padre Marcos” inaugurado em 20 de março de 1960. O segundo foi o ginásio “Popular de Teresina, inaugurado a 15 de agosto de 1965, e que está localizado no bairro Vermelha, zona sul de Teresina, a rua Manoel da paz, 1131. Segundo Carvalho,

No tempo de sua inauguração, a CNEC tinha como presidente do Conselho Nacional o deputado Paulo Sarasate, presidente do Conselho Diretor o professor Colombo Etienne Arreguy, Superintendente Nacional Felipe Tiago Gomes, presidente do Conselho Estadual Dom Avelar Brandão Vilela, administrador estadual professor Roberto Gonçalves de Freitas, presidente do Conselho Local Dr. Aluísio Soares Ribeiro, e diretor da escola o professor e capitão do Exército João Paulino Gomes.<sup>6</sup>

Essa inauguração não foi do seu prédio definitivo, que mais tarde foi ampliado, pois “Em 24 de abril de 1991, o Popular recebeu mais um bloco na sua estrutura física, denominado Bloco Prof. Noé Mendes de Oliveira, e por esse instante tinha como diretor o professor Edson Sansão e Silva Filho.<sup>7</sup>



**Foto 12: Sede própria do Ginásio Popular de Teresina, situado no bairro Vermelha, Teresina-PI.  
Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Segundo o Relatório de 1975, da CNEC-PI, 5 ginásios cenecistas estavam com seus prédios construídos, embora não por completo: o de Amarante, que além do prédio tinha dois galpões para palestras; o de Curimatá com cinco salas de aulas, e outras dependências com paredes levantadas em ponto de teto; o de Fronteiras, com cinco salas de aula, só faltando o

<sup>6</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável:** a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 79.

<sup>7</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável:** a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país. Teresina: O autor, 2008, p. 79.

piso e a pintura; o de Jerumenha, que foi adquirindo por compra de uma casa, mais esta se encontrava em péssimo estado de conservação, mais havia promessa do governo do Estado para reformá-la; e o de Santo Antônio de Lisboa, só esperando a inauguração. Este prédio foi construído com o apoio da Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Lisboa.



**Foto 13: Sede própria do ginásio Manoel Afonso Pereira em Jerumenha - PI**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Além desses ginásios, mais dezoito ginásios já haviam lançado a pedra fundamental, se encontravam nas mais variadas fases de suas construções, eram eles os ginásios das cidades de Água Branca, Angical, Batalha, Canto do Buriti, Castelo do Piauí, Dom Expedito Lopes, Elesbão Veloso, Francisco Santos, Inhuma, Ipiranga do Piauí, Luzilândia, Padre Marcos, Pedro II, Pimenteiros, Regeneração, Santa Cruz do Piauí, São Pedro do Piauí e Simplício Mendes. Nos outros setores, a Administração Estadual não tinha conhecimento de nenhum movimento com vistas à construção de prédios próprios.<sup>8</sup>

Essa Ação voltada para a construção de prédios próprios de escolas da CNEC-PI, em parte está relacionada com o incentivo e cobrança da Administração Estadual do CNEC-PI, pois na Circular n° 005/77 expedida pelo então administrador estadual da CNEC no Piauí, prof. Walmir Cruz, aos diretores e presidentes de setores, notamos um tom de cobrança pela construção de prédios próprios:

Pelo que sabemos, segundo informações de que dispomos vindos dos próprios ginásios e/ou setores, 25 (vinte e cinco) de nossos ginásios ainda não começaram a construção de sua sede própria. Ei-los:

<sup>8</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1975, Teresina, 1975.

- |                                       |                          |
|---------------------------------------|--------------------------|
| 01- Agricolândia                      | 14- Monsenhor Gil        |
| 02- Anísio de Abreu                   | 15- Monsenhor Hipólito   |
| 03- Barro Duro                        | 16- Manoel Emílio        |
| 04- Bertolina                         | 17- Novo Oriente         |
| 05- Buriti dos Lopes                  | 18- Ribeiro Gonçalves    |
| 06- Bocaina                           | 19- São Gonçalo do Piauí |
| 07- Campinas                          | 20- São José do Peixe    |
| 08- Demerval Lobão                    | 21- São Julião           |
| 09- Aliseu Martino (N.C. do Gurguéia) | 22- São Félix do Piauí   |
| 10- Francinópolis                     | 23- São Miguel do Tapuío |
| 11- Guadalupe                         | 24- São José do Piauí    |
| 12- Landri Sales                      | 25- São Pedro do Piauí   |
| 13- Marcos Parente                    |                          |

Teríamos imenso prazer em que todos esses ginásios ou/pelo menos alguns deles nos provasse o contrário.<sup>9</sup>

Por essa Circular, percebemos que o professor Valmir Cruz se esforçava ao máximo para que as escolas cenevistas piauienses funcionassem em sede própria. Já na Circular nº 024/77,<sup>10</sup> dirigida aos diretores, professores, alunos e presidentes de setores, em comemoração aos cinco anos de sua administração, o professor Valmir Cruz se regosija ao dizer que ao assumir a administração em 1º de maio de 1972, a CNEC no Piauí possuía 32 ginásio, dos quais dois estavam sem funcionar e que nos cinco anos de sua administração reabriu os dois e criou mais 45 ginásios: “São hoje, portanto, 77 e uma Unidade de 2º grau (em Uruçuí), ao todo são 78 Unidades em funcionamento, além da criação de cinco cursos de 2º grau em ginásios da CNEC.”

Fizemos esta citação para mostrar que além da expansão de ginásios da CNEC pelo Piauí começava, também, a oferecer o 2º grau em que eram instaladas nos seus próprios ginásios no intuito de absorver os alunos que concluíam o 1º grau, pois assim como a CNEC na sua origem, instalou ginásios onde não havia ginásios para dá continuidade aos estudos daqueles alunos que haviam concluído o primário e que por sua vez não tinham condições de se deslocarem em busca destes para concluírem seus estudos, a CNEC passou a expandir seu nível de ensino com o mesmo intuito.

Ressaltamos ainda que num universo de 78 escolas, sete já funcionavam em prédios próprios desde 1975 e que em 1977, 25 não iniciaram a construção de seus prédios. Isso mostra que dos restantes, 46 já tinham prédios próprios ou pelo menos já haviam iniciadas suas construções.

<sup>9</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 005**, de 03 de fevereiro de 1977.

<sup>10</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 024**, de 13 de maio de 1977. Teresina, 1977.

Já em 1978, eram 88 estabelecimentos de ensino sendo que, segundo o Relatório deste ano, foram inaugurados mais 15 destes estabelecimentos de ensino que passaram a funcionar nos seus próprios prédios, estes, nas cidades de Angical, Curimatá, Francisco Santos, Inhumas, Ipiranga, Itainópolis, Itaueira, Luis Correia, Padre Marcos, Pedro II, Pimenteiras, Regeneração, São José do Peixe, Simplício Mendes e Várzea Grande. Portanto, somando às escolas existentes com prédios próprios perfaziam assim um total de 25 Unidades Escolares. Eis os nomes dos Setores e suas respectivas escolas que funcionavam em prédios próprios:

#### **Quadro 6 - Escolas com prédios próprios em 1978**

<b>Ordem</b>	<b>Setor</b>	<b>U.E. Cenequista</b>
01	Angical do Piauí	Presidente Kennedy
02	Amarante	Antônio da Costa e Silva
03	Benedictinos	São Benedito
04	Canto do Buriti	Marcos Parente
05	Curimatá	Curimataense
06	Fronteiras	Nossa Senhora de Fátima
07	Francisco Santos	Cristo Rei
08	Inhumas	Inhumense
09	Ipiranga	Ipiranguense
10	Itainópolis	Odete Ferreira Nunes
11	Itaueira	Mercês Avelino
12	Jerumenha	Manuel Afonso Pereira
13	Luis Correia	Ricardo Augusto Veloso
14	Palmeirais	Nossa Senhora da Conceição
15	Padre Marcos	04 de Janeiro
16	Pedro II	Prof. Filipino Orsano
17	Pimenteiras	Elisiário Barbosa
18	Regeneração	São Gonçalo
19	Santo Antônio de Lisboa	Santo Afonso
20	Santa Cruz do Piauí	Francisco Moura
21	São José do Peixe	Martínio de Sousa Mendes
22	Simplício Mendes	Iaiás Coelho
23	Várzea Grande	Oito de dezembro
24	Teresina-Vermelha	Popular de Teresina
25	Buriti dos Lopes	Buriti dos Lopes

**Fonte:** CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Relatório Exercício de 1978. Teresina, 1978, p. 17.

Em 1979, o número de escolas da CNEC aumentaram para 91, distribuídas em 88 cidades e 3 povoados e um no bairro de Fátima em Teresina. Os povoados eram Bom Jardim,

em São Raimundo Nonato, hoje cidade de Dirceu Arcoverde, município criado em 30 de novembro de 1979 e instalado em 1983 pela lei Estadual nº 3.700<sup>11</sup> Núcleo Colonial do Gurguéia, pertencente a Eliseu Martins, hoje colônia do Gurguéia, município criado em 29 de abril de 1992 pela Lei Estadual nº 4477 e instalado em 1993;<sup>12</sup> e, Várzea Grande, pertencente a São Raimundo Nonato, hoje Coronel José Dias, criado em 29 de abril de 1992 pela Lei Estadual nº 4477 e instalado em 1993.<sup>13</sup>

O Relatório de 1979 nos diz que 22 escolas estão com seus prédios em construção, estas, nos setores de Agricolândia, Água Branca, Alto Longa, Batalha, Bacaina, Dom Expedito Lopes, Elesbão Veloso, Landri Sales, Luzilândia, Matias Olímpio, Miguel Alves, Monsenhor Hipólito, Paes Ladin, Porto, Riacho Frio, Santa Cruz do Piauí, São Félix, São Gonçalo, São Miguel do Tapuio, São Pedro, Simões e Várzea Grande.<sup>14</sup>

Segundo o Relatório da CNEC-PI de 1979/1981 é mostrado como forma de avaliação, a evolução da CNEC para os anos 1979, 1980 e 1981.

**Tabela 5– Evolução dos setores locais da CNEC nos anos 1979, 1980 e 1981**

Ano	Número de setores	Ano	Número de escolas
1979	91	1979	92
1980	93	1980	95
1981	96	1981	97

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Relatório, 1979-1981. Teresina, 1981.

**Tabela 6 – Evolução dos prédios próprios da CNEC em funcionamento e em construção nos anos 1979, 1980 e 1981**

Ano	Prédios próprios em funcionamento	Ano	Prédios próprios em construção
1979	21	1979	21
1980	25	1980	22
1981	26	1981	25

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. Relatório, 1979-1981. Teresina, 1981.

<sup>11</sup> BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográficos do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p.178.

<sup>12</sup> BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográficos do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 138

<sup>13</sup> BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográficos do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 142

<sup>14</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de 1979**. Teresina, 1979.

Ressaltamos que das 96 escolas cenevistas em 1981, 77 delas já se encontravam com escrituras de imóveis devidamente regularizados. Ressaltamos que este Relatório (1979/81) foi o primeiro a se referir a esse assunto, ressaltamos ainda que este número inclui principalmente os municípios onde há prédios ou construções.

Em relação aos números supra-expostos, percebe-se que 45 escolas nem sequer iniciaram a construção dos seus prédios e que 71 escolas não funcionavam em prédios próprios, funcionavam em prédios do governo ou em prédios cedidos por outros órgãos, como a igreja, conseqüentemente, oferecendo o ensino noturno, pois durante o dia esses prédios eram ocupados pelos alunos da rede pública oficial de ensino, com raras exceções. No Piauí, a CNEC ofertava ensino no turno diurno, ocorrendo essa oferta nos locais em que esses prédios tinham salas ociosas durante o dia, como é o caso do ginásio Popular de Fátima, que funcionava num espaço cedido pela Igreja Católica e o outro em Fronteiras, onde funcionava numa escola pública estadual no turno vespertino.

O ensino noturno nas escolas da CNEC no Piauí expõe a dura realidade dos alunos que, a partir dos 11 anos de idade, já tinham que se submeter ao ensino noturno. Não era um ensino noturno só para aqueles que estavam fora da faixa etária ou porque trabalhavam durante o dia e procuram essas escolas para continuarem seus estudos, era para todos que necessitavam de escolas, pois na maioria das cidades do Piauí onde a CNEC estava, naquele grau de ensino, só havia as escolas cenevistas, independente dos alunos trabalharem ou não, de estarem fora da faixa etária ou não.

A respeito da colaboração do Governo do Estado em ceder seus prédios para a CNEC, a administração Estadual reconhece o apoio do governo estadual e mostra o quanto tem se esforçado para a execução dos seus prédios próprios.

Apesar dos nossos esforços, da ajuda comunitária, dos poderes públicos, e da permanente ajuda que temos recebido da Direção Nacional, ainda temos Unidades Escolares funcionando em prédios do Governo. O Governo Estadual, neste particular, tem sido de grande valia para a Campanha em nosso Estado. Prédios são cedidos, equipamentos (carteiras e outras), muitos dos quais já há vários anos.<sup>15</sup>

Seguindo o Relatório 1981/83, o número de escolas instaladas em prédios próprios atingiu o número de 40, os de prédios em construção subiriam para 35, num universo de 102 escolas, embora o Relatório fale de 103 escolas, pois o mesmo Relatório diz que a Unidade Escolar “Raimundo Barros e Silva”, em São Luis, então povoado de Picos, hoje cidade com o nome de São Luis do Piauí. criado em 05 de outubro de 1989 e que fora desmembrado de São

<sup>15</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório**, 1979-1981. Teresina, 1981.



José da Canabrava<sup>16</sup>, havia sido desativada, sem mencionar quando e o porquê. Provavelmente naquele ano de 1983.

Ressaltamos que, a Unidade Escolar Cenequista “Raimundo Barros e Silva”, pertencente ao então povoado São Luis (Picos) teve vida ativa efêmera (1981-1983), pois foi instalada, ou seja, mencionada pela primeira vez no Relatório da CNEC-PI 1979/81 e no Relatório 1981/83 já constava como desativada. Assim, essa escola representa a primeira escola da CNEC em todo o Estado do Piauí a ser desativada pois, a partir de 1983, em nenhum momento essa escola será mais citada, embora Carvalho<sup>17</sup> em sua obra *A incrível vitória do imponderável*, diz que esta tinha encerrado suas atividades em 31 de dezembro de 2000. A não ser que essa data se refira ao seu encerramento legal.

Em 1986, já eram 46 escolas funcionando em prédios próprios, vinte escolas mantinham as construções de seus prédios.

Observando o Resumo Estatístico da CNEC, referente aos anos 1983, 1984, 1985, 1986 e 1987, que correspondem a administração do Prof. Manuel Carvalho de Oliveira percebemos uma constante evolução no que se refere ao funcionamento de escolas em prédios próprios e um constante equilíbrio no número de prédios escolares.<sup>18</sup>

Eis os números de prédios próprios, assim como os de prédios em construção de acordo com os anos:

**Tabela 7 - Prédios escolares - CNEC 1983-1987**

Anos	Prédios próprios	Prédios em construção
1983	32	23
1984	38	21
1985	44	21
1986	49	20
1987	50	19

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987, p. 40.

Dos prédios construídos e inaugurados entre os anos 1985 à 1987, pertencentes aos Setores Locais de Dom Expedito Lopes, Guadalupe, Landri Sales, Marcos Parente e São

<sup>16</sup> BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográficos do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994, p. 514.

<sup>17</sup> CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – a incrível vitória do imponderável: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país**. Teresina: O autor, 2008, p. 92.

<sup>18</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administrativo**, jun. 1982-set. 1987. Teresina, 1987.

Miguel do Tapuio, exceto o prédio do Setor Local de Dom Expedito Lopes, todos os outros citados foram construídos com os recursos de suas respectivas prefeituras e doados à CNEC.<sup>19</sup>

Entre os anos 1983 e 1987, “a Diretoria Estadual preocupada com a proteção das Escolas Cenevistas, intensificam ações visando a construção de muros, tanto fomentando os Setores Locais, quanto buscando recursos em outras fontes, realizou reformas em algumas escolas e outras foram ampliadas”.<sup>20</sup> Entre as escolas beneficiadas, citamos as Unidades Escolares dos respectivos Setores Locais: Água Branca, Agricolândia, Beneditinos, Francisco Santos, Inhuma, Luis Correia, Padre Marcos, Regeneração e Teresina, esta última a Unidade Escolar Cenevista “Popular de Teresina”, que foi adquirindo um terreno anexo ao da referida escola e nele foi construído uma quadra de esporte polivalente com arquibancada com capacidade para 1.000 (mil) pessoas, equipada de vestuário, bar e banheiro. Esse ginásio poliesportivo recebeu o nome de Luiz Rodrigues de Oliveira, Rodrigão. Quanto ao espaço da escola, foi construído uma sala para a Diretoria da escola e um depósito de material e laboratório de Ciências; foi reconstruído banheiros para professores e alunos. Foi feito revestimentos em pedra das paredes internas e externas na altura de 1,80m, assim como foi feita a limpeza e a pintura geral de todas as suas dependências, além da construção de todo o muro a sua volta.<sup>21</sup>



**Foto 14 Sede própria do Ginásio Dom Severino em Água Branca - PI**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

<sup>19</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades**, jun. 1985-set. 1987. Teresina, 1987.

<sup>20</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades**, jun. 1985-set. 1987. Teresina, 1987.

<sup>21</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987. Teresina, 1987.

Nessa mesma época foram construídas quadras de esportes nos Setores Locais de Água Branca, Monsenhor Hipólito e Pedro II, assim como foram construídos os muros das escolas dos seguintes Setores: Agricolândia, Água Branca, Dom Expedito Lopes, Francisco Santos, Guadalupe, Luis Correia, Marcos Parente, Miguel Alves, Monsenhor Gil e São Miguel de Tapuio.<sup>22</sup>



**Foto 15: Reforma e ampliação do Ginásio Dom Severino em Água Branca – PI**  
**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Já no Relatório referente a 21 de agosto de 1987 a 24 de abril de 1991, encontramos a situação dos prédios da CNEC-PI de forma mais detalhada, onde mostra a CNEC com 117 escolas de 1º e 2º graus instaladas em 103 municípios, cujas instalações se encontravam nas seguintes situações: 57 escolas se encontravam em prédios cedidos pelo governo municipal; 19 em prédios cedidos pelo governo estadual; e, 6 em prédios cedidos pelo governo federal.

### **3.2 Os professores da CNEC – PI**

Quando o primeiro ginásio da CNEC - PI iniciou suas atividades educacionais, em março de 1952, na cidade de Jaicós, sabemos que o seu primeiro diretor Pe. Mariano da Silva Neto, que permaneceu no cargo até 1971, sendo graduado em Filosofia e Teologia, ministrava quase todas as disciplinas do curso ginásial. Quanto aos outros professores que fizeram parte do corpo docente daquele estabelecimento de ensino não foi possível saber sua formação e, devido a escassez e precariedade em que se encontram as fontes, registramos o corpo docente

<sup>22</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987. Teresina, 1987.

do Ginásio Padre Marcos de 1952 a 1957, período em que foi o único ginásio cenequista no Piauí.

**Quadro 7 - Professores do ginásio cenequista Padre Marcos: 1953-1957**

<b>Ano</b>	<b>Nome dos professores</b>
1953	Pe. Mariano da Silva Neto Dr. José Lopes Castelo Branco Dr. Ciro Nogueira de Castro Profª Maria Adelite de Carvalho
1954	Pe. Mariano da Silva Neto Profª Maria Adelite de Carvalho Profº. Luiz Irineu Dr. José Ferreira Dantas Dr. Abércio de Carvalho
1955	Pe. Mariano da Silva Neto Profª Maria Adelite de Carvalho Profª. Maria Virgínia Lopes Dr. Abercio Josias de Carvalho Stº. Gilberto Gomes da Rocha Dr. José Ferreira Dantas
1956	Pe. Mariano da Silva Neto Profª Maria Adelite de Carvalho Profª. Maria Virgínia Lopes Dr. Abércio Josias de Carvalho
1957	Pe. Mariano da Silva Neto Profª Maria Adelite de Carvalho Profª. Maria Virgínia Lopes Valdir Feitosa José Florêncio Bessa Luz

**Fonte: Arquivo da CNEC-PI.**

Embora não identificando a formação específica dos docentes, sabemos que, devido a exigência legal da época, todos possuíam formação superior, porque a educação brasileira da época era regida pela Lei Orgânica do ensino secundário que fora instituída pelo decreto Lei nº 4244 de 09 de abril de 1942 que em seu artigo 79 diz que “A constituição do corpo docente, em cada estabelecimento de ensino secundário, far-se-á com observância dos seguintes preceitos: 1. Deverão os professores de ensino secundário receber conveniente formação ou cursos apropriados, em regras de ensino superior”.<sup>23</sup>

<sup>23</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 09 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 09 de abr. 1942. Disponível em: <<http://www.soleisad.br/leiorganizaensinosegundario.htm>>. Acesso em: 29 jan 2009.

Percebemos que essa exigência inviabilizava o surgimento de ginásios pelo interior do país, porque “as faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, responsável pela formação de professores do ensino médio não formavam o número suficiente de docentes e os que delas saíam não penetrariam tão cedo no interior, deslocando-se para as pequenas cidades.”<sup>24</sup> Mas os ginásios estavam se expandindo pelo Brasil a fora. Era necessário dá um “jeito” como dizer de Roberto Gomes na sua *crítica da razão tupiniquim* em que “o ufanismo brasileiro privilegia um objeto: o jeito. É voz corrente que damos um jeito em tudo, do existencial ao político, do físico ao metafísico”<sup>25</sup>. Para tanto, a CNEC utilizava os recursos humanos disponíveis para ocuparem as funções de diretores, secretários e principalmente professores: padres, pastores, advogados, médicos, tabeliões, dentistas, delegados, entre outros. Por outro lado, coube às autoridades dá um jeito na carência do corpo docente para atender a demanda e, a solução encontrada foi a criação dos exames de suficiência que estava previstos no decreto Lei nº 8.777/46.

Eis o que diz Holanda sobre esse momento:

De todas as soluções encontradas destacamos a que foi dada ao problema do Corpo Docente de Ensino, especialmente no interior do país, do qual se exigia a formação através dos cursos oferecidos por Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Ora, o número destas, no País inteiro, não satisfazia as exigências do mercado de trabalho, nem nas cidades onde se localizaram que eram, em geral, capitais dos Estados. Apesar das lutas, uma solução foi encontrada ao se criarem os exames de suficiência previstas no decreto-Lei nº 8.777/46, “a serem prestados em Faculdades de Filosofia ou onde não as houvesse, era instituto de ensino superior que mantivesse curso da disciplina, ou, ainda, perante bancas examinadoras designadas pelas Diretorias do Ministério da Educação”.<sup>26</sup>

Dessa forma é que profissionais liberais médicos, advogados etc., mediante exame de suficiência tornaram-se professores principalmente, em cidades do interior, onde havia carência de professores com qualificação suficiente, na forma da Lei, para atender as necessidades dos ginásios que se expandiam.

Diante das dificuldades de profissionais qualificados para atender a expansão dos ginásios, no dia 05 de julho de 1966, a CNEC criou o Centro Nacional de Orientação Pedagógicas – (CNOP), cujos principais objetivos eram coordenar, orientar e assistir os diversos educandários cenecistas de acordo com o estabelecido no seu regulamento, o qual era constituído de seis artigos. O CNOP foi integrado por cinco membros designados

<sup>24</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC: Um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 109.

<sup>25</sup> GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981, p. 43.

<sup>26</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **Um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 59

pela Diretoria Central da CNEC nacional, dentre os professores militantes, que tenham evidenciado perfeita compreensão dos ideais cenecistas.

A criação do CNOP foi divulgada às escolas cenecistas pelo seu administrador estadual Prof<sup>o</sup> Roberto Gonçalves de Freitas, através de ofício, que assim se expressou em sua redação:

Senhor Diretor

Com o presente esta administração cumpre o dever de passar as mãos de V. S<sup>a</sup>. para os devidos fins o Regulamento do Centro Nacional de Orientação Pedagógica da CNEC.

Referido documento muito poderá ajudar a Direção e o corpo docente desse estabelecimento de ensino, fornecendo do roteiro das soluções práticas dos problemas próprios da vida do educandário.<sup>27</sup>

Assim, criado o CNOP, visando um acompanhamento mais acentuado ao trabalho educacional nos seus estabelecimentos de ensino, passou-se a realizar encontros semanais de estudos, visitas de orientação aos estabelecimentos de ensino. Este acompanhamento partia da Direção Central da CNEC que por sua vez, estendia-se às Secções Estaduais onde realizavam mais diretamente as tarefas de orientação.<sup>28</sup> A criação do CNOP deu origem ao surgimento das Assessorias Pedagógicas em cada Secção Estadual que passou a assessorar as escolas frente as dificuldades que CNEC tinha em relação ao corpo docente das cidades interioranas. Esta entrou em colaboração com o MEC que, por conseguinte, os Diretores da CNEC em equipe, elaboraram um projeto de Lei que foi apresentado à Câmara Federal pelo Deputado Medeiros Neto. Este projeto resultou na regulamentação da Lei que criou a CADES (Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário).<sup>29</sup>

Mas para compreendermos a atuação das CADES na formação dos professores da CNEC faz-se necessário conhecer como o Ministério da Educação e Cultura, através de Portaria<sup>30</sup>, distinguiu as categorias de professores. Assim, devido a importância, e aos seus pormenores, citamos na íntegra a referida Portaria.

Quanto aos professores enquadrados no art. 2º alínea “e” da supracitada portaria não era problema para a CNEC, pois na existência destes eram – lhes facultado o direito de lecionar. Quanto aos profissionais liberais que pretendiam ministrar aulas na CNEC era necessária autorização da CADES, quanto ou aqueles que não possuíam qualificação superior, deveria freqüentar os cursos ministrados pela CADES, anualmente com validade de um ano, e, depois deste prazo, o professor era obrigado

<sup>27</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ofício nº 132**, de 19 de agosto de 1966. Teresina, 1966.

<sup>28</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC: um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 111.

<sup>29</sup> HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC: um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981, p. 109.

<sup>30</sup> BRASIL. **Portaria nº 142**, de 27 de maio de 1965. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, DF, 2 de jun. 1965. p. 5.776.

a freqüentar novamente os cursos de preparação aos exames de suficiência referentes às disciplinas que deviam ministrar.<sup>31</sup>

As escolas cenevistas eram constantemente fiscalizadas por um inspetor do MEC e quando encontrava alguma irregularidade no corpo docente a Inspetoria Seccional de Teresina comunicava a Direção do Ginásio através de ofício, declarando o impedimento daquele que não cumpria as exigências legais do ofício do magistério.

Eis um exemplo de irregularidade de professor:

Senhor Diretor:

Acuso o recebimento da relação de professores em exercício nesse estabelecimento de ensino, encaminhada através de ofício datado de 27 de abril próximo passado, dessa diretoria, verificando estar irregular a situação dos professores Maria Neta de Souza Santos Nunes, Olga Soares dos Santos Sousa, Osmar Soares Barbosa e José Aldemir Teixeira Nunes.

Os professores José Aldemir Teixeira Nunes e Maria Neta de Sousa Santos Nunes, para poderem ser autorizados a lecionar deverão inscrever-se aos exames de suficiência, nas disciplinas História e Português, apresentando a documentação constante de relação anexa.

Os professores Osmar Soares Barbosa e Olga Soares dos Santos Sousa deverão apresentar requerimento de inscrição aos exames de suficiência de Inglês e Francês, respectivamente, e juntarem declaração de V. S<sup>a</sup>. com firma reconhecida, de que necessita contratá-los para lecionar as referidas disciplinas nesse estabelecimento de ensino.

Não possuindo a professora Olga Soares dos Santos Sousa condições, sob o ponto de vista legal, para lecionar OSPB, uma vez que, nos termos da Portaria Ministerial nº 142/65, somente poderá lecionar essa disciplina o professor de História e, na impossibilidade deste o de Geografia, deverá V.S<sup>a</sup>. indicar o outro que a substitua, dentre as que possuam aqueles requisitos. [...].<sup>32</sup>

Assim aos professores que eram autorizados a ministrarem aulas para um determinado ano letivo recebia, após o curso de preparação de professores, um comunicado da Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Teresina, autorizando-os a ministrar a disciplina a qual prestaram o exame de suficiência.

Eis um exemplo do referido caso:

Senhor Diretor:

Comunicamos que VALMIR ALVES DA CRUZ inscrito no exame de suficiência em PORTUGUÊS, tendo freqüentado com aproveitamento o Curso de Preparação de Professores aos exames de Suficiência promovido pela CADES, de 3 a 28 de janeiro do corrente ano, está autorizado a lecionar essa disciplina, nesse estabelecimento de ensino, até o dia 28 de fevereiro de 1968.<sup>33</sup>

<sup>31</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Portaria nº142**, de 27 de maio de 1965. Rio de Janeiro, 1965.

<sup>32</sup> PIAUÍ. **Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Teresina**. Ofício nº 437, de 13 de maio de 1968. Teresina, 1968.

<sup>33</sup> PIAUÍ. **Inspetoria Seccional do Ensino Secundário de Teresina**. Ofício nº 348, de 13 de maio de 1967. Teresina, 1967.

Por sua vez era comum, professores se inscreverem para os cursos da CADES e não comparecerem aos referidos cursos, com a tentativa de burlar os procedimentos legais, o que conseqüentemente implicava no impedimento daquele professor que se inscrevia no curso e não freqüentava, de continuar no exercício do magistério, porque, em contrapartida eram constantes as fiscalizações por parte da Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Teresina.

Eis um exemplo de reclamação, por parte da Administração Estadual, aos professores que se inscreviam nos curso da CADES mas não frequentavam:

Senhor Diretores

Esta Administração tem recebido de vários de nossos Diretores demonstração de preocupação por certos telegramas emitidos pela Seccional do Piauí referente à impossibilidade de continuarem no exercício do magistério os professores que se inscreveram para os cursos da CADES e que não compareceram. Diante dos fatos, estiveram reunidos o nosso Presidente, Dom Avelar Brandão Vilela, o Sr. Inspetor Seccional e o Administrador Estadual de CNEC para uma revisão do problema. Ficou acertado que não é possível continuarem no exercício do magistério os que requerem o Curso e ao mesmo não compareceram. Para contornar a situação ficou acertado que o Diretor de cada estabelecimento de ensino apresente novos professores para requererem o curso e ficarem autorizados até a vinda do próximo curso.<sup>34</sup>

Ressaltamos que os cursos de preparação aos exames de suficiência das disciplinas eram comunicados às escolas pela Inspeção Seccional do MEC – PI, e para compreendermos melhor esse tipo de comunicação, citaremos o ofício/circular nº832/70 de 16 de outubro de 1970 do Inspector Seccional do ensino Secundário de Teresina ao Diretor do Ginásio “Presidente Kennedy” de Angical do Piauí .

Senhor Diretor

Apraz-me comunicar-lhe que esta Inspeção realizará, no período de 10 de dezembro próximo a 10 de fevereiro do ano vindouro, mais um curso de preparação aos exames suficiência das disciplinas: Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Organização Social e Política do Brasil e Inglês.

Esta Inspeção confia na prestimosa colaboração de V.S<sup>a</sup>. no sentido de aproveitar a oportunidade que ora se apresenta para regularizar a situação legal do pessoal docente que leciona nesse estabelecimento, a título precário, as referidas disciplinas, completando assim sua formação profissional.

Esclareço que o não comparecimento ao curso implicará no cancelamento automático de autorização do professor que leciona a título precário, a qual só poderá ser renovada após a freqüência do interessado a novo curso.<sup>35</sup>

<sup>34</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ofício nº 057**, de 03 de março de 1966. Teresina, 1966.

<sup>35</sup> PIAUÍ. **Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Teresina**. Ofício nº 832, de 16 de outubro de 1970. Teresina, 1967.



Ressaltamos, ainda, que na década de 60 a CNEC buscava outros órgãos para melhorar a qualidade do seu corpo docente, dentre eles, o Centro de Ensino de Ciências do Nordeste (CECINE), que na época ofertava cursos de aperfeiçoamento e treinamento para professores em disciplinas como Biologia, Química, Ciência, Matemática e Física e que pela documentação consultada ainda oferecia bolsas aos participantes. A primeira informação que temos é de 1966 e a última de 1970.

Eis o que diz o então administrador estadual da CNEC, prof. Manuel Nunes e Silva, numa circular nº 05, ao diretor do ginásio cenequista “Presidente Kennedy”

Senhor Diretor,  
Temos a satisfação de comunicar que o CECINE, Centro de Ensino de Ciências do Nordeste, promoverá um curso intensivo de Ciências para os professores da CNEC exclusivamente, com uma duração de 15 dias, com o início provavelmente no dia 12 de janeiro e com uma bolsa de NCR\$ 60,00.<sup>36</sup>

Com o advento da Lei nº 5.692, esta reservou o seu artigo 29, onde dava um tratamento mais democrático ao referir-se à formação de professor, cuja

formação é proposta numa linha pragmática que incentiva a sua progressiva elevação cultural e técnica pedagógica, com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.<sup>37</sup>

Mas a preocupação da CNEC com a atualização e o aperfeiçoamento do seu pessoal continuou, principalmente pela escassez desse profissional da educação para atender a demanda da CNEC que se expandia cada vez mais pelo interior do Piauí, pois quando da implantação da Lei nº 5692/71 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, já eram 32 escolas cenevistas e a dificuldade para atender a demanda de um corpo discente em crescimento era cada vez maior, embora a Lei 5692/71 tivesse facilitado a atuação da CNEC em relação ao seu corpo docente, devido a existência do seu artigo 77 que diz:

Quando a oferta de professores, legalmente habilitados, não basta atender às necessidades do ensino, permitir-se à que lecionem, em caráter suplementar e a título precário:

- a) No ensino de 1º grau, até 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau;
- b) No ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau;

<sup>36</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 05** de 03 de dezembro de 1969. Teresina, 1969.

<sup>37</sup> MENESES, João Gualberto de Carvalho. A profissão de professor e de especialista do ensino de 1º e 2º graus. In: BREJON, Moisés. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**: leituras. 23. ed. São Paulo: Pioneiro, 1993, p. 232.

c) No ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diplomas relativo à licenciatura de 1º grau.

Parágrafo único – Onde e quando persistir a falta real de professores, após aplicação dos critérios estabelecidos neste artigo, poderão ainda lecionar:

a) no ensino de 1º grau, até a 6ª série, candidatos que haviam concluído a 8ª série e venham a ser preparados em cursos intensivos.

b) no ensino de 1º grau, até a 5ª série, candidatos habilitados em exames de capacitação regulados nos vários sistemas pelos respectivos Conselhos de Educação;

c) nas demais séries do curso de 1º grau e no de 2º grau, candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação, realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo conselho.<sup>38</sup>

Na verdade, o favorecimento desse artigo para a CNEC, não estava nele em si, mas “na junção dos antigos, Ensino Primário e Ciclo Ginásial do Ensino Médio, a partir da Lei nº 5692/71. Ambos, tinham quatro anos de duração e passaram a formar o ensino de primeiro grau, com duração de oito anos – 1ª a 8ª série do Ensino de Primeiro Grau”.<sup>39</sup> E que assim sendo, deixou de haver aquela rigidez da qualificação de graus superior ao professor de 1º grau.

Já a partir de 1973, a CNEC com a colaboração do MEC/DEF iniciou cursos de Licenciatura de curta duração parcelada de 1º grau, no período de férias em convênios com Universidades Oficiais, no caso do Nordeste, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para professores do interior, cujos cursos estavam nas áreas de Comunicação e Expressão, Estudos Sociais e Ciências.<sup>40</sup>

Por outro lado, a CNEC encontrou professores qualificados pelo Projeto Logos II, cujo Projeto foi implantado no Piauí em 1976, com o objetivo geral de qualificar em nível de 2º grau, professores leigos, através de uso de módulo de ensino, mediante ensino a distância. Este projeto foi precedido pelo Projeto Logos I que atingiu 1488 professores que trabalhavam em 38 municípios de quatro unidades federadas: Paraíba, Piauí, Rondônia e Roraima.<sup>41</sup>

Embora os Projetos Logos I e Projeto Logos II tenham sido implantados para beneficiar professores leigos da rede oficial de ensino, alguns destes, ao concluírem seus cursos, passaram a exercer o magistério também nas escolas da CNEC.

Em contrapartida, os professores que não eram registrados no MEC, ao serem convidados para ministrar aulas na CNEC, o diretor da escola enviavam processo para a

<sup>38</sup> BREJON, Moysés. (Org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**: leituras. 23. ed. São Paulo: Pioneira, 1993, p. 267-268.

<sup>39</sup> RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000**. Disponível em <<http://www.abep.nepoucamp.br/docs/outrospub/demoedu/parte2cap3.pdf>>, p. 129 a 142. Pdf. Acesso em: 29.01.2009. p. 132).

<sup>40</sup> O CENECISTA. Rio de Janeiro, ano 30, jan. 1973, p. 3.

<sup>41</sup> ANDRÉ, Marli E. D. A.; CANDAU, Vera Maria. **O projeto logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí**: um estudo avaliativo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 50, p. 22-28, ago. 1984, p. 23.

Administração Estadual da CNEC-PI pedindo autorização para que o professor pudesse lecionar. A administração da CNEC por sua vez, enviava o processo à Secretaria de Educação que, através do Serviço de Registro de Vida Escolar e Magistério – SERMAG, autorizava ou não aquele professor a exercer o magistério naquela escola.

Sobre a autorização de professores para ministrarem aulas nas escolas da CNEC eis o que diz a circular nº 06/77 da Administração Estadual da CNEC-PI, aos diretores das unidades cenevistas do Piauí:

Assim que o Diretor convidar um professor para lecionar e que ele aceitar, a 2ª coisa imediatamente a ser feita, é enviar para esta Administração o processo pedindo autorização para que aquele professor possa lecionar, visto que nenhum professor poderá lecionar, visto que nenhum professor poderá lecionar sem a devida autorização da Secretaria de Educação através de seu órgão competente (SERMAG), a não ser que o professor seja registrado no MEC ou seja, portador de curso Superior da área de Educação. Do contrário, pode ser médico, dentista, engenheiro, bacharel em Direito, etc., precisa antes ser autorizado.<sup>42</sup>

No entanto, a CNEC-PI, no seu compromisso de manter as suas escolas funcionando dentro das normas legais da educação incentivou a formação continuada de seus professores e que, ao longo de sua trajetória educacional, teve em seus quadros, professores com as mais variadas qualificações. Para ilustrar melhor, e observamos em parte, o perfil do professor da CNEC em 1987, assim, era esse o quadro de professores da CNEC quanto a qualificação.

**Tabela 8 - Professores cenevistas de acordo com a qualificação – 1987**

Pedagógico	2º grau	Logos II	Lic. Plena	Lic. Curta	Outros cursos superiores	Universitários
544	223	156	127	106	54	19

Fonte: CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987. Teresina, 1987, p. 44.

Já em 1997, a CNEC-PI tinha em seus quadros, um corpo docente em número de 213 professores, assim distribuídos: 158 contratados, 50 prestadores de serviço e 5 à disposição.<sup>43</sup>

<sup>42</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 06**, de 04 de fevereiro de 1977. Teresina, 1997.

<sup>43</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual**, dez. 1995–dez. 1997. Teresina, 1997.

### 3.3 Cursos e currículos da CNEC - PI

Primeiramente, o objetivo da CNEC era ofertar ensino gratuito, de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> série, a jovens carentes, mas com o passar dos anos, as escolas da CNEC-PI, até 1997, chegaram a ofertar ensino desde a Educação Infantil até o 3<sup>o</sup> ano do ensino médio.

No Piauí, os níveis de ensino da CNEC só não chegou ao 3<sup>o</sup> grau, mais ofereceu ensino desde a Educação Infantil até o Ensino Médio completo. Lembramos que nesta última modalidade, ofertou uma variedade de cursos profissionalizantes ao longo de sua trajetória. De 1952 até meados da década de 70, a CNEC só ofereceu o ensino de 1<sup>o</sup> grau. A partir daí ela passou a ampliar a sua configuração, movida pela Lei nº 5692/71 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, com o então 2<sup>o</sup> grau e, a partir da década de 80, com a alfabetização e o ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries do 1<sup>o</sup> grau, que ficou conhecido como 1<sup>o</sup> grau menor, numa forma de diferenciação das séries de 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> que ficou conhecida como 1<sup>o</sup> grau maior.

Para darmos continuidade a expansão das modalidades de cursos ofertados pela CNEC, entre os anos 1952-1997, esclarecemos que não utilizaremos a dimensão vertical (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), mais sim a ordem cronológica pela qual esses cursos passaram a ser ofertados pela CNEC-PI.

Como já foi dito, desde a instalação do primeiro Ginásio cenecista, em 1952 até 1977, a CNEC-PI ofertou apenas o ensino de 1<sup>o</sup> grau (1<sup>o</sup> grau maior). Assim, a partir de 1977 as escolas da CNEC-PI passaram a ofertar o Ensino Médio, o então 2<sup>o</sup> Segundo Grau. Esse nível de ensino era implantado nas escolas onde a CNEC já estava presente com o ensino de 1<sup>o</sup> grau (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries). As únicas exceções foram duas escolas cenecistas que foram instaladas pela CNEC e só ofertaram o 2<sup>o</sup> grau, sem que antes nelas, tenham sido ofertada outro nível de ensino, que foram as Unidades Escolares Cenecistas “Almir Coelho” em Uruçuí e a Unidade Escolar Cenecista “Nossa Senhora do Livramento”, em Parnaguá.

Quando uma escola recebia o 2<sup>o</sup> grau continuava sendo a mesma escola, apenas com uma ou mais modalidades de ensino, haja vista que houve escolas que ofertaram as etapas de ensino citadas anteriormente, assim como mais de um tipo de curso a nível de 2<sup>o</sup> grau, como se verá a seguir. O diretor é o mesmo para os dois graus de ensino, às vezes, por questões de conveniência havia dois diretores: um para o 1<sup>o</sup> grau e o outro para o 2<sup>o</sup> grau.

Eis como se expressou, a esse respeito, o então administrador estadual da CNEC-PI, na Circular nº 05/78, aos diretores e presidentes de setores:

Quando a CNEC criar um curso de 2<sup>o</sup> grau numa cidade onde já existe o curso ginásial, ela não criou outro colégio, criou apenas mais um curso, ampliando a

atividade, porém o colégio é o mesmo, é um só, com o mesmo nome [...] o Setor Local é o mesmo. Às vezes por conveniência momentânea, são dois diretores (um para o ginásio e o outro para o 2º grau), mais pode ser um só diretor para os dois cursos, visto que a unidade é uma. Seja lá como for (um ou dos diretores), o Setor Local é um só. Tudo que se refere à receita ou despesa, venha do ginásio ou se refira ao 2º grau, é uma coisa só; tudo misturado; nada de separado. É um completando o outro.<sup>44</sup>

A existência dessa Circular nos leva a crer que em algumas das escolas que passaram a ministrar o então 1º e o 2º grau e que por sua vez havia dois diretores, havia divergências e que cada um queria tratar da burocracia da escola de forma separada como se fossem duas escolas, independentemente uma da outra, por isso a necessidade do envio da referida Circular por parte da Administração Estadual da CNEC-PI.

Ressaltamos que embora a escola fosse a mesma, funcionando no mesmo prédio, houve quatro escolas em que o ensino de 2º grau recebeu outra denominação para se referir ao novo grau de ensino. Isso aconteceu no Setor Local de Monsenhor Hipólito, onde a escola em que funcionava o 1º grau era denominada de Unidade Escolar Cenecista “Pe. Cícero Romão Batista” e o 2º grau, denominado de Unidade Escolar Cenecista “Rosa Gonçalves de Moura Bezerra”; no Setor Local de Elesbão Veloso, onde o 1º grau foi denominado Unidade Escolar Cenecista “Mons. Cícero Portela” e o 2º grau, Unidade Escolar Cenecista “Ângelo Moura”; no Setor Local de Dom Expedito Lopes, onde o 1º grau foi denominado de Unidade Escolar Cenecista “Dr. Urbano Maria Eulálio e o 2º grau, Unidade Escolar Cenecista “Exator João Belarmino do Vale”; e, o outro caso foi no Setor Local de Fronteiras, onde o 1º grau foi denominado Unidade Escolar Cenecista “Nossa Senhora de Fátima” e quando foi implantado o 2º grau, este passou a denominar-se Unidade Escola Cenecista “Min. Petrônio Portela” o que talvez tenha alterado alguma vez o número de escolas em alguns relatórios, por terem sido tratados como duas escolas.<sup>45</sup> Chamamos a atenção para o 2º grau de Fronteiras, para não confundir com outra escola cenecista denominada Unida Escolar Cenecista “Min. Petrônio Portela” que pertenceu ao Setor Local de Alvorada do Gurguéia que ministrou apenas o ensino de 1º grau.

As primeiras escolas cenecistas a ofertarem o ensino de 2º grau foram as unidades escolares cenecistas “Antônio da Costa e Silva”, “Boa Esperança”, “Padre Marcos”, “Prof.

<sup>44</sup> CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Circular nº 05**, de 21 de março de 1978. Teresina, 1978.

<sup>45</sup> Chamamos atenção para esses casos, porque em vários textos encontrados nos arquivos da CNEC-PI, essa entidade afirma ter instalado 118 escolas, pelo fato do Setor Local de Monsenhor Hipólito ter dois CNPJ, embora esta funcionasse no mesmo prédio, nos mesmos turnos e pertencendo ao mesmo Setor Local, e que por isso, as outras escolas supracitadas, não são consideradas como sendo duas escolas e sim apenas uma, e não outra escola. No entanto, o autor da pesquisa resolveu considerar essas escolas, incluindo a do Setor Local de Monsenhor Hipólito, apenas como uma escola, o que dá à CNEC um total de 117 escolas. Se caso essas escolas fossem consideradas como duas, a CNEC teria 121 escolas e não 117 ou 118 escolas.

Filipino Orsano”, “Isaias Coelho” e “Almir Coelho”, respectivamente nos Setores Locais de Amarante, Guadalupe, Jaicós, Pedro II, Simplício Mendes e Uruçuí. Em 1997, eram 23 escolas cenevistas que ofertavam o Ensino Médio, mais ao longo de sua trajetória foram 29 escolas cenevistas que ofertaram esse nível de ensino e oito modalidades de curso: Habilitação Básica em Comércio, Técnico em Contabilidade, Técnico de Assistente em Administração, Habilitação Técnica em Secretariado, Habilitação Básica em Agropecuária, Habilitação Básica em Saúde, Habilitação do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino de 1ª a 4ª série, Especialização em Nível de 2º grau e Ensino Médio.

Confira o quadro:

**Quadro 08 - CNEC: Cursos em nível de Ensino Médio – 1977-1997**

(continua)

Conselho Local	U.E. Cenevista	Cursos
Amarante	Da Costa e Silva	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico em Contabilidade.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Guadalupe	Boa Esperança	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Médio.</li> <li>• Técnico de Assistente em Administração.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Jaicós Pedro II	Padre Marcos Prof. Filipino Orsano	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Médio.</li> <li>• Técnico em Contabilidade.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Simplício Mendes	Isaias Coelho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Médio.</li> <li>• Hab. Básica em Agropecuária.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Uruçuí	Almir Coelho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. Técnica em Secretariado.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Água Branca	Dom Severino	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. Básica em Comércio.</li> <li>• Técnico em Contabilidade.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Angical	Presidente Kennedy	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Médio.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>

**Quadro 08 - CNEC: Cursos em nível de Ensino Médio – 1977-1997**

(continuação)

<b>Conselho Local</b>	<b>U.E. Cenequista</b>	<b>Cursos</b>
Demerval Lobão	Benedito Luiz de Moraes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Dom Expedito Lopes	João Belarmino do Val	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Elesbão Veloso	Ângelo Moura	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Fronteiras	Min. Petrônio Portela	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. Básica em Comércio</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> <li>• Especialização em Nível de 2º grau.</li> </ul>
Inhuma	Inhumense	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico em Contabilidade.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Ipiranga	Ipiranguense	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Itainópolis	Odete Ferreira Nunes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Luiz Correia Palmeirais	Ricardo Augusto Veloso N. Senhora da Conceição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Parnaguá	N. S. do Livramento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Redenção do Gurguéia	José Soares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Regeneração	São Gonçalo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
São Gonçalo do Piauí	Clemente Fortes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
São Julião	Aurino Nunes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>

**Quadro 08 - CNEC: Cursos em nível de Ensino Médio – 1977-1997**

(conclusão)

Conselho Local	U.E. Cenequista	Cursos
Simões	Paiva Lima	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico em Contabilidade.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Teresina	Gin. Popular de Teresina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. Básica em Comércio.</li> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Hab. Básica em Saúde.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Aroazes	Aníbal Martins	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Mons. Hipólito	Rosa Gonçalves de Moura Bezerra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Nazaré do Piauí	Manoel Leal Sobrinho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> <li>• Ensino Médio.</li> </ul>
Francinópolis	Antônio Xavier	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>
Cocal	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Hab. do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fund. de 1ª a 4ª série.</li> </ul>

Fonte: CNEC. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual**, dez. 1995 dez. 1997. Teresina, 1997, p. 51-59.

Percebemos que esses cursos, ao serem implantados, buscavam atender uma necessidade da época, gerada pelo processo de urbanização pela qual passava o Piauí, pois o papel tradicional, de entreposto comercial de exportação-importação, as cidades estavam assumindo a função de posto avançado administrativo-comercial.

É nesse contexto que Martins diz que

A cidade no Piauí está sofrendo uma inversão de seu papel tradicional. De entreposto comercial de exportação-importação, a cidade assume cada vez mais a função de posto avançado administrativo-comercial da sociedade capitalista urbano-industrial que se forma no Brasil. Daí esse movimento duplo de perda da importância de algumas cidades e de valorização de outras.

As características que assume essa urbanização no Piauí dependem, evidentemente, da estrutura econômica e social que se define. Na medida em que a indústria representa um papel menor na estrutura econômica, a cidade é, sobretudo, um centro comercial e de serviços<sup>46</sup>

<sup>46</sup> MARTINS, Agenor de Sousa. et. al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003. p.194.



Isso nos faz perceber o porquê da implantação e expansão dos cursos profissionalizantes nas escolas da CNEC-PI, na medida em que percebemos que dos cursos profissionalizantes, o de Habilitação do Ensino Médio para o Exercício do Magistério do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, foi o curso com maior demanda, sendo este implantado em 23 escolas cenevistas, o que nos leva a acreditar que ainda era grande a carência de professores qualificados para ministrarem aulas nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. Os outros cursos com maior demanda foram o de Técnico em Contabilidade, implantado em 5 escolas, seguido do de Habilitação Básica em Comércio, implantados em 3 escolas. Os demais cursos, apenas um de cada, sendo cada um numa escola diferente.

Quanto à educação infantil e o ensino de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental, a literatura consultada não nos dá, em números, um relato contínuo, a partir de suas origens, para que pudéssemos ter um quadro completo de sua origem e evolução, pois a empiria é de certa forma esparsa.

Mesmo assim, sobre a educação infantil, o Relatório de junho de 1982 a setembro de 1987 nos dá informação dessa modalidade de ensino sendo ministrada em escolas cenevistas de 1983 a 1987 com os seguintes números:

**Tabela 9 - Escolas existentes entre 1983 e 1987 com a Educação Infantil**

Ano	Número de escolas
1983	48
1984	50
1985	52
1986	50
1987	60

Fonte: CNEC. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual**, dez. 1995–dez. 1997. Teresina, 1997, p. 51-59.

A documentação analisada não nos dá informações de quando esses níveis de ensino foram implantados, nem até quando duraram e nem quais escolas esses níveis de ensino foram ministrados.

Em 1997, esse nível de ensino no Relatório de 1995/97 é citado em apenas duas escolas: pertencentes aos Setores Locais de Arozés e Cocal. Embora sabemos que, nessa época, as escolas pertencentes aos Setores de Água Branca e Pedro II ofertavam essa

modalidade de ensino, o que nos leva a concluir que as informações sobre essa modalidade de ensino não é segura.

Quanto ao ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental, o Relatório de 1991 informa que oito escolas ministravam aulas nessas séries, sendo que em três delas, as atividades educacionais tinham sido iniciadas antes de 1991, que eram as escolas cenevistas de Luzilândia, Pedro II e Regeneração. As outras cinco escolas foram instaladas em 1991, eram as de Aroazes, Cocal, Demerval Lobão, Dom Expedito Lopes e Jaicós. Ressaltamos que das 08 escolas que ofereciam o ensino de 1<sup>o</sup> a 4<sup>o</sup> série, somente a Unidade Escolar “Aníbal Martins” de Aroazes não funcionava em prédio próprio, e sim num prédio cedido pelo governo municipal.

Segundo o Relatório de Atividades da Diretoria Estadual da CNEC-PI de 1995 a 1997, doze escolas cenevistas ministravam o ensino de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série que eram as escolas dos Setores Locais de Água Branca, Aroazes, Demerval Lobão, Dom Expedito Lopes, Inhuma, Itainópolis, Itaueira, Luzilândia, Pedro II, Regeneração, Simplício Mendes e Teresina.

#### **Quadro 09 - Locais onde foram ministrados o Ensino Fundamental de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série**

<b>Conselho Comunitário Cenevista</b>	<b>Unidade Escolar Cenevista</b>
Água Branca	Dom Severino
Aroazes	Anibal Martins
Demerva Lobão	Benedito Luiz Moraes
Dom Expedito Lopes	Exator João Belarmino do Vale
Inhuma	Inhumense
Itainópolis	Odete Ferreira Nunes
Itaueira	Mercês Avelino
Luzilândia	Luzilandense
Pedro II	Prof.. Filipino Orsano
Regeneração	São Gonçalo
Simplício Mendes	Isaias Coelho
Teresina	Dep. Átila Lira

**Fonte: CNEC. Relatório de Atividades da Diretoria Estadual, dez. 1995– dez. 1997. Teresina, 1997, p. 51-59.**

Para conhecermos a estrutura curricular das escolas da CNEC, devemos saber que a estrutura didática de suas escolas seguia as mesmas dimensões da rede oficial de ensino, haja

vista, que eram regidas pelas mesmas leis, tanto na dimensão vertical quanto na dimensão horizontal, pois José Augusto Dias,<sup>47</sup> falando de sistema escolar diz que:

A rede escolar constituía estrutura didática do sistema escolar. Esta estrutura didática apresenta duas dimensões:  
 a) Dimensão vertical: grau de ensino, como, por exemplo:  
 1º grau – Ensino primário  
 2º grau – Ensino superiores  
 b) Dimensão horizontal: modalidades de ensino como, por exemplo:  
 No 1º grau – não há diversificação.  
 No 2º grau – ensino propedêutico, ensino técnico, ensino normal, etc.  
 No 3º grau – Medicina, Engenharia, Direito, Filosofia, etc.

A partir daí, ao sabermos que as escolas da CNEC exerceram suas atividades educacionais em várias modalidades de ensino ao longo de sua trajetória, e uma variedade de cursos profissionalizantes, em nível de 2º grau, nos leva fazermos uma indagação em termos curriculares o que os alunos da CNEC-PI estudavam? Os alunos das escolas da CNEC estudavam o mesmo que os outros alunos estudavam em outras escolas, porque o que era ensinado nas escolas brasileiras eram conhecimentos postos em matéria.

Era um Currículo pré-estabelecido pelas autoridades e as escolas da CNEC procuravam se enquadrar no sistema educacional brasileiro. O que converge com Goodson, ao afirmar que:

a estruturação do ensino em disciplinas representa ao mesmo tempo um fragmento em uma internalização das lutas a respeito do ensino público. Fragmentação porque os conflitos ocorrem através de uma série de disciplinas compartimentalizadas; internalização porque agora os conflitos ocorrem não só no interior da escola, mas também antes dos limites das disciplinas. Dar prioridade à “disciplina escolar” no financiamento ao ensino é, portanto, financiar e promover uma restrição específica dos possíveis discursos sobre a educação.<sup>48</sup>

Isso mostra que no Brasil, através de um currículo pré-estabelecido, o governo mantinha o seu discurso sobre a educação, na medida em que amenizava a propagação de uma contra ideologia por parte de sujeitos integrados aos setores educacionais, como também a amenização de conflitos que por ventura viessem a surgir entre segmentos da educação e governo, como forma de desestabilização. Assim, o governo mantinha, embora aparentemente o controle do governo sobre esse setor da estrutura governamental, porque no Brasil, tanto o ensino público quanto o privado passava pelo aval de governo.

<sup>47</sup> DIAS, José Augusto. Sistema escolar brasileiro. In: BREJON, Moysés. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**: leituras. 23. ed. São Paulo: Pioneira, 1993, p. 86.

<sup>48</sup> GOODSON, Ivon F. **As políticas de currículo e de escolarização**: abordagens históricas. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 30-31.

O currículo que para Gimeno citado por Pacheco, significa:

A expressão da função socializadora da escola; é um instrumento imprescindível para compreender a prática pedagógica; está estreitamente relacionado com o conteúdo da profissionalidade aos docentes, é um ponto que se inter cruzam componentes e decisões muito diversas (pedagógica, políticas, administrativas, de controle sobre o sistema escolar, de inovações pedagógicas); é um ponto central de referência para a melhoria da qualidade de ensino.<sup>49</sup>

Já que o:

Currículo representa, com efeito, algo de muito planejado e que depois será implementado na base do cumprimento das intenções previstas, construindo os objetivos, que expressam a antecipação de resultados, e os conteúdos a ensinar os aspectos fundamentais para sua definição.<sup>50</sup>

Com isso, o currículo do curso ginásial das escolas da CNEC-PI, até quando a Lei nº 4024/61 entrou em vigor, tinha por base a Lei nº 4244/42 que estabeleceu as bases da organização do ensino secundário.

À vista disso, o primeiro ginásio cenecista iniciou suas atividades educacionais em março de 1953, o ginásio “Padre Marcos”, naquela época as escolas brasileiras eram regidas pela Lei nº 4244/42. Por ela, no seu Título II, que trata da estrutura do ensino secundário, no seu capítulo I, que se refere ao ensino ginásial, artigo 10, diz que:

O curso ginásial abrangerá o ensino das seguintes disciplinas: I. Línguas: 1. Português, 2. Latim, 3. Francês, 4. Inglês. II. Ciências: 5. Matemática, 6. Ciências naturais, 7. História geral, 8. História do Brasil, 9. Geografia geral, 10. Geografia do Brasil. III. Artes: Art. 11. As disciplinas indicadas no artigo anterior terão a seguinte seriação:

**Primeira Série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Matemática. 5) História geral. 6) Geografia geral. 7) Trabalhos manuais. 8) Desenho. 9) Canto orfeônico. **Segunda Série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) História geral. 7) Geografia geral. 8) Trabalhos manuais. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico. **Terceira Série:** 1) Português. 2) Latim. 3) Francês. 4) Inglês. 5) Matemática. 6) Ciências naturais. 7) História do Brasil. 8) Geografia do Brasil. 9) Desenho. 10) Canto orfeônico.<sup>51</sup>

A referida Lei foi outorgada pelo governo Getúlio Vargas quando era Ministro da Educação Gustavo Campanema. Essa estrutura curricular permaneceu até a implantação da Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961.

<sup>49</sup> PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 37.

<sup>50</sup> PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005, p. 31.

<sup>51</sup> BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 09 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 09 de abr. 1942. Disponível em: <<http://www.soleisad.br/leiorganizaensinosegundario.htm>>. Acesso em: 29 jan 2009.

Para ilustrarmos o discurso, eis o currículo que vigorou na CNEC-PI antes da Lei nº 4024/61, cujo exemplo é do ginásio “Padre Marcos” de Jaicós, que apresentamos de forma gradativa:

**Quadro 10 - Currículo que vigorou na CNEC-PI antes da Lei nº 4024/61**

<b>1ª Série – 1953</b>			
Português Latim Francês Matemática História do Brasil Geografia do Brasil Trabalhos manuais Desenho			
<b>1ª Série – 1954</b>		<b>2ª Série – 1954</b>	
Português Latim Francês Matemática História do Brasil Geografia Geral Desenho		Português Latim Francês Inglês Matemática História Geografia Geral Desenho	
<b>1ª Série – 1955</b>	<b>2ª Série – 1955</b>		<b>3ª Série – 1955</b>
Português Latim Francês Matemática História Geografia Geral Trabalhos Manuais Desenho	Português Latim Francês Inglês Matemática História da América Geografia Geral Trabalhos Manuais Desenho		Português Latim Francês Inglês Matemática Ciências naturais História Geral Geografia Geral Desenho
<b>1ª Série – 1956</b>	<b>2ª Série – 1956</b>	<b>3ª Série – 1956</b>	<b>4ª Série – 1956</b>
Português Latim Francês Matemática História do Brasil Geografia Geral Trabalhos Manuais Desenho	Português Latim Francês Inglês Matemática História da América Geografia Geral Trabalhos Manuais Desenho	Português Latim Francês Inglês Matemática Ciências Naturais História Geral Geografia do Brasil Desenho	Português Latim Francês Inglês Matemática Ciências Naturais História Geral História do Brasil Geografia do Brasil Desenho

Fonte: Arquivo da CNEC-PI

Com a implantação da Lei nº 4024/61, “ela manteve, no fundamental, a estrutura em vigor decorrente das recorrentes das reformas Campanema, flexibilizando-a, porém”<sup>52</sup>, pois manteve o exame de admissão para o ingresso no ginásio e poucas alterações na estrutura curricular, principalmente ao excluir o latim.

Embora a Lei nº 4024/61 mantivesse no fundamental, a estrutura das leis anteriores (1942) e cuja característica básica era e é o currículo de matéria que segundo Ralph Kimbrough que ao se referir ao currículo das escolas de 1º grau norte-americana, diz que:

O currículo da escola de 1º grau foi tradicionalmente planejado como uma organização atomística de matérias, tais como aritmética, leitura, redação, gramática inglesa, geografia, história, ortografia e talvez algumas matérias especiais como arte e música. Tradicionalmente é claro, o conteúdo de cada matéria era escolhido e organizado logicamente pelas autoridades que escreviam manuais para cada matéria.<sup>53</sup>

O currículo que foi utilizado pela CNEC era pré-estabelecido pelo Estado. Isso converge às idéias de Aristóteles que logo, no início do livro V da sua *Política* afirma que a política educacional deve ser pública.

Ninguém contestará, pois, que a educação do jovem deve ser um dos principais objetos de cuidado por parte do legislador; porque todos os Estados que a desprezam prejudicam se grandemente por isso [...]. Mais como existe um objeto único para a cidade, segue-se que a educação também deve ser única para todos, administrada em comum, e não entregue aos particulares.<sup>54</sup>

Porém, se a CNEC não legislava no tocante ao currículo, era ela que ia lentamente semeando esse conhecimento pelas terras piauienses então desassistidas pelo Estado ao que cabe o ensino de 1º grau, levando consigo, nos seus ginásios, as matérias pré selecionadas para serem aplicadas e adaptando-as a alunos que na maioria, de início, já estavam fora da faixa etária, levando aquela juventude às novas necessidades da modernidade através de um processo lento de que não só bastava extrair o sustento da terra para a subsistência.

No nosso caso, a CNEC era esse instrumento fazendo às vezes do Estado, e existindo exatamente pela ausência da ação do Estado. Para tanto, a CNEC iniciou suas atividades escolares moldada num currículo pré-estabelecido pelo Estado, o currículo de matérias, cujo:

---

<sup>52</sup> SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

<sup>53</sup> KIMBROUGH, Ralph B. **Princípios e métodos de administração escolar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 201.

<sup>54</sup> ARISTÓTELES. **A política**. 14 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p. 100.

Pressuposto característico de todos os currículos de matéria é a idéia de que o conhecimento que as crianças precisam aprender pode ser melhor selecionado e logicamente estruturado dentro de esquemas individuais e de matérias específicas, ensinados pelas teorias mais modernas de aprendizagem. Estas matérias (Isto é, leitura, gramática, redação, ortografia, aritmética, ciências, geografia, história, artes, música e outros) são estabelecidos em horário pra cada série, em intervalos regulares do dia e da semana. A obrigação fundamental do professor, naturalmente, é ver se a criança aprende o conteúdo de cada matéria, selecionado e organizado logicamente pelos especialistas.<sup>55</sup>

Pressuposto este que fora apontado por Pedra citado por Oliveira, na primeira das três formas pela qual aponta para se entender o currículo que diz ser: “Pelos resultados, quando o currículo vem a ser um conjunto de conhecimentos previamente selecionados e são transmitidos aos alunos na escola, esperando se colher resultados como conseqüências da aprendizagem.”<sup>56</sup>

O que, em essência, não difere em nada dos objetivos das estruturas curriculares propostas nas leis anteriores e nem nas posteriores.

Quanto ao currículo utilizado pelas escolas da CNEC-PI a partir da Lei nº 4024/61 e, antes da implantação da Lei nº 5692/71 mostraremos um exemplo do currículo do Ginásio “Nossa Senhora de Fátima” do Setor Local de Fronteiras.

#### Quadro 11 - Currículo dos ginásios cenecistas que vigorou antes da Lei nº 5691/71

1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português
Inglês	Inglês	Inglês	Inglês
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
História	História	História	Iniciação às Ciências
Geografia	Geografia	Geografia do Nordeste	História
Ciências	Ciências	OSPB	OSPB
		Desenho	Desenho
			Ed. Cívica

Fonte: Arquivo da CNEC-PI

De antemão, ao fazermos uma comparação entre os currículos anteriores a Lei nº 4024/61 e o pós essa lei, percebemos que houve perceptivelmente uma redução no número de matérias, caindo de 36 para 26 matérias e após 1969, aumentou mais uma matéria que foi a disciplina de Educação Moral e Cívica.

<sup>55</sup> KIMBROUGH, Ralph B. **Princípios e métodos de administração escolar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1978, p. 2002).

<sup>56</sup> OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. **Currículo: um instrumento educacional, social e cultural**. *Revista Diálogo Educacional*. Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, maio-ago. 2008.

Percebemos também a flexibilização da qual fala a Lei 4024/61, na medida em que a 3ª série, ao invés de Inglês foi ministrada naquela série, ou seja, naquele ano, a matéria de Francês e não Inglês, talvez como uma adaptação do momento, das circunstâncias, seja pela ausência de professor habilitado em Inglês, e colocaram um professor habilitado em Francês enquadravam ou retornava o de Inglês, se fosse o caso. Percebemos, também, na 3ª série, a matéria de Geografia do Nordeste, como uma adaptação aos aspectos regionais.

A Lei nº 5692/71 trouxe inovações nos currículos de 1º e 2º graus que passaram a ter “um núcleo comum, obrigatório em âmbito nacional, e uma parte diversificada para atender, conforme as necessidades e possibilidades concretas, às peculiaridades dos alunos”.

**Quadro 12 – Currículo do 1º grau (5ª a 8ª série), da CNEC que vigorou antes da Lei nº 9394/96**

5ª Série	6ª Série	7ª Série	8ª Série
Comunicação Exp. L. Portuguesa	Comunicação Exp. L. Portuguesa	Comunicação Exp. L. Portuguesa	Comunicação Exp. L. Portuguesa
Comunicação Exp. L. Estrangeira	Comunicação Exp. L. Estrangeira	Comunicação Exp. L. Estrangeira	Comunicação Exp. L. Estrangeira
Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais
Ciências	Ciências	Ciências	Ciências
Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
-	-	-	Ed. Moral e Cívica

Fonte: Arquivo da CNEC-PI

Quanto ao Segundo Grau, a preparação para o trabalho além de ser uma especificação nos planos curriculares dos estabelecimentos de ensinos, passou a ser habilitação profissional, habilitações, conforme a necessidade de cada escola que possa ministrar em cada grau de ensino. A Lei nº 5692/71 generalizou a profissionalização no ensino médio, então denominado segundo grau, como necessidade do mercado. Mas, em 1982, por força da Lei nº 7044/82, dispensou as escolas da obrigatoriedade da profissionalização, voltando a ênfase à formação geral. Nesse caso, confira os currículos do curso de formação profissional e do então segundo grau.



### Quadro 13 – Quadro de Currículos do Ensino Médio e da Formação Técnico-Profissional

(Continua)

Cursos	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Ensino Médio	Língua Portuguesa, Inglês, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Matemática, OSPB, EMC e Orientação Ocupacional.	Língua Portuguesa, Inglês, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Matemática, Programa de Saúde, Orientação Ocupacional e Estudos Regionais.	Língua Portuguesa, Inglês, História, Geografia, Física, Química, Biologia, Matemática, Aulas de Laboratório e Estudos Regionais.
Habilitação do Ensino Médio para o exercício do Magistério do Ensino Fundamental da 1ª a 4ª série.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Geografia, História e OSPB, Física, Química, Biologia, Matemática, Educação Artística, EMC, Programa de Saúde, Estudos Regionais, Inglês e Prática de Ensino.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, OSPB, Educação Artística, Estudos Regionais, Inglês, Recursos Audiovisuais, Alfabetização, Aspectos Biológicos e Psicológicos, Aspectos Sociais Histórico e Filosófico, Estrutura, Didática Geral, Metodologia da Comunicação e Expressão, Metodologia da Matemática, Metodologia dos Estudos Sociais, Metodologia das Ciências, Prática de Ensino, Literatura Infantil, Artes Infantis, Sociologia da Educação, Matemática Complementar, Ciências Complementar, Ensino Religioso, Educação Física, Psicologia e Redação e Aspectos Gramaticais.	Alfabetização, Aspectos Biológicos e Psicológicos, Metodologia da Matemática, Metodologia dos Estudos Sociais, Metodologia das Ciências, Literatura Infantil, Artes Infantis, Sociologia da Educação, Matemática Complementar, Ciências Complementar, Ensino Religioso, Educação Física, Psicologia e Aulas de Laboratório.
Técnico em Contabilidade	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, História, Geografia, Física, Biologia, Química, Programas de Saúde, EMC, Educação Artística, Matemática Financeira, Redação e Expressão e Contabilidade Industrial.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Técnica de Liderança, Inglês, Estudos Regionais, Contabilidade Comercial, Contabilidade Geral, Contabilidade Pública, Educação Religiosa, Leis Trabalhistas, Estatística e Processamento de Dados.	Contabilidade Comercial e Contabilidade Geral, Estudo Anual de Balanço. Legislação Tributária. Aulas de Laboratório. Análise de Balanço, Desenho Básico, Economia de Mercado, Organização Técnica Comercial e Educação Religiosa.

### Quadro 13 – Quadro de Currículos do Ensino Médio e da Formação Técnico-Profissional

(Continuação)

<b>Cursos</b>	<b>1ª Série</b>	<b>2ª Série</b>	<b>3ª Série</b>
Habilitação Técnica em Secretariado	Língua Nacional, Língua Estrangeira (Inglês), Geografia, História, OSPB, Matemática, Ciência Física e Biológica, Educação Religiosa, Educação Artística, Educação Física e EMC.	Literatura Brasileira, Língua Estrangeira (Inglês), Redação e Expressão em Língua Portuguesa, Complemento da Matemática, Psic. R.P.H. Técnica de Liderança, Contabilidade Geral, Legislação Tributária e Trabalhista, Mecanografia e Processamento de Dados, Técnica em Secretariado, Educação Física e Programa de Saúde.	Literatura Brasileira, Redação e Expressão em Língua Portuguesa, Estudos Regionais, Língua Estrangeira (Inglês), Mecanografia e Processamento e Dados, Organização Técnica e Secretariado, Documentação e Arquivo, Estatística e Educação Física.
Habilitação Básica em Comércio	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, História e Geografia, Língua Estrangeira (Inglês), Ciências Físicas e Biológicas, OSPB, EMC, Programa de Saúde, Matemática Financeira, Estudos Regionais, Psicologia das Relações Humanas e Mercadologia.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, História e Geografia, Língua Estrangeira (Inglês), Biologia, Programa de Saúde, Estudos Regionais, Elementos de Estatística, Orientação Ocupacional, Mercadologia, Organização e Normas Técnicas e, Geografia Econômica.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, História e Geografia, Língua Estrangeira (Inglês), Ciências Físicas e Biológicas, OSPB, Biologia, Educação Artística, Programa de Saúde e Matemática Financeira.
Habilitação Básica em Agropecuária	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Educação Artística, Geografia, História e OSPB, EMC, Ensino Religioso, Matemática, Física, Química, Biologia e Economia e Administração Agrícola.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Matemática, Redação e Expressão da Língua Portuguesa, Estudos Regionais, Comp. de Física, Comp. de Biologia, Comp. de Química, Orientação Ocupacional, Desenho Básico, Agricultura e Zootecnia.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Matemática, Programa de Saúde, Estudos Regionais, Comp. de Física, Comp. de Biologia, Orientação Ocupacional, Desenho Básico, Agricultura, Zootecnia e Economia e, Administração Agrícola.
Técnico de Assistente em Administração	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira, Educação Artística, Geografia, História, OSPB, EMC, Matemática, Química, Física e Biologia.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Língua Estrangeira, Programa de Saúde, Matemática Financeira, Psicologia e Técnica de Liderança, Contabilidade e Custos, Administração e Controle, Organização de Empresa, Economia e Mercado e, Redação e Expressão.	Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Redação e Expressão, Técnica de Vendas, Estudos Regionais, Administração de Pessoal, Estatística, Administração de Material, Mercado e Processamento de Dados e Direito e Legislação.

### Quadro 13 – Quadro de Currículos do Ensino Médio e da Formação Técnico-Profissional

(Conclusão)

Cursos	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Habilitação em Nível de 2º Grau, Estudos Adicionais <sup>57</sup>			

Fonte: Arquivo da CNEC – PI.

Quanto ao currículo da Educação Infantil, nível integrante da Educação Básica, e as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, nas escolas cenevistas onde ministraram esses níveis de ensino, os currículos eram constituídos das disciplinas conforme o quadro 13.

### Quadro 14 - Quadro de Currículos da Educação Infantil

Alfabetização	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
Português	Português	Português	Português	Português
Estudos Sociais	Estudos Sociais	Estudos Sociais	Inglês	Inglês
Ciências	Ciências	Ciências	Estudos Sociais	Est. Sociais
Religião	Religião	Religião	Ciências	Ciências
Matemática	Matemática	Matemática	Religião	Religião
			Matemática	Matemática

Fonte: Arquivo da CNEC – PI.

Percebemos que o currículo da alfabetização era constituído das mesmas disciplinas da 1ª e 2ª séries do ensino fundamental, o que mostra uma articulação com o ensino fundamental, enquanto na 3ª e 4ª séries, percebemos a presença da disciplina Inglês, o que dava um diferencial às escolas da CNEC-PI, situadas no interior do Estado, em relação as escolas do setor público, que na época não ofertava essa disciplina nessas séries do ensino fundamental.

O processo de adaptação para a Lei nº 5692/71 deu-se de forma lenta, série por série, e foi na vigência da Lei nº 5692/71 que a CNEC atingiu o maior número de escolas (117), embora, também, tenha sido nesse contexto em que se iniciou a redução de suas escolas. No entanto, como a nova Lei nº 9394/96 foi sancionada em 20 de dezembro de 1996, um ano antes do recorte temporal superior de nossa pesquisa (1952-1997), não nos reportaremos a esta lei (nº 9394/96), com suas alterações no tocante a estrutura de ensino da CNEC, a não ser

<sup>57</sup> Não foi possível localizar pela documentação consultada, em que escolas cenevistas esse curso foi ministrado, haja vista que os estudos adicionais correspondiam as seguintes disciplinas: Português, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. O único caso identificado foi na Unidade Escolar Cenevista Min. Petrônio Portela do Setor Local de Fronteiras.

em sua nomenclatura em que os níveis de Educação Escolar passaram a ser dois: Educação Básica, dividida em educação infantil (tempo variável), Ensino Fundamental (8 anos), Ensino Médio (3 anos); e, Educação Superior (tempo variável). Enquanto a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Profissional e a Educação Especial ficaram como modalidades de educação.<sup>58</sup> No entanto, a CNEC, agiu de forma significativa no processo educacional do Piauí, levando instrução a várias cidades e povoados onde não havia escolas públicas no mesmo nível de ensino realizado pela CNEC. Nós não podemos esquecer que a CNEC tinha suas dificuldades e sua ação só foi possível, em parte, pelo financiamento do Estado na construção de escolas, cessão de professores assim como, nas diretrizes curriculares utilizadas pelas escolas da CNEC.

---

<sup>58</sup> RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000**. Disponível em <[http://www.abep.nepounicamp.br/docs/outrospub/demoedu/parte 2 cap. 3, p. 129 a 142](http://www.abep.nepounicamp.br/docs/outrospub/demoedu/parte%20cap.%203,%20p.%20129%20a%20142.pdf)>. Pdf. Acesso em: 29.01.2009. p. 132.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Estudar as escolas da CNEC no Piauí possibilitou o conhecimento do funcionamento da CNEC no Brasil e de sua contribuição para a educação brasileira e em particular, a piauiense. Num período balizado pela instalação do primeiro ginásio da CNEC no Piauí, em 1952, o ginásio “Pe. Marcos” na cidade de Jaicós e pela instalação da última escola de ensino fundamental (5ª a 8ª série) em 1997 na cidade de Vera Mendes. Tendo como marcos definidores da organização educacional as Leis n<sup>os</sup> 4244/42, 4024/61, 5692/71 e 9394/96 que serviram de base para regulamentar o ensino brasileiro, respectivamente em seu tempo.

A CNEC-PI foi organizada, obedecendo à mesma estrutura da organização da CNEC nacional em relação aos demais estados, pois a organização era igual, obedecendo às normas estatutárias da entidade, onde a CNEC de cada unidade da federação recebia o nome de Superintendência Estadual, que era formada pelo conjunto dos Conselhos Comunitários Locais, que por sua vez eram formados pelo conjunto de suas escolas.

Constatamos que a experiência educacional vivenciada pelos piauienses na segunda metade do século XX, representou uma singularidade na história da educação piauiense: primeiro porque a CNEC chegou ao Piauí num período em que se proliferavam os municípios piauienses, pois eram 49 quando ela aqui instalou seu primeiro ginásio e eram 149 quando instalou a última escola e que somente as cidades mais antigas tinham assistência do ensino ginasial. Segundo, a rápida expansão das escolas da CNEC pelo Piauí, 117 escolas num espaço de 45 anos. Terceiro, por não pertencer ao setor público e nem totalmente ao setor privado, mas que se caracterizou e se autodenominou como comunitária de serviço pelo custo, porque considerava o preço da mensalidade simbólico, apenas para custear as despesas e manter as suas escolas e não objetivando lucros, pois para a manutenção das escolas a CNEC recebia ajuda do poder público, nas três esferas de poder (municipal, estadual e federal) principalmente cessão de prédios, professores e pessoal administrativo na medida em que recebia apoio da comunidade beneficiada com as escolas cenevistas.

Da instalação do ginásio Pe. Marcos em 1952 e durante a vigência da Lei n<sup>o</sup> 4024/61, o ensino oferecido pelas escolas da CNEC foi o ginasial. Com a implantação da Lei n<sup>o</sup> 5692/71 e pelas mudanças ocorridas na sociedade piauiense, tanto no campo político, quanto no econômico e social, a CNEC adquiriu uma nova configuração ao ofertar a partir de 1977 o então ensino de 2º grau e ensino profissionalizantes com a mesma equivalência do 2º grau.

Conseqüentemente, o ensino de 1º grau completo e pré-escolar, cujos níveis de ensino foram mantidos pela Lei nº 9394/96, mudando apenas a nomenclatura.

Observamos também assim como as comunidades locais participavam da manutenção das suas escolas frente aos Setores Locais, na medida em que as escolas da CNEC começaram a se multiplicar pelo Piauí, a sociedade piauiense aumentou a sua participação, principalmente fazendo parte do corpo administrativo da CNEC. Como se percebe nas páginas escritas em nossa pesquisa, agentes conhecidos da política, do clero e da imprensa entre outros, emprestaram seus nomes à estrutura de poder da CNEC-PI, o que, em contrapartida facilitou o relacionamento com o Estado e sua credibilidade junta a sociedade, o que favoreceu a busca de recursos para a manutenção de suas escolas. Dentre estes agentes, para elucidação, citamos Dep. Est. Alberto Bessa Luz, primeiro presidente da CNEC-PI; Dep. Est. Waldemar de Castro Macêdo, ex-2º vice-presidente da Diretoria; Dep. Est. Humberto Reis, ex-membro da Diretoria Estadual; ex-prefeito de Teresina Wall Ferraz, membro do Conselho Fiscal; Dep. Est. Marcelo Castro, ex-membro do Conselho Estadual; Ex-governador Freitas Neto, ex-membro do Conselho Estadual; ex- Dep. Felipe Mendes, ex-membro do Conselho Estadual; ex-gov. Chagas Rodrigues, ex-membro do Conselho Estadual; ex-Reitor da UFPI José Camilo da Silveira, ex-presidente da CNEC, D. Avelar Brandão Vilela, ex-presidente da Diretoria Estadual; Pe. Balduino Barbosa de Deus, ex-membro da Diretoria Estadual e do Conselho Fiscal; Pe. Mariano da Silva Neto, ex-membro do Conselho Fiscal; Jornalista Deoclécio Dantas, ex-membro da Diretoria Estadual, Jornalista Helder Feitosa, ex-membro da Diretoria Estadual; Jornalista Dídimo de Castro, ex-membro da Diretoria Estadual, Des. Milton Nunes Chaves, ex-diretor de escola cenequista, ex-membro da Diretoria Estadual e do Conselho Fiscal.

Observamos que, com a Promulgação da Constituição Brasileira de 1988 que retirou o estatuto de filantropia da CNEC, esta sentiu o peso dos encargos sociais. O Estado ao ampliar a instalação de escolas pelo interior, ministrando ensino equivalente aos da CNEC, esta não podendo concorrer, foi paulatinamente reduzindo o número de escolas, chegando em 1997 com apenas 52 unidades escolares, inclusive por perder parte do seu financiamento público.

Com isso, apresentamos a história da CNEC-PI entidade participativa na história da educação piauiense, com escolas instaladas de norte a sul, leste a oeste do Estado, só não ministrando o ensino de 3º grau. Outros trabalhos podem ser escritos a partir do que aqui efetivamos.

## REFERÊNCIAS

ADRÃO NETO. **Dicionário bibliográfico de escritores brasileiros contemporâneos**. Teresina: edições Geração 70, 1998.

ANDRÉ, Marli E. D. A.; CANDAU, Vera Maria. **O projeto logos II e sua atuação junto aos professores leigos do Piauí: um estudo avaliativo**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 50, p. 22-28, ago. 1984.

ARISTÓTELES. **A política**. 14 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d.

A VERDADE sobre a situação de Jaicós. **O Dia**, Teresina, 08 maio. 1958.

BACELLAR, Renato. **Ginásio de Pimenteiras diploma turma**. O Dia, Teresina, 11 dez. 1968.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográficos do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.244**, de 09 de abril de 1942. Rio de Janeiro, 09 de abr. 1942. Disponível em: <<http://www.soleisad.br/leiorganizaensinossegundario.htm>>. Acesso em: 29 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 4024**, de 20 de dezembro de 1961. Rio de Janeiro, 20 de dez. 1961. Disponível em: <<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61.pdf>>. Acesso em 29 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 5692**, de 11 de agosto de 1971. Brasília, 11 de ago. 1971. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l5692.htm>>. Acesso em 29 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 20 de dez. 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l9394.htm>>. Acesso em 29 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.044**, de 18 de outubro de 1982. Brasília, 18 de out. 1982. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislação/128264/lei-7044-82.>>. Acesso em 29 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 142**, de 27 de maio de 1965. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Rio de Janeiro, DF, 2 de jun. 1965.

BREJON, Moysés. (Org.) **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus: leituras**. 23. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.

BUFFA, Ester. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. et al (orgs.) **Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas: Autores Associados. 2007. (Coleção Memória da Educação).

CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE. **Ata da sessão solene da terceira eleição da nova diretoria do setor local da CNEC de 30 de abril de 1970**. Simões – PI, 1970.

\_\_\_\_\_. **Ata da Sessão Ordinária da Fundação do Setor Local da CNEG no Bairro de Fátima, de 19 de fevereiro de 1968. Teresina, 1968.**

\_\_\_\_\_. **Carta**, de 07 de julho de 1971. Rio de Janeiro, 1971.

\_\_\_\_\_. **Carta**, de 29 de julho de 1971. Teresina, 1971.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 10**, de 10 de dezembro de 1968, Teresina, 1968.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 05**, de 03 de dezembro de 1969. Teresina, 1969.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 05**, de 04 de maio de 1972, Teresina, 1972.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 043**, de 29 de dezembro de 1976, Teresina, 1976.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 005**, de 03 de fevereiro de 1977. Teresina, 1977.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 024**, de 13 de maio de 1977. Teresina, 1977.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 06**, de 04 de fevereiro de 1977. Teresina, 1977.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 026**, de 13 de julho de 1977, Teresina, 1977.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 02**, de 16 de fevereiro de 1978. Teresina, 1978.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 05**, de 21 de março de 1978. Teresina, 1978.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 06**, de 04 de abril de 1978. Teresina, 1978.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 26**, de 07 de agosto de 1978. Teresina, 1978.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 027**, de 6 de agosto de 1985. Anexo: Discurso do Senador Alfredo Campos, em defesa da CNEC. Aparte senador Alberto Silva. Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 001**, de 02 de maio de 1994. Teresina, 1994.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 042**, de 29 de novembro de 1995. Teresina, 1995.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 23**, de 17 de dezembro de 1996. Teresina, 1996.

\_\_\_\_\_. **Circular nº 14**, de 19 de dezembro de 1996. Teresina, 1996.



- \_\_\_\_\_. **Circular nº 263**, de 21 de outubro de 1997. Teresina, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto**, 1961. Rio de Janeiro: CNEC, 1961.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto**, 1969, Rio de Janeiro: CNEC, 1969.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto**, 1982. Brasília: CNEC, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto**, 1992. Brasília, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Estatuto**, 1995. Brasília: CNEC, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Manual de Contabilidade**. Rio de Janeiro, p. 4, CNEC, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Ofício nº 057**, de 03 de março de 1966. Teresina, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Ofício nº 132**, de 19 de agosto de 1966. Teresina, 1966.
- \_\_\_\_\_. **Ofício [s.n.], [s.d.]**. Teresina, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Ofício nº 46**, de junho de 1977, Teresina, 1977.
- \_\_\_\_\_. **Ofício nº 258**, de 04 de setembro de 1995. Teresina, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Ofício nº 16397**, de 21 de novembro de 1997. Pedro II-PI, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Patrimônio**: Procedimentos a observar na administração de material. Teresina, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Ação**, 1993. Teresina, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Atividade**, 1983. Teresina, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Atividades**, 1985. Teresina, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Plano de Atividade**, 1990. Teresina, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Relatório**, 1975, Teresina, 1975.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades**, 1986- 1987. Brasília: CNEC, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Relatório da Diretoria Estadual**, ago. 1987-abr.1991. Teresina, 1991
- \_\_\_\_\_. **Relatório Administração**, jun. 1982-set. 1987. Teresina, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Relatório Exercício de 1978**, Teresina, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de 1979**. Teresina, 1979.
- \_\_\_\_\_. **Relatório**, 1979-1981. Teresina, 1981.

- \_\_\_\_\_. **Relatório**, 1981-1983. Teresina, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Relatório**, jun. 1982-ago. 1986. Teresina, 1986.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades da Diretoria Estadual**, dez. 1995–dez. 1997. Teresina, 1997.
- \_\_\_\_\_. **Relatório de Atividades**, jun. 1985-set. 1987. Teresina, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Resolução nº 001**, de 02 de janeiro de 1993. Teresina, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Resolução nº 03**, de 20 de abril de 1993. Teresina, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Resolução nº 02**, de 29 de março de 1995. Brasília 1995.
- CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁDIOS GRATUITOS. **Ofício nº 132, de 19 de agosto de 1966**. Anexo: Regimento do Centro Nacional de Orientação Pedagógica. Teresina, 1966.
- CARVALHO, Francisco Amorim de. **CNEC – A incrível vitória do imponderável: a trajetória institucional no Piauí de uma das mais importantes iniciativas educacionais do país**. Teresina: O autor, 2008.
- CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. **Obra completa**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.
- COLETÂNEA CENECISTA. Brasília: CNEC Edições, v. 1, 1994.
- CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- COUTINHO, Reinaldo. **Antiguidades valencianas: impressões de viagens**. Caxias, MA: Caburé, 2000.
- DIAS, José Augusto. Sistema escolar brasileiro. In: BREJON, Moysés. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus: leituras**. 23. ed. São Paulo: Pioneira, 1993.
- DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos cinqüenta**. 2. ed. Recife: Ed. Nordeste, 1995.
- DURKHEIN, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2009.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1994.
- \_\_\_\_\_. **Envolvimento e Distanciamento**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997.
- EM TERESINA, desde ontem, o novo chefe da Arquidiocese – homenagens tributadas à Dom Avelar – festividades hoje. **O Dia**, Teresina, 6 maio 1956.
- FELIPE Tiago Gomes. **Vida e obra**. Brasília: CNEC Edições, 1991.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

FRANCO, José Patrício. **O município no Piauí: 1761-1961**. Teresina: Prelo, 1977.

FREITAS, Roberto Gonçalves de. **Entrevista** [maio 2009] concedido a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.

\_\_\_\_\_. **O Idealista**. Teresina, ano 3, n. 7, mar, 1971.

FURTADO, José da Rocha. **Boletim da CNEG**, Rio de Janeiro, Ano 10, n. 9. Set. 1953.

GATTI JÚNIOR, Décio. Estudos sobre as tendências atuais da pesquisa em história da educação: a temática da história das instituições escolares. In: **IV encontro de pesquisa em educação da UFPI**. Teresina: EdUFPI, 10 a 12 de dezembro de 2006.

GOMES, Felipe Tiago. **Escolas da comunidade**. Bonsucesso, GB: CNEC, 1973.

\_\_\_\_\_. **História da Campanha de Nacional de Escolas da Comunidade**. 5. ed. Brasília: CNEC, 1980.

\_\_\_\_\_. **CNEC: a força de um ideal**. Brasília: CNEC edições, 1986.

\_\_\_\_\_. **Nosso pensamento**. Boletim da CGP, Recife, p. 1-2, ano 1, n. 4, jul., 1994.

GOMES, Roberto. **Crítica da razão tupiniquim**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981.

GOODSON, Ivon F. **As políticas de currículo e de escolarização: abordagens históricas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HISDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOLANDA, Ivanildo Coelho de. **CNEC: Um estado histórico**. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1981.

JAMES, William. **Pragmatismo**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

KIMBROUGH, Ralph B. **Princípios e métodos de administração escolar**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1978.

LEITE, C. **CNEG**. O Dia, Teresina, p. 6, 23 mar. 1958.

\_\_\_\_\_. **Uma reunião nas trevas**. O Dia, Teresina, p. 6, 27 mar. 1958.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária. São Francisco, 2004.

MARTINS, Agenor de Sousa. et. al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MEDEIROS, João Calisto. **O aluno cenequista: soldado da CNEC**. Brasília: CNEC edições, 1994.

MENESES, João Gualberto de Carvalho. A profissão de professor e de especialista do ensino de 1º e 2º graus. In: BREJON, Moysés. (Org.). **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus: leituras**. 23. ed. São Paulo: Pioneiro, 1993.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MONTEIRO, A. Reis. **História da educação: do antigo “direito de educação” ao novo “direito à educação”**. São Paulo: Cortez, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e do inconveniente da história para a vida**. São Paulo: Escala, s. d.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Claudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Revista Projeto História**. São Paulo: Educ nº 10, 1991.

NUNES, M. Paulo. **O discurso imperfeito: notas para a história da educação brasileira**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 1988.

**O IDEALISTA**. Teresina, ano 3, n. 7, mar, 1971.

**O CENEQUISTA**, Rio de Janeiro, ano 30, jan. 1973.

\_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, ano 30, jul. 1973.

OLIVEIRA, Manoel Carvalho de. **Entrevista**. [março 2009] concedida a João Batista da Silva para a realização de Mestrado.

OLIVEIRA, Zélia Maria Freire de. **Currículo: um instrumento educacional, social e cultural**. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 8, n. 24, p. 535-548, mai-ago. 2008.

PACHECO, José Augusto. **Escritos curriculares**. São Paulo: Cortez, 2005.

PASQUINO, Gianfranco. Crise. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

PENNO, Sandra Maria Kindlein. **A trajetória da instituição educativa evangélica mais antiga do estado do Piauí**: Instituto Batista Correntino. 2005.221 f. Dissertação [Mestrado em Educação] – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005.

PIAUI. **Decreto nº 1438, de 31 de janeiro de 1933**. Revê e altera disposições do Regimento Geral do Ensino. Diário Oficial [do] Estado Piauí. Teresina, 1933.

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão legislativa de 1951 pelo governador Pedro de Almendra Freitas**. Teresina, 1951.

\_\_\_\_\_. Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Teresina. **Ofício nº 437**, de 13 de maio de 1968. Teresina, 1968.

\_\_\_\_\_. Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Teresina. **Ofício nº 348**, de 13 de maio de 1967. Teresina, 1967.

\_\_\_\_\_. Inspeção Seccional do Ensino Secundário de Teresina. **Ofício nº 832**, de 16 de outubro de 1970. Teresina, 1967.

QUEIROZ, Raquel de. Paulo Sarasate e a CNEG. In: **O cenegista**. Rio de Janeiro, out. 1968, p.8.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez, 1981.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. **Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000**. Disponível em <[http://www.abep.nepunicamp.br/docs/outrospub/demoedu/parte 2 cap. 3, p. 129 a 142](http://www.abep.nepunicamp.br/docs/outrospub/demoedu/parte%20cap.%203,%20p.%20129%20a%20142.pdf)>. Pdf. Acesso em: 29.01.2009.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spinola Silveira Truzzi. **História & documento e metodologia de pesquisa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SANTOS, Cecílio Batista dos. **Entrevista** [maio 2009] concedida a João Batista para a realização de Mestrado.

SAVIANI, Demerval. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SCHARWITZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da Biblioteca dos Reis: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 11.

SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil: 1945-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Cunha e. **Ginásios populares**. O Dia, Teresina, p. 6, 6 abr. 1958.

SILVA, Ronalda Barreto. **Educação comunitária: além do Estado e do mercado? A experiência da Campanha Nacional de Escolas da Comunidade CNEC (1985-1998)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003,

SOUSA, José Moreira de. **Região: Planejamento e administração**. Multidisciplinar. Revista do CNPF. Belo Horizonte, nº 2, p. 7-16, 1975.

VERMELHO, Dulce Oliveira; PONTES, Joel. **CNEC: o abc da história**. Brasília: CNEC edições, 1984.

VERMELHO, Dulce Oliveira. **Abc do cenegismo**. Brasília: CNEC edições, 1994.

**ANEXO**

**MODELO: CARTA DE CESSÃO**

Eu, (nome, estado civil, documento de identidade) declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha entrevista, transcrita e autorizada para leitura [data(s)] para (instituição ou pessoas) ser usada integralmente ou em partes, sem restrições de prazos e citações, desde a presente data. Da mesma forma, autorizo a sua audição e o uso das citações a terceiros, ficando vinculado o controle à (instituição ou pessoas).

Abdicando direitos meus e de meus descendentes, subscrevo a presente Carta de Cessão que terá minha firma reconhecida em cartório.

(local, data)

(nome)